



CEAM – Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares
PPGDSCI – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação
Internacional

ESCOLARIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS E MARCO REGULATÓRIO NO BRASIL - 1991 A 2011

MAÍRA ROCHA SANTOS

BRASÍLIA/DF
Março, 2019



Universidade de Brasília

CEAM – Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares
PPGDSCI – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação
Internacional

ESCOLARIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS E MARCO REGULATÓRIO NO BRASIL - 1991 A 2011

MAÍRA ROCHA SANTOS

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARÍLIA MIRANDA FORTE GOMES

CO-ORIENTADORA: PROFA. DRA. LEIDES BARROSO AZEVEDO MOURA

BRASÍLIA/DF
Março, 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Maíra Rocha.

Escolaridade e Envelhecimento: Panorama das Políticas Públicas e Marco Regulatório no Brasil - 1991 a 2011

Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2019



Universidade de Brasília

CEAM – Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares
PPGDSCI – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação
Internacional

ESCOLARIDADE E ENVELHECIMENTO: PANORAMA DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS E MARCO REGULATÓRIO NO BRASIL - 1991 A 2011

MAÍRA ROCHA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Área de concentração: População, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Banca Examinadora:

Presidente: Profa Dra. Marília Miranda Forte Gomes (UnB/Gama)

Membro Interno (PPGDSCI): Profa Dra. Ana Maria Nogales Vasconcelos (UnB/Darcy)

Membro Externo: Profa Dra. Raquel Rangel de Meireles Guimarães (UFPR)

Membro Suplente: Profa Dra. Vanessa de Lima Caldeira Franceschini

BRASÍLIA/DF
Março, 2019

À Deus, Mamãe, Papai e Marido, minhas bases...
meus grandes incentivadores nessa aventura do conhecimento!

AGRADECIMENTOS

A minha mãezinha Anália! Nunca, em tempo algum, poderei retribuir tanto incentivo, amor, atenção, carinho, orações e partilhas. Mãe, a senhora é o meu mundo e sou grata a Deus por ser a sua filha. Obrigada por todo o seu amor incondicional! Te amo!

Ao meu pai Wilson pela torcida sincera nessa jornada! Agradeço pelos momentos que pude compartilhar minhas angústias e alegrias com o senhor!

Ao meu marido Ari que colocou o universo da pesquisa ao meu alcance! Obrigada pelas horas dedicadas ao meu aperfeiçoamento e incentivo em todas as esferas! Meu parceiro de vida e de aprendizagens!

Meus tios Marco Antônio e Rômulo pelas oportunidades de discussão das temáticas, conversas e sábios conselhos. Minha família Valéria, Andréia, Gláucia, Messala e Nicolas, pelo carinho e entendimento nas ocasiões da minha ausência física. À Lena e Ari meu agradecimento pelo acolhimento e encorajamento constantes!

Em especial às professoras Marília Miranda e Leides Moura pelo cuidado e atenção nos momentos de orientações e reuniões. À equipe do PPDSCI pelo apoio constante.

Professoras Raquel Guimarães, Ana Nogales e Vanessa Franceschini pela participação na banca e importantes contribuições para o aperfeiçoamento dessa dissertação.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior agradeço o apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O mundo está cada vez mais envelhecido, desigual e urbano. A sociedade que antes não previa um lugar social para seus idosos, hoje, redireciona esforços elaborando políticas e organizando grupos de convivência intergeracional.

Nesse contexto, essa pesquisa objetiva analisar o panorama de escolarização da pessoa idosa no Brasil para o período de 1994 a 2011, espaço temporal que registra os primeiros marcos legislativos do grupo no país. Abordagem metodológica é a mista com revisão de literatura do tipo Pesquisa Bibliométrica, por meio da Teoria do Enfoque Metaanalítico Consolidado - TEMAC, de Pesquisa Documental, a partir de análise de conteúdo de políticas essenciais ao tema do envelhecimento e educação (PNE, Estatuto do Idoso e PNI), pelo uso do software Iramuteq, e de pesquisa estatística descritiva com análise dos dados do Censo Demográfico para os anos 1991 e 2010, a partir dos softwares SPSS v.22 e excel.

Os resultados apontam que a escolaridade não tem expressividade quando relacionada ao envelhecimento populacional e ao contexto dos idosos. Ela aparece como proxy de saúde colocando de forma secundária o potencial dessa temática junto à pessoa idosa. Foi evidenciado, também, que o idoso não é referenciado no Plano Nacional de Educação, que reforçou apenas o protagonismo da temática junto ao grupo de jovens e adultos. Contudo, apesar desses resultados que colocam a educação numa posição de secundariedade no contexto dos idosos, o resultado da pesquisa estatística descritiva, evidencia avanços no perfil educacional dos idosos jovens e longevos analisados nas *pseudocoortes* de 1991 e 2010, sobretudo quando são observados os percentuais ligados à variável “Sem escolaridade” que diminuiu significativamente de uma *pseudocoorte* para outra. Assim, a pergunta que orienta essa dissertação: “Como se apresentam os consensos e dissensos sobre envelhecimento e educação apresentados nos marcos legais e políticos voltados para a pessoa idosa no Brasil? ” conseguiu ser respondida já que descreveu-se a presença dos dois aspectos e, mesmo com esse descompasso legislativo, a escolaridade dos idosos do censo de 2010, quando comparados ao censo de 1991 aumentou, de forma geral, sobretudo na queda dos percentuais da variável “Sem escolaridade”, ainda que a predominância da baixa escolaridade tanto para idosos jovens quanto longevos tenha sido observada.

A contribuição acadêmica desse trabalho é chamar a atenção para o avanço da escolaridade dos grupos estudados ao longo das *pseudocoortes* analisadas, destacando, porém, a necessidade de se alinhar melhor o Plano Nacional de Educação para metas focadas especificamente na pessoa idosa como forma de conceder mais qualidade de vida e dignidade à esse indivíduo que passará mais tempo integrando, interagindo e contribuindo para o Brasil.

A imagem esteriotipada do idoso, que perdeu o seu protagonismo após tantos anos de analfabetismo e preconceitos construídos pelo ageísmo, pode estar institucionalizada. Cabe estudos qualitativos para desvelar barreiras e preconceitos produzidos quando não se concebe o idoso como indivíduo que tem direito a educação. É preciso tratar a educação da pessoa idosa de forma contundente e específica no cenário atual.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Escolaridade, Envelhecimento Populacional, Ageísmo, Marcos legais

ABSTRACT

The world is increasingly aging, uneven and urban. The society that previously did not provide a social place for its elders today, redirects efforts by developing policies and organizing groups of intergenerational coexistence.

In this context, this research aims to analyze the panorama of schooling of the elderly in Brazil for the period from 1994 to 2011, a time frame that records the group's first legislative milestones in the country. Methodological approach is the mixed literature review of the type Bibliometric Research, through the Meta-Analytic Approach Theory Consolidated (TEMAC), from Documentary Research, based on the analysis of content of essential policies to the theme of aging and education (PNE, Statute of the Elderly and PNI), for the use of the Iramuteq software, and for descriptive statistical research with data analysis of the Demographic Census for the years 1991 and 2010, based on SPSS software v.22 and excel.

The results show that schooling is not expressive when it is related to the aging population and the context of the elderly. It appears as a health proxy by placing the potential of this issue on a secondary level with the elderly person. It was also evidenced that the elderly is not referenced in the National Education Plan, which only reinforced the

protagonism of the issue with the group of young people and adults. However, despite the results that place education in a secondary position in the context of the elderly, the result of the descriptive statistical research, evidences advances in the educational profile of the elderly and young people analyzed in the pseudocortes of 1991 and 2010, especially when the connected percentages to the variable "No schooling" that decreased significantly from one pseudocoort to another. Thus, the question that guides this dissertation: "How do we present the consensus and dissent about aging and education presented in the legal and political frameworks for the elderly in Brazil? "Was able to be answered since the presence of both aspects was described and, even with this legislative mismatch, the schooling of the elderly of the 2010 census, when compared to the 1991 census, has generally increased, mainly in the fall of the percentages of the variable "No schooling", although the prevalence of low schooling for both the young and the elderly was observed.

The academic contribution of this study is to draw attention to the progress of the schooling of the groups studied over the pseudocoortes analyzed, but stresses the need to better align the National Education Plan with targets specifically focused on the elderly as a way of granting more quality of life and dignity to this individual who will spend more time integrating, interacting and contributing to Brazil.

The stereotyped image of the elderly, who lost his protagonism after so many years of illiteracy and prejudices built by ageism, can be institutionalized. Qualitative studies are necessary to uncover barriers and prejudices produced when the elderly are not conceived as individuals with a right to education. It is necessary to treat the education of the elderly person in a forceful and specific way in the current scenario.

KEY WORDS: Education, Schooling, Population-aging, Ageism, Legal Frameworks

Apresentação

Os estudos sobre educação e envelhecimento populacional são relativamente recentes. A partir da revisão bibliográfica sobre envelhecimento populacional e escolaridade, percebeu-se que a temática começou a ser publicada nas bases internacionais após a Assembleia Mundial sobre Envelhecimento realizada em Madrid, no ano de 2002, vinte anos depois da primeira discussão do assunto, na Primeira Assembleia em 1982. O primeiro estudo reportado na busca foi de Aboderin (2002) que discutiu os argumentos de James Fries sobre envelhecimento e saúde, com foco no curso de vida e envelhecimento ativo.

Em 2014, surge o relatório da World Health Organization – WHO sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis em torno dos nove alvos globais voluntários. Por fim, a revisão bibliográfica realizada apontou para a importância dos estudos de Bava Caccia *et al* (2015) no processo de restituição das avaliações às equipes e nas melhores estratégias para o empreendimento do Programa para Melhoria da Qualidade e Acesso à Atenção Básica - PMAQ, do Ministério da Saúde. Nota-se, portanto, que o fenômeno do envelhecimento na perspectiva educacional ainda enfoca a temática da saúde; destacando a importância da qualidade de vida para a pessoa idosa.

Sobre a tendência dos estudos futuros das investigações na área, notou-se estudos nas áreas cardíacas (Skubi *et al*, 2016), implementação de políticas escolares (Barrett, 2015), estudos sobre sofrimento psicológico e depressão (Sanchez, 2016), segregação étnica (Van Tubergem, 2015) e participação tardia de homens e mulheres no mercado de trabalho (Majeed, 2015), conforme revisão bibliométrica realizada.

Contudo, alguns estudos no qual o olhar é o arcabouço educacional desse idoso, puderam ser encontrados nas bases nacionais. Guidotti Gonzalez (2014), em sua tese doutoral, discutiu a heterogeneidade da população idosa a partir do curso de vida. A autora concluiu que a relevância do contexto histórico e as políticas públicas implantadas no período analisado, teriam demarcado condições de vida diferentes para cada geração, contribuindo com distintas experiências de envelhecer da população estudada. Gawryszewski (2018) também investigou a condição de escolaridade dos idosos; porém, no âmbito do sistema prisional e observou que lá haviam mais idosos escolarizados que jovens. Concluiu, assim, que o cárcere seria uma janela de oportunidade para aqueles que não puderam avançar nas séries escolares; sendo a política educacional prisional, uma intervenção positiva no curso de vida desses idosos.

Nesse contexto, esta pesquisa focou nas políticas educacionais, representadas pelo Plano Nacional da Educação - PNE do ano de 2001 e sua relação com as políticas gerais dos idosos, a saber, Política Nacional do Idoso – PNI e Estatuto do Idoso, implementadas em 1994 e 2003, respectivamente, para observar os consensos e dissensos entre as políticas e um possível reflexo da escolarização dos idosos. O olhar é retrospectivo para mapear o que já foi realizado e o que foi alcançado.

Além da introdução, capítulo 1 do documento, essa dissertação foi estruturada em mais sete capítulos. O segundo a temática do envelhecimento populacional no mundo e no Brasil, bem como suas implicações sociais. Também fez a caracterização do idoso jovem e do longo, categorias de análise desse estudo. O terceiro, concentrou-se na exposição da estrutura do Sistema de Ensino Brasileiro, bem como nas ações históricas para a escolarização da população. Foi discutido também, as perspectivas da educação formal, informal e não formal para a reflexão da estrutura de ensino apresentada. O quarto abordou os Materiais e Métodos da pesquisa traçando as características gerais desse estudo e suas questões éticas. O quinto e o sexto capítulos apresentaram os resultados e as discussões dos achados a partir das análises realizadas. Finalmente os capítulos sete e oito finalizam descrevendo a conclusão do estudo, as considerações finais, e os impactos da pesquisa para a ciência.

SUMÁRIO

Apresentação

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	17
1.1 Definição do Problema	18
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Geral	19
1.2.2 Específicos	19
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	21
2.1– Transição Demográfica e Envelhecimento populacional	21
2.2 – O envelhecimento da população brasileira: a pessoa idosa como nova protagonista social	29
2.3– Caracterização dos idosos jovens e longevos como categoria do estudo	32
CAPÍTULO 3 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS PESSOAS IDOSAS	35
3.1 A Educação em tempos de Envelhecimento Populacional	35
3.2 Configuração Histórica do Sistema de Ensino Brasileiro e as Políticas Públicas Educacionais – Décadas de 1920 a 2000	37
3.2.1 Educação Básica, Média e Profissional	38
3.2.1.a Décadas de 1920 e 1930	38
3.2.1.b Décadas de 1940 e 1950	40
3.2.1.c Décadas de 1960 e 1970	42
3.2.1.d Décadas de 1980 e 1990	45
3.2.1.e Décadas de 2000 e 2010	48
3.2.2 - Outras iniciativas formais de escolarização para os idosos	52
3.3 Direitos dos idosos e Metas para o grupo no Sistema Educacional Brasileiro	53
CAPÍTULO 4 – MATERIAIS E MÉTODOS	63
4.1– Características Gerais da Pesquisa	63
4.2 – Pesquisa Bibliométrica	65
4.3 – Pesquisa Documental	67
4.4 – Pesquisa Estatística Descritiva	69
4.5– Questões Éticas	75

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS	76
5.1 Resultados da Pesquisa Bibliométrica – Teoria do Enfoque Metaanalítico Consolidado (TEMAC)	76
5.2 Resultados da Pesquisa Documental	85
5.2.1 Quadros com as legislações analisadas: Políticas e leis da pessoa idosa e Educação no Brasil de 1830 a 2010.....	85
5.2.2 - Análise de Conteúdo - Comparativo PNE e Legislação dos Idosos	87
5.2.2a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	87
5.2.2b - Análise Fatorial por Correspondência (AFC)	89
5.2.2c - Análise de Similitude	93
5.2.2d – Nuvem de palavras	94
5.3 – Resultados da Pesquisa Estatística Descritiva - Dados censitários de 1991 e 2010 da base IPUMS.....	96
5.3.1 Relação escolaridade X idade.....	96
5.3.2 Relação escolaridade X sexo	99
5.3.3 Relação escolaridade X região	103
5.3.4 Relação escolaridade X raça/cor	107
CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	110
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
CAPÍTULO 8 - IMPACTOS DA PESQUISA	121
Referências Bibliográficas	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra Idade – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 2 – Amostra Sexo – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 3 – Amostra Regiões do Brasil – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 4 – Amostra Raça – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 5 – Panorama Geral Escolaridade x Idade - 1991 e 2010

Tabela 6 – Escolaridade e Idade – Idosos Jovens - 1991 e 2010

Tabela 7 – Escolaridade e Idade – Idosos Longevos - 1991 e 2010

Tabela 8 - Panorama Geral Escolaridade dos HOMENS segundo grupos de idade - 1991 e 2010

Tabela 9 – Escolaridade dos Idosos Jovens - Homens - 1991 – 2010

Tabela 10 – Escolaridade dos Idosos Longevos - Homens - 1991 – 2010

Tabela 11 - Panorama Geral Escolaridade das MULHERES segundo grupos de idade - 1991 e 2010

Tabela 12 – Escolaridade dos Idosas Jovens - Mulheres - 1991 – 2010

Tabela 13 – Escolaridade dos Idosas Longevas - Mulheres - 1991 – 2010

Tabela 14 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Branco

Tabela 15 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Preto

Tabela 16 – Escolaridade x Raça/Cor – Pardo - 1991 e 2010

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esperança de vida ao nascer. Brasil, 1980-2030

Figura 2- Proporção da população, por sexo e idade. Brasil, 1980-2030

Figura 3 – Estrutura da Pesquisa

Figura 4 – Detalhamento dos Procedimentos metodológicos

Figura 5 – Esquema de análise das pseudocoortes dos censos de 1991 e 2010

Figura 6 – Evolução das citações das temáticas no período de 1991 a 2018

Figura 7 – Co-citação - Temáticas Envelhecimento Populacional e Escolaridade – 1991 a 2018

Figura 8 – Coupling - Temáticas Envelhecimento Populacional e Escolaridade – 2014 a 2017

Figura 9 – Nuvem de Palavras – Envelhecimento Populacional e Escolaridade – 1991 a 2018

Figura 10 – Nuvem de Palavras – Envelhecimento Populacional, Escolaridade e Idosos – 1991 a 2018

Figura 11 – Dendograma – Envelhecimento Populacional, Escolaridade e Idosos – 1991 a 2018

Figura 12 – AFC - Envelhecimento Populacional, Escolaridade e Idosos – 1991 a 2018

Figura 13 – CHD – Classes de Palavras

Figura 14 – AFC – Classes dispostas no plano fatorial

Figura 15 – Árvore de Similitude

Figura 16 – Nuvem de Palavras

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de Redução da variável "Sem escolaridade" de 1991 para 2010

Gráfico 2 - Proporção de aumento da variável "Algum primário concluído" de 1991 para 2010

Gráfico 3 - Proporção de aumento da variável "Primário (6 anos) Concluído" de 1991 para 2010

Gráfico 4 - Proporção de aumento da variável "Fundamental 2 Completo" de 1991 para 2010

Gráfico 5 - Proporção de aumento da variável "Universidade Completa" de 1991 para 2010

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Decretos da Reforma de Francisco Campos

Quadro 2 – Constituição dos níveis de ensino 1946 - Decreto-lei no 8.529

Quadro 3 – Constituição dos níveis de ensino entre 1961 e 1968

Quadro 4 – Constituição dos níveis de ensino 1971

Quadro 5 – Constituição dos níveis de ensino 1996 - LDB 9.394/96

Quadro 6 – Quadro Comparativo PNE e Legislação dos Idosos

Quadro 7 – Categorias de Análise

Quadro 8 - Pseudocoortes geracionais e anos de realização do censo – 1960/70/80/91/2000/2010

Quadro 9 – Consolidado das Variáveis utilizadas na pesquisa

Quadro 10 – Compatibilização “Anos de Estudo” e variável “EDATTAIN”

Quadro 11- Integração da origem dos estudos sobre Envelhecimento Populacional e Escolaridade

Quadro 12- Integração do front de estudos sobre Envelhecimento Populacional e Escolaridade – últimos 3 anos

Quadro 13. Leis e Decretos da pessoa idosa

Quadro 14. Legislação para a Educação Básica no período de 1830 a 2010

Quadro 15– Perfil Geral dos Idosos Jovens e Longevos com percentual maior no “mais alto nível educacional atingido” - 1991 e 2010

Quadro 16 – Região com o maior aumento de percentual educacional geral de 1991 a 2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra Idade – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 2 – Amostra Sexo – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 3 – Amostra Regiões do Brasil – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Tabela 4 – Amostra Raça – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010 *

Tabela 5 – Panorama Geral Escolaridade x Idade - 1991 e 2010

Tabela 6 – Escolaridade e Idade – Idosos Jovens - 1991 e 2010

Tabela 7 – Escolaridade e Idade – Idosos Longevos - 1991 e 2010

Tabela 8 - Panorama Geral Escolaridade dos HOMENS segundo grupos de idade - 1991 e 2010

Tabela 9 – Escolaridade dos Idosos Jovens - Homens - 1991 – 2010

Tabela 10 – Escolaridade dos Idosos Longevos - Homens - 1991 – 2010

Tabela 11 - Panorama Geral Escolaridade das MULHERES segundo grupos de idade - 1991 e 2010

Tabela 12 – Escolaridade dos Idosas Jovens - Mulheres - 1991 – 2010

Tabela 13 – Escolaridade dos Idosas Longevas - Mulheres - 1991 – 2010

Tabela 14 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Branco

Tabela 15 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Preto

Tabela 16 – Escolaridade x Raça/Cor – Pardo - 1991 e 2010

LISTA DE SIGLAS

Capex - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIPD - Conferência Internacional de População e Desenvolvimento
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNI - Conselho Nacional do Idoso
CPC - Centro Popular de Cultura
CEPLAR - Campanha Popular da Paraíba
EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FESP/UEMG - Programa da Fundação de Ensino Superior de Passos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
LBCA - Liga Brasileira Contra o Analfabetismo
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública
MCP - Movimento de Cultura Popular
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS - Organização Mundial da Saúde
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA - População Economicamente Ativa
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNI - Política Nacional do Idoso
PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PNQ - Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNE - Plano Nacional de Educação
PAS - Programa Nacional de Alfabetização
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEA - Serviço de Educação de Adultos

SESC - Serviço Social do Comércio

SEFOR/MTb- Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho

TBM - Taxa Bruta de Mortalidade

TBN - Taxa Bruta de Natalidade

TFT - Taxa de Fecundidade Total

UNE - União Nacional dos Estudantes

UAMA - Universidades Abertas da Maturidade

UATI - Universidades Abertas à Terceira Idade

UNESCO - Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O mundo está cada vez mais envelhecido, desigual e urbano. A sociedade que antes não previa um lugar social para seus idosos, hoje, redireciona esforços elaborando políticas, organizando grupos de convivência intergeracional, criando estruturas de oportunidades, desenvolvendo programas e atividades que pautem cada vez mais a participação desses indivíduos. A interação social e as oportunidades educacionais tornam-se opções libertadoras para esse grupo, já que oportunizam a convivência de uma mesma geração e abrem a possibilidade de atuação em comunidade, ocorrência que não seria possível na vida restrita desses indivíduos ao âmbito familiar. Desse modo, o contexto político, econômico e social do envelhecimento passa a ser de interesse dos pesquisadores no intuito de pensar subsídios de transformação social mediante essa nova condição dos cidadãos.

O envelhecimento da população também já atingiu os brasileiros e pode ser explicado pela transição demográfica. Nesse processo ocorrem alterações nas taxas de mortalidade e fecundidade¹; como resultado, notam-se as mudanças na estrutura etária e o consequente aumento da população idosa. Entre os efeitos mais importantes desse processo, está o aumento da expectativa de vida (JAGGER; ROBIE, 2011; VASCONCELOS; GOMES, 2012).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, até o ano de 2025 o Brasil será o sexto do mundo em número de idosos e, pela PNAD (2017), o país já conta com 30,2 milhões de indivíduos idosos. Miranda *et al.* (2016) observaram por exemplo que, em 2010, existiam 39 idosos para cada grupo de 100 jovens e, em 2040, estimaram um número três vezes maior: 153 idosos para cada 100 jovens.

Contudo, ainda que diante desta realidade cada vez mais pulsante, o país ainda se orienta pelo paradigma utilizado na década de 1980: Brasil, um país de jovens. As políticas públicas direcionadas especificamente para os idosos, em geral, só começaram a ser discutidas e implementadas a partir das movimentações internacionais, como a Primeira Assembleia Mundial sobre o envelhecimento em 1982.

Foi também, a partir dessas movimentações internacionais, que o Ministério da Saúde começou a repensar a realidade dos envelhecidos no país, reclassificando-os em

¹ A **taxa de mortalidade** ou coeficiente de **mortalidade** é um índice demográfico que reflete o número de mortes registradas, em média por mil habitantes, em uma determinada região em um período. Já a **taxa de fecundidade** é uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida até o fim de seu período reprodutivo (VASCONCELOS, 2017).

idosos mais jovens e mais longevos. Essas categorias, contudo, apresentam-se com muita variação acerca das faixas etárias relacionadas. Nos estudos do Calas Team *et al* (2013), por exemplo, elas foram assim apresentadas: velhos, idades entre 75-84, velhos-velhos 85-94, e os mais antigos, com 95+ de idade, em tradução livre. No Brasil, de acordo com a Lei nº 10.741, que institui o Estatuto do Idoso, o adulto passa a ser considerado pessoa idosa a partir de 60 anos; contudo, de acordo com a literatura internacional, são pessoas idosas (old adult) aquelas com 65 anos e mais e, os longevos (oldest-old) 85 anos e mais (VON HUMBOLDT; LEAL, 2015).

Apesar da preocupação em pensar o idoso como o novo protagonista social do país, o contexto educacional ainda não previu as necessidades dessas pessoas, fossem elas idosos jovens ou longevos. No Ministério da Educação, o que se observou a partir do Plano Nacional de Educação – PNE, foram iniciativas abrangentes e direcionadas para a alfabetização e escolarização de adultos. E, diante do panorama histórico ainda é possível notar que as políticas educacionais foram implementadas de maneira fragmentada ao longo dos anos e os seus resultados passaram a ser aferidos, a partir dos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1936.

Camarano e Pasinato (2004, p.259) consideram que o envelhecimento populacional “pode significar acumulação de capital humano, social e econômico”. E, se as políticas públicas estiverem adequadas para estes idosos, eles podem ser um elemento propulsor do bem-estar da sociedade. Contudo, essas adequações políticas e sociais também podem demarcar experiências de vida e trajetórias diferentes para populações nascidas em momentos históricos distintos. Nesse contexto temporal, destaca-se que o curso de vida dos indivíduos pode reforçar características como, por exemplo, desigualdade nos gêneros, raça, acesso à educação, tecnologias; ampliando as diferenças entre os idosos (TEIXEIRA, 2008).

1.1 Definição do Problema

Diante do exposto, acompanhar as políticas públicas educacionais no país, é importante na medida em que essa população está passando mais tempo compondo o tecido social e a educação apresenta-se como uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida para esse indivíduo. Têm-se, então, a pergunta que orienta essa dissertação: Como se

apresentam os consensos e dissensos sobre envelhecimento e educação nos marcos legais e políticos voltados para a pessoa idosa no Brasil?

Este trabalho contribui na ampliação dos estudos acerca do envelhecimento populacional, relacionado aos resultados de escolarização, promovendo não só oportunidade para pesquisas futuras, mas também fomentando a discussão atual entre os estudiosos das políticas públicas educacionais no Brasil. Numa perspectiva societária, a escolaridade tem implicações importantes nas formas de viver a longevidade, na medida em que impacta a qualidade de vida, autonomia, participação social e condições de saúde da pessoa idosa (ELO, 2009; PERCAC-LIMA *et al.*, 2009).

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a situação de escolarização da pessoa idosa no Brasil para o período de 1991 a 2010, espaço temporal que registra os primeiros marcos legislativos da pessoa idosa no país.

1.2.2 Objetivos específicos segundo etapas da pesquisa

Para responder à pergunta que norteia essa dissertação foi necessário analisar diversos tipos de dados afim de alcançar um resultado mais assertivo e delineado. Portanto, os objetivos específicos estão traçados e divididos a partir das metodologias utilizadas, a saber:

Pesquisa Bibliométrica – Foi utilizada para analisar as publicações da área em relação à temática estudada e contribuiu para:

- Identificar a relação entre envelhecimento e escolaridade no contexto dos idosos, segundo pesquisa de revisão de literatura do tipo bibliométrica com suporte da Teoria do Enfoque Metaanalítico Consolidado – TEMAC;

Pesquisa Documental – Foi utilizada para levantar as legislações pertinentes sobre as Políticas de Educação e Políticas de amparo ao Idoso e contribuiu para:

- Identificar a Legislação dos Idosos e Educação Básica no Brasil, por meio de pesquisa documental;
- Comparar o Plano Nacional de Educação (2001), Política Nacional do Idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003), segundo análise de conteúdo (Bardin,1977) por meio do software Iramuteq;

Pesquisa Estatística Descritiva – Foi utilizada para analisar os dados dos censos demográficos dos anos de 1991 e 2010 em relação à escolaridade e contribuiu para:

- Construir um perfil demográfico dos idosos segundo análise das *pseudocoortes* dos censos de 1991 e 2010 disponíveis na plataforma IPUMS.

REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Este capítulo discute o envelhecimento populacional, tanto no contexto mundial, quanto no panorama brasileiro. Foram elencadas questões como mortalidade, fecundidade, aumento da expectativa de vida, mudança na estrutura etária, transição demográfica, bem como os efeitos desses processos no novo protagonista social: o idoso. Por fim, a partir do contexto do envelhecimento, delimitou-se as categorias “idosos jovens” e “idosos longevos” para as análises desse estudo.

2.1 - Transição demográfica e envelhecimento populacional

Os reflexos das mudanças no padrão do crescimento da população emergem cada vez mais na pauta de investigação dos pesquisadores. Efeitos das migrações, guerras, doenças, tecnologia, cultura bem como projeções sobre a população mundial são abordados, por exemplo, por Livi Bacci (2006). O autor também reflete sobre as implicações geopolíticas desse crescimento populacional, sobretudo na sustentabilidade de uma vida prolongada.

Os primórdios dos estudos sobre o arranjo populacional e desenvolvimento começaram a partir do momento em que se observou um crescimento expressivo da população. Destaca-se a teoria de Thomas Malthus (1798), que argumentava sobre a possível falta dos meios de subsistência na perspectiva de um crescimento demográfico elevado chegando o mesmo, a sugerir o celibato, o casamento tardio ou o controle de natalidade principalmente em países pobres.

Malthus era economista e pensava o desenvolvimento populacional a partir das projeções demográficas. Segundo ele o controle de expansão da população era feito pela miséria e pelo vício, os freios negativos. De acordo com Lee, (2003), Malthus estava correto pelo menos quando se tratou da Europa pré-industrial, visto que a população foi mantida em equilíbrio pelas verificações positivas (altas taxas de mortalidade, fome e miséria) e preventivas (vícios, prostituição casamento tardio e contracepção).

Mais recentemente, conforme Bloom (2011), mesmo na projeção de baixa fecundidade, a população mundial atingirá o pico com cerca de 8,1 bilhões perto do ano de

2045 e, na projeção de alta fecundidade, um valor superior a 15,8 bilhões, depois de 2100. O envelhecimento populacional, desse modo, vem sendo discutido à medida em que as populações começam a sobreviver mais tempo nos períodos históricos.

A discussão mundial sobre crescimento populacional e desenvolvimento teve como marco a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento - CIPD, realizada no Cairo, Egito, em 1994. Nessa oportunidade houve uma mudança concreta sobre o direcionamento das temáticas, que passou da esfera demográfica para abarcar também questões relacionadas aos direitos humanos, estabelecendo saúde e direitos reprodutivos como valores em si mesmo.

Mc Falls Jr (2007) explica que o crescimento da população, e seu consequente envelhecimento, começou quando, na era moderna, os nascimentos começaram a superar as mortes. Ele definiu, desse modo, quatro estágios para esse fenômeno que alterou as estruturas etárias: a Transição Demográfica. No primeiro estágio da transição clássica a taxa de mortalidade era extremamente alta por causa da saúde precária e condições de vida difíceis. O segundo momento, se apresentou quando a taxa de mortalidade começou a cair, devido à melhoria das condições de vida e práticas de saúde. Com mulheres mais saudáveis, o excesso de nascimentos em relação às mortes desencadeou uma explosão populacional. No terceiro estágio da transição demográfica, proposto por Mc Falls Jr (2007), a taxa de natalidade² se move para baixo, eventualmente alcançando a taxa de mortalidade, diminuindo, assim o crescimento da população a nível quase zero. No quarto e último estágio da transição demográfica, a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade estão próximas novamente, mas flutuam em um nível relativamente baixo.

Essa sobrevida ao longo do tempo se deu, inicialmente, pelos avanços tecnológicos que passaram a combater as altas taxas de mortalidade mundiais. Alguns autores afirmam que o declínio da mortalidade é entendido pelo reflexo da combinação dos avanços na medicina, especialmente vacinas e antibióticos, combinados à uma alimentação adequada e com medidas de saúde pública focadas sobretudo em saneamento básico, água potável e controle de vetores. (CUTLER; DEATON; LLERAS-MUNEY, 2006; BLOOM; FINLAY, 2009)

Sob essa perspectiva de declínio da mortalidade, outros autores concluíram em seus estudos que a mortalidade infantil já era tão baixa que futuros aumentos na expectativa de

² O número de crianças que nascem vivas anualmente por cada mil habitantes em uma determinada área (FERREIRA, 2010).

vida não seriam relevantes e destacaram também os efeitos das novas ameaças à vida humana como a gripe aviária, resistência aos antibióticos, guerra, alterações climáticas, e obesidade (FRIES,1980 ; OLSHANSKY; BRUCE, 2001).

Já Oeppen e Vaupel (2002) evidenciaram o potencial aumento na expectativa de vida inerente ao estilo de vida saudável que a população vem adotando, não apenas restringindo a gordura da alimentação, ou desfrutando de uma dieta de baixas calorias, mas também recebendo todas as vacinas disponíveis, aproveitando-se de cuidados médicos, parando de fumar, praticando exercícios e evitando o consumo de álcool e drogas.

Guerra e Fígoli (2013) reforçam, contudo, que a esperança de vida, do modo que é comumente estimada, torna-se menor que a taxa real quando se compara as estimativas de período, com as de *coorte*, concluindo-se que vive-se mais do que se pensa ou se estima.

Entre os avanços da medicina, também pode-se citar o desenvolvimento dos contraceptivos. Contudo, a razão para o declínio da fecundidade ainda é uma questão controversa entre economistas e demógrafos. Bongaarts (1984; 1994; 1999) argumenta que as melhorias no acesso contraceptivo ajudaram a diminuir as taxas de fecundidade. Outros estudiosos discordam afirmando que o alcance à contracepção não explica a queda repentina das taxas de fecundidade e advogam que essa queda está na mudança das preferências das pessoas pela quantidade de filhos que desejam ou não ter, no contexto da possibilidade de contracepção (CARLSSON, 1966; PRITCHETT, 1994).

Bloom e Finlay (2009) acreditam que o processo do envelhecimento também é uma consequência da evolução dinâmica das taxas passadas de fecundidade e mortalidade já que as *coortes* começaram a atravessar as faixas etárias estabelecidas pela distribuição etária da população. Nesse sentido, pode-se inferir que o tamanho das faixas etárias de 80 a 85 anos em 2018, por exemplo, dependerá dos nascimentos entre 1933 e 1938 e das taxas de mortalidade que esta *coorte* experimentou ao envelhecer. Assim, de acordo com os autores, excluídos os efeitos de migração, quando a taxa total de fecundidade cai abaixo da reposição, a *coorte* de nascimentos será menor do que a *coorte* origem. Objetiva-se mostrar, desse modo, que tanto a mortalidade quanto a fecundidade proporcionarão efeitos na estrutura etária.

Nos últimos anos, a expectativa de vida da população aumentou e a taxa de mortalidade declinou, gerando alterações na estrutura etária. A população idosa relativa a determinado período é maior do que aquela do período anterior (BRODY;BROCK; WILLIAMS, 1987; OEPPEN; YI et al., 2002).

Contudo, a modificação da estrutura etária e consequente transição demográfica ainda não é uma realidade concluída para todos as nações. Observa-se que os países mais desenvolvidos, na Europa, por exemplo, já passaram pelos quatro estágios da transição demográfica, mas a maioria das nações menos desenvolvidas ainda está no estágio 2 ou na parte inicial do estágio 3 da transição, excluindo-se a China (MC FALLS JR, 2007).

Ademais, atualmente, os estudos a respeito do fenômeno da transição demográfica não estão preocupados em destacar a explosão demográfica, mas sim compreenderem o baixo crescimento populacional que muitos países estão vivenciando, com destaque para as baixas taxas de fecundidade; assim, o problema com uma sociedade em envelhecimento é que o número de dependentes idosos aumentará em relação ao número de indivíduos em idade ativa (LEE, 2003).

Segundo Alves, Vasconcelos e Carvalho (2010), quando há redução na população de crianças, fenômeno observado na transição demográfica, as políticas educacionais perdem peso relativo já que a população economicamente ativa (PEA) envelhecida e com estudo de qualidade significa uma força de trabalho com maior experiência e maior produtividade, o que consequentemente leva ao desenvolvimento econômico. Assim, nos anos subseqüentes, principalmente na fase 3 da transição demográfica, o investimento em educação reterá menor custo devido à queda da demanda por matrículas causada pela redução da população jovem, facilitando para o Estado investir em estudo de qualidade. Lam e Marteleto (2016) salientam que o menor tamanho da família reduz a competição por recursos em nível familiar, e eleva a disponibilidade de recursos de cada membro da família para aplicação na educação.

No decorrer desse fenômeno, as crianças também entram em evidência à medida em que consomem mais do que produzem. Esta fase dura até o final dos 20 anos, em muitos países, enquanto optam pela continuidade na educação. Esse quadro só se altera quando esse jovem ingressa no mercado de trabalho com aproximadamente 25 anos e pára de ser apoiado pela família. Esse período, até cerca de 65 anos, é considerado como os principais anos de trabalho, nos quais a produção irá exceder o consumo. Depois dos 65 anos, o consumo excede a renda e o idoso passa a necessitar de apoio familiar, poupança pessoal, aposentadorias e transferências previdenciárias. (SOUZA JÚNIOR; LEVY, 2014). Assim, quedas evidenciadas na taxa de fecundidade diminuem o número de jovens e aumentam a proporção de indivíduos na terceira idade, embora a população de idosos permanece inalterada.

A fase 3 de transição demográfica proporciona um outro fenômeno estudado principalmente pelos economistas: o dividendo ou bônus demográfico. De acordo com Bloom (2011) o dividendo demográfico é um composto de contabilidade e forças comportamentais fundamentais para a acumulação de capital físico, humano e tecnológico. De acordo com o autor:

As forças contábeis envolvem: (i) o inchaço da força de trabalho quando grandes *coortes* de jovens atingem a idade de trabalho e (ii) a tendência para poupança são relativamente altas durante um segmento chave dos anos de idade ativa.

O comportamento consistem em: (i) realocação de recursos da sociedade de investir em crianças para investir em capital físico, formação profissional, progresso tecnológico, instituições mais fortes, (ii) o aumento da participação do número de mulheres na força de trabalho que naturalmente acompanha declínio da fecundidade e (iii) o aumento da poupança que ocorre devido ao incentivo para poupar por períodos mais longos para aposentadoria. (BLOOM, 2011, p.566)

Bloom, Canning e Fink (2008), também expressaram outros efeitos do envelhecimento, contudo, negativos. De acordo com os autores, se a oferta de mão-de-obra e o comportamento de poupança, permanecerem inalterados, tanto a força de trabalho quanto a renda diminuirão de forma generalizada interferindo nas estruturas familiares.

De acordo com Burtless e Quinn (2001) as pressões econômicas causadas pela crescente proporção de idosos são maiores nos países desenvolvidos por declínios drásticos na idade da aposentadoria. Nos estados Unidos, por exemplo, a idade média de aposentadoria, medida pela taxa de participação na força de trabalho masculina, caiu abaixo de 50%.

A saída para esse quadro aparece na literatura mediada por uma solução comportamental proposta por Bloom (2011). Com a baixa taxa de fecundidade e a consequente diminuição de filhos, somados ao apoio de pais idosos não só para o cuidado das crianças, mas também na contribuição das despesas do lar, os sujeitos em idade produtiva podem trabalhar mais. Nessa perspectiva, os incentivos em educação podem se modificar no novo cenário já que a expectativa de vida aumenta e as oportunidades ao longo dela se expandem.

A perspectiva normativa estabelece que comportamentos sociais podem somar de formas diferentes para cada país no mundo, compensando os efeitos negativos de uma base curta na pirâmide populacional. Bloom, Canning, Fink e Finlay (2009a), por exemplo, discutem como esse quadro de declínio de fecundidade provocou um aumento da força feminina de trabalho. Já Bloom, Canning e Moore (2007), discutiram sobre os rumos do

hábito de poupar no contexto do envelhecimento populacional. O capitalismo corporativo e a ausência de uma educação para construção de uma cultura de comportamentos de consumo consciente para toda população de maneira geral, e para a população idosa de maneira específica, não entram na agenda de discussão da literatura analisada.

Desse modo, conclui-se que os efeitos do envelhecimento populacional podem ser ambíguos à medida em que cada país adota um comportamento diferente perante a sua população envelhecida (BLOOM,2011).

Não só o envelhecimento deve ser considerado nessa perspectiva, mas a qualidade de vida do idoso também deve ser levada em consideração. Os indivíduos desta faixa etária precisam apresentar boa saúde física e mental, manter uma boa alimentação, praticarem algum tipo de atividade física e terem a oportunidade de continuarem a conviver em sociedade, sem que sejam isolados ou se sintam compelidos a isto. É necessário que esse idoso se sinta parte da sociedade mantendo-se conectado com a comunidade, mantendo suas relações ou construindo novas (MELO, 2017).

O envelhecimento, entre outros reflexos, carrega o fenômeno de feminização da velhice, sobretudo pelos frutos dos amplos diferenciais do volume de idosos por sexo no Brasil (BERQUÓ, 1998). O resultado seria a dependência de arranjos institucionais como pensões ou outros benefícios previdenciários devido a essa longevidade (DE MELLO MOREIRA, 2014). Trata-se de uma questão sensível visto que as mulheres idosas, em sua maioria, tiveram uma trajetória de vida marcada pela pouca escolarização, pouca inserção no mercado de trabalho formal, baixa qualificação profissional e um ambiente sócio cultural marcado pela forte ideologia de gênero que indica um papel de subalternidade da mulher (DO NASCIMENTO, 2015).

Sobre as questões previdenciárias advindas desse fenômeno, Camarano (2002) destaca que o grau de dependência dos indivíduos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de rendas por parte do Estado. Como uma parcela importante da renda familiar depende da renda do idoso, sugere-se que quando se reduzem ou se aumentam benefícios previdenciários, o Estado não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração razoável dos rendimentos de famílias inteiras.

No tocante ao mercado de trabalho, a teoria de Camarano (2002), ganha força nos estudos de Ferreira de Souza *et al.*, (2010) na medida em que os autores concluem que as sociedades capitalistas supervalorizam o trabalho na vida dos seres humanos e, quando ele deixa de ser vivenciado, seja pela aposentadoria ou pelo próprio desemprego, irá

comprometer a qualidade do envelhecimento do indivíduo, principalmente se lhe faltarem habilidades e condições individuais para ter outros valores ou realizar outras atividade em sua vida.

Um panorama similar de envelhecimento pode ser visto no Brasil por meio dos seus níveis de mortalidade. A esperança de vida ao nascer para ambos os sexos, no país, que era de menos de 50 anos nos anos 1950, passou para 74,8 anos em 2013 e, de acordo com as previsões do IBGE será de 78,6 anos em 2030. Nesse mesmo período, as taxas de mortalidade infantil também passaram de 135 óbitos por mil nascidos vivos, em 1950, para 15 em 2013 (BRASIL, 2013) (ver Figura 4).

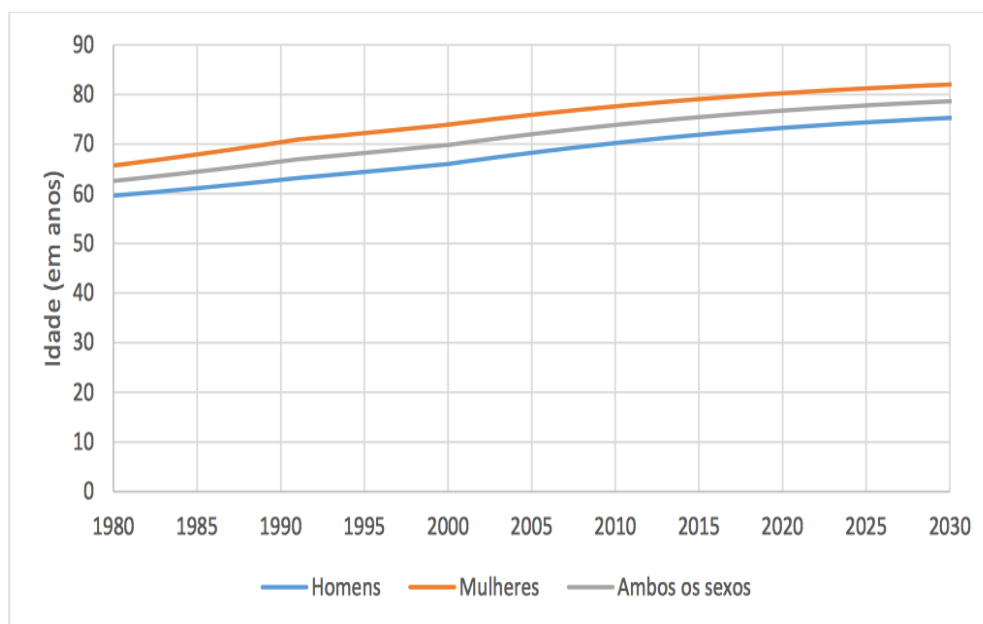


Figura 1 - Esperança de vida ao nascer. Brasil, 1980-2030

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Retroprojeção da População do Brasil por Sexo e Idade 2000-1980, out/20016

Nesse sentido, quando as taxas de fertilidade e mortalidade se mantem baixas, há um progressivo aumento na proporção de adultos e, mais tarde, de idosos. À medida que a população envelhece no Brasil, a pirâmide populacional, que era triangular em 1980, será substituída por uma estrutura mais cilíndrica ou retangular, em 2030, característica das populações europeias (figura 2).

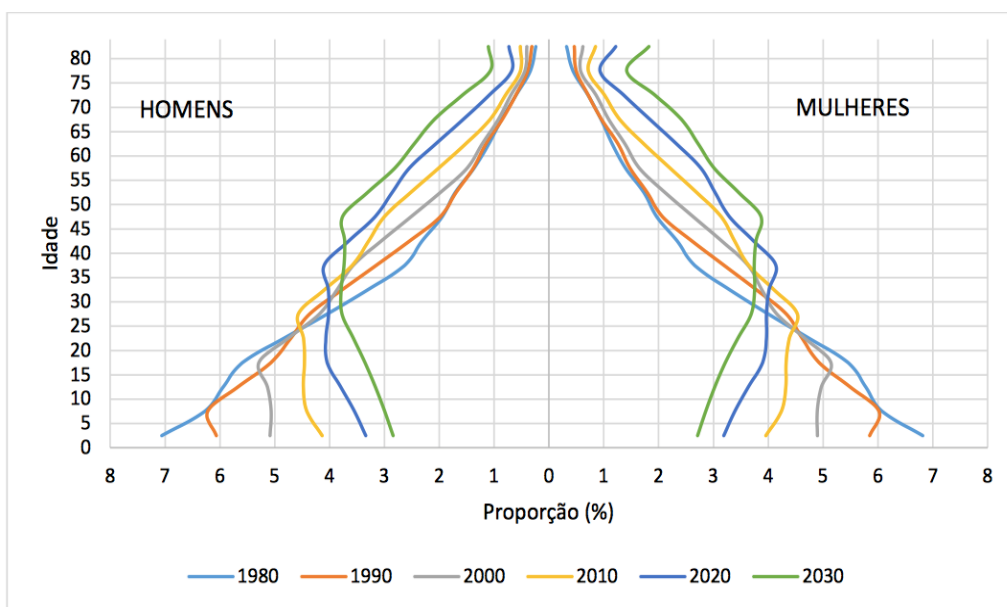


Figura 2- Proporção da população, por sexo e idade. Brasil, 1980-2030

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Retroprojeção da População do Brasil por Sexo e Idade 2000-1980, out/20016

O crescimento econômico do Brasil que se deu entre o período de 1950 a 1980, contribuiu para esse quadro. Foi palco da urbanização, monetarização, industrialização do país e constituiu as bases da transição demográfica, isto é, a redução das taxas brutas de mortalidade – TBM - e taxas brutas de natalidade - TBN. Desse modo, como as taxas de mortalidade caíram primeiro e em ritmo mais rápido do que as taxas de natalidade, houve uma aceleração do crescimento populacional em relação a todos os períodos anteriores.

Essas conclusões são reforçadas na análise de Berquó e Cavenaghi (2004), que por meio dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, descobriram que a Taxa de Fecundidade Total - TFT³ caiu em todo o Brasil, até mesmo nas regiões mais empobrecidas, como é o caso da população rural, menos escolarizada, negra e/ou residente na região Nordeste, ainda que de forma relativamente mais lenta, quando comparado ao que ocorreu nas décadas anteriores.

De acordo com Alves e Cavenaghi (2012) a transição demográfica no Brasil reduziu as taxas de mortalidade infantil, aumentou a expectativa de vida e reduziu as taxas de

³ A Taxa de Fecundidade Total corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo (ALVES, 2011).

fecundidade. Isso provocou uma mudança da estrutura etária e o país deixou de ser um lugar com predominância de jovens para se tornar um país com elevada proporção de idosos. Os autores ainda afirmam que também houve uma mudança das relações de gênero com maior empoderamento das mulheres e um lento processo de despatriarcalização da sociedade. Estas transformações tiveram um grande impacto sobre a forma de estruturação das famílias e sobre a dinâmica dos arranjos domiciliares. Existe, portanto, uma sinergia entre as transformações econômicas, sociais, culturais e demográficas. Mendes (2005), reflete que esse envelhecimento é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares, resultantes da trajetória de vida.

Kalache *et al.* (1987), discutem sobre o envelhecimento cronológico e o envelhecimento funcional no contexto da autonomia. Para os autores o envelhecimento cronológico associado a autonomia funcional, não é problema para o indivíduo ou para a comunidade, já que relaciona autonomia com qualidade de vida para o idoso. Essa autonomia é entendida desde a simples capacidade para realizar a sua própria higiene pessoal até um trabalho físico mais complexo. Também chamam a atenção para o planejamento dos países para acolher o grupo, principalmente os de economia periférica, que por conta de sua infraestrutura e condições econômicas precárias podem acelerar o envelhecimento funcional em detrimento do cronológico nos indivíduos.

Interessante refletir que a fase adulta e idosa, são mais longas fases da vida humana. Desse modo, é imprescindível observar não só a “idade” em que começa a vigorar a classificação “idoso”, mas também como a sociedade brasileira está se organizando para receber esse novo protagonista e as trajetórias heteogêneas que marcam os processos de envelhecimentos dos grupos populacionais.

2.2 – O envelhecimento da população brasileira: a pessoa idosa como nova protagonista social

O processo de transição demográfica mundial, fomentou questões sobre a velhice bem como chamou a atenção dos organismos internacionais para a criação de programas que contemplassem essa nova realidade. Tanto as ações encabeçadas pela Organização Mundial das Nações Unidas - ONU, como outros organismos internacionais, foram fundamentais para que o Brasil pudesse refletir sobre o novo cenário do envelhecimento, construindo

programas e consolidando políticas e leis necessárias para amparar esse novo protagonista social.

A primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982, com o foco nesse novo panorama mundial, foi convocada pela ONU e produziu o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Esse documento chama a atenção para ações voltadas para os idosos acerca de assuntos como saúde e nutrição, proteção de consumidores idosos, habitação e meio ambiente, família, bem-estar social, segurança de renda e emprego, educação e a coleta e análise de dados de pesquisa.

Quase uma década depois, em 1991, foi adotado o “Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas” que enumera cerca de 18 direitos dos idosos em relação à temas como independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade. Ainda no final dessa década, em 1999, foi celebrado pela primeira vez, o ano Internacional do Idoso.

As ações em nome do envelhecimento mundial continuaram em 2002, ano em que foi realizada em Madrid a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento. O objetivo desse segundo encontro foi desenvolver uma política internacional para o envelhecimento para o século XXI. Como frutos, surgiram a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid. O Plano de Ação atentou para a necessidade de mudanças de atitudes em todos os níveis para satisfazer as carências e as perspectivas do envelhecimento no século XXI. Suas recomendações específicas para ação dão prioridade às pessoas mais velhas, propondo a melhoria da saúde e o bem-estar na velhice, assegurando habilitação e ambientes de apoio.

A pessoa idosa, como novo protagonista social, emerge nesse contexto e coloca em discussão a necessidade de percorrer um “envelhecimento bem-sucedido” a despeito da dependência do indivíduo na velhice por questões de saúde e diminuição da capacidade funcional (PARAHYBA *et al.* 2005; ALVES, 2007; FIEDLER; PERES, 2008).

Sobre esse conceito, Depp e Jeste (2006), observaram que o engajamento social e a atitude positiva perante a vida são componentes essenciais para o envelhecimento bem-sucedido. Já Phelan e Larson (2002) buscaram definir o envelhecimento bem-sucedido, por meio de trabalhos que identificassem os prováveis indicadores desse sucesso. Foram elencadas características como satisfação com a vida, longevidade, ausência de incapacidade, domínio/crescimento, participação social ativa, alta capacidade funcional/independência e adaptação positiva. Alguns fatores preditores apareceram nos trabalhos e variavam conforme cada trabalho, como o nível educacional elevado;

participação social; senso de auto-eficácia; ausência de doenças crônicas e prática de atividade física regular. Contudo, Teixeira e Neri (2008) salientam que esse conceito possui apreciação individual e que é justificado no bem-estar subjetivo. Para elas, o envelhecimento bem-sucedido aproxima-se de um princípio organizacional para alcance de metas, que ultrapassa a objetividade da saúde física, expandindo-se em um *continuum* multidimensional, com ênfase sobre a percepção pessoal das possibilidades que cada indivíduo terá para adaptar-se às mudanças advindas do envelhecimento e das condições associadas.

Assim, em relação ao novo contexto de envelhecimento humano, a pessoa idosa precisa ir além de preocupar-se apenas com os aspectos relacionados ao corpo, como o cuidado e o exercício para prolongar a vida e a saúde. Estudiosos constataram que se deve prestar atenção a outras dimensões da vida como, por exemplo, ao estímulo à atividade mental e intelectual, pois esta pode modificar o comportamento acomodado que alguns indivíduos adotam ao envelhecer (VERGARA; FLORESTA, 1999).

Garrido e Menezes (2002) ressaltam que no Brasil, ainda são escassas as iniciativas relacionadas ao bem-estar da população idosa, mas gradativamente surgem centros de convivência, em clubes, paróquias, no SESC, além de universidades abertas da terceira idade que, prestam um importante serviço à comunidade idosa. No contexto da saúde, os mesmos autores (2002) evidenciam que o Ministério de Educação e Cultura reconheceu a geriatria como especialidade de residência médica e na área de saúde mental e a Associação Brasileira de Psiquiatria, criou o Departamento de Psicogeriatrics; releftindo, assim um panorama favorável no qual um número crescente de profissionais têm acesso para lidar com situações sociais, educacionais e econômicas que afetam a população idosa e estariam em consonância com as políticas previstas na Lei e Estatuto do Idoso.

Além dos profissioanais ligados à geriatria, que trabalham na perspectiva da doença na velhice, têm-se também a gerontologia que assume o papel da promoção da saúde e qualidade de vida, sendo a ciência que estuda o processo do envelhecimento em suas dimensões biológica, social e psicológica. Para Salmazo-Silva e De Lima (2012), o conceito de gestão em Gerontologia se estabelece num conjunto de ações de prevenção e promoção do envelhecimento ativo com o intuito de maximizar a independência, a autonomia e o bem-estar do idoso, da família e da comunidade. Desse modo, os autores defedem que é necessário fortalecer a atenção primária, integrar os sistemas de atenção social e de saúde,

otimizar recursos e tecnologias de informação, e formar profissionais que tenham uma visão do envelhecimento como um fenômeno complexo e dinâmico.

A quantidade de idosos no Brasil, portanto, já atingiu uma proporção tal que esse novo protagonista social precisou ser reclassificado em suas necessidades já que as *coortes geracionais* estão avançando cada vez mais na linha do tempo. Neste sentido, o conceito cunhado por Butler (1975) acerca do ageísmo permanece válido e essencial para analisar as barreiras para a inserção de pessoas idosas na sociedade. De acordo com o autor, a sociedade observa o fenômeno do envelhecimento com um olhar preconceituoso, tal qual o fenômeno do racismo, por exemplo, minimizando o potencial dos idosos na sociedade. Para Butler (1975) o ageísmo está ligado a intolerância ou a discriminação relacionada com a idade, alcançando idosos e até mesmo crianças nesse contexto. Desse modo, é preciso vencer esse preconceito, valorizando e oportunizando espaço para os idosos contribuírem na sociedade.

2.3 - Caracterização dos idosos jovens e longevos como categoria do estudo

A partir do contexto do novo protagonista social explicitado, surge a necessidade de realizar a conceituação e categorização do termo “pessoa idosa”, objeto de estudo dessa pesquisa. Conforme justificado, o aumento desse grupo, a mudança da estrutura etária e o aumento da expectativa de vida, refletem a necessidade de repensar as práticas sociais, econômicas e políticas direcionadas para os idosos.

Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a longevidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, a estrutura familiar e a sociedade (CAMARANO *et al*, 1999).

Assim, diversos fatores associados como o avanço da medicina, a distribuição de vacinas, o acesso cada vez maior à uma alimentação com alto valor nutricional e todos os outros recursos disponíveis nas últimas décadas, intervêm positivamente no fenômeno da longevidade, complexificando ainda mais a classificação e categorização dos idosos.

Afinal de contas, quem pode ser considerado idoso? Como categorizar a pessoa idosa? Em relação à definição, os documentos nacionais relacionados ao idoso possuem o mesmo conceito. Tanto no Estatuto do idoso quanto na Política Nacional do Idoso – PNI e, até mesmo, a Organização Mundial da Saúde - OMS, o idoso é definido como a pessoa que possui mais de sessenta anos.

Quanto à categorização, encontrou-se diversas maneiras. Uma das formas, seria a simples organização por aspectos biológicos ou por idade. Contudo, Camarano *et. al* (1999) argumentam que os idosos não são um grupo homogêneo e, suas condições sociais os expõem a contextos diversos impactando em sua saúde e qualidade de vida. De acordo com os autores, classificações padronizadas não contemplam a heterogeneidade que existe entre os indivíduos no espaço e no tempo, supondo que suas características biológicas sejam independentes de sua cultura, além de desconsiderarem a finalidade social que o conceito o idoso carrega consigo.

Já Rosset *et al.* (2011) afirma que a velhice pode ser subdividida, e os idosos podem ser classificados em faixas etárias que compreendem aqueles mais ativos, joviais e vigorosos, ou aqueles que sofreram uma perda substancial das funções e possuem maior probabilidade de serem frágeis e enfermos e terem dificuldade para realizar atividades da vida diária.

Outros autores classificaram os idosos longevos por meio de sua faixa etária; sendo aqueles que possuem 80 anos ou mais (MARAFON *et al.*, 2003, CRUZ *et al.*, 2004). Também são utilizados os termos idosos muito idosos (PERLS *et al.*, 1993), idosos mais idosos (CAMARANO, 2002; YI *et al.*, 2002; XIE *et al.*, 2008) e idosos mais velhos (MORAIS *et al.*, 2008), além de octogenários, nonagenários e centenários (NYBO *et al.*, 2003; CAMARANO *et al.*, 2004; PERLS, 2004; GREENSPAN *et al.*, 2007). Cada uma das categorias apresenta diferentes limites etários.

A OMS definiu como idoso um limite de 65 anos ou mais de idade para os indivíduos de países desenvolvidos e 60 anos ou mais de idade para indivíduos de países subdesenvolvidos.

Cabe ressaltar que no Brasil, leis, decretos e o próprio Estatuto do Idoso, se diferem quanto à idade mínima para ser considerado deste grupo. Isso pode ser comprovado na Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso - PNI, no Art. 2º, no qual a idade da pessoa idosa é “maior de sessenta anos ou mais”.

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso, também regula e assegura direitos às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Ainda, no inciso IX dessa mesma lei, incluído pela Lei nº 11.765, de 2008, é sinalizada a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda para esse grupo. E, quase dez anos mais tarde, na inclusão da Lei nº 13.466, instituiu-se que dentre os idosos, é assegurada prioridade

especial, nessa restituição, aos maiores de oitenta anos, atendendo-se às suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.

No Decreto nº 5.130, de 7 de julho de 2004 que regulamenta o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), considera-se idoso a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos. Também, no Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, entende-se por pessoa idosa “o indivíduo com 60 anos ou mais, seguindo-se parâmetros demográficos nacionais e internacionais”. (BRASIL,2010)

Em contrapartida, a Lei de Assistência Social de nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993, em seu artigo 20, regulamenta que o benefício de prestação continuada e a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso é assegurado a pessoas com **sessenta e cinco anos ou mais**, aumentando em cinco anos a idade das leis e decretos anteriores.

Também no Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, nota-se no Art. 4º que, para reconhecimento do direito ao benefício, considera-se idoso aquele com idade de sessenta e cinco anos ou mais.

Por fim, o decreto Nº 5.109, de 17 de junho de 2004 que institui e regula o Conselho Nacional do Idoso - CNI, se apoia nas linhas de ação e nas diretrizes conforme do Estatuto do Idoso (a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e, por isso, considera parte do grupo o indivíduo com mais de 60 anos.

Assim, percebe-se que de forma geral os direitos dos idosos brasileiros iniciam-se a partir dos sessenta anos, mas alguns benefícios só passam a valer a partir dos sessenta e cinco anos ou até mesmo oitenta anos.

Sobre os idosos jovens não foram encontradas teorias que discorrem especificamente sobre a temática. Apenas o termo “idosos ativos” pode ser associado. O termo se aplica para idosos que possuem um estilo de vida saudável e autônomo (ROSSET *et al.*, 2011).

Desse modo, levando em consideração os conceitos nacionais e internacionais acerca das idades marco apresentadas nesse item, propõe-se para esse estudo as seguintes categorias assim denominadas: 50 a 59 anos, 60 a 69 anos e 70 a 79 anos; idosos jovens e 80 a 89 anos e 90 e mais anos; idosos longevos.

CAPÍTULO 3 – PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS PESSOAS IDOSAS

O objetivo desse capítulo foi contextualizar a educação na perspectiva do envelhecimento, tecendo um histórico das políticas públicas educacionais e das mudanças no Sistema de Ensino Brasileiro abrangendo, inclusivo, as políticas que permearam as *pseudocoortes* estudadas. Para o contexto das pessoas idosas no âmbito educacional, elencou-se as premissas das leis e políticas que respaldam a pessoa idosa no país comparando-as com o Plano Nacional de Educação – PNE afim de observar interrelação, consensos e dissensos entre os documentos.

3.1 – Educação em tempos de Envelhecimento Populacional

A educação é um processo contínuo que oferece ao indivíduo oportunidade de ampliar conhecimentos, saberes, competências e habilidades. Contudo, apesar de Freire (1997) defender que o homem é inacabado e está em constante aprimoramento, têm-se a educação como um processo naturalmente ligado ao jovem na medida em que a sociedade associa escolarização à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. O idoso, nessa perspectiva, não precisaria ser formado para um futuro profissional na medida em que nessa fase da vida já estaria em processo de aposentadoria, logo a prioridade educacional afastou-se desse grupo (LEBRÃO, 2007).

Tomando-se as políticas educacionais direcionadas para a pessoa idosa como referência, é notória a ausência de um projeto educacional destinado especificamente aos mais velhos. O que se observa são ações voltadas para a chamada educação de adultos, promulgadas com o objetivo de reparar um analfabetismo histórico e uma mão de obra ainda idade produtiva (CHILANTE; NOMA, 2009).

No viés capitalista, a educação para esse grupo pode ser vista como uma oportunidade de ganho visto a representatividade populacional dos idosos, bem como sua nova expectativa de vida que demanda por lazer saudável e formativo (ROSSI, 1977).

Já Pinto (2005) afirma que a educação deve ser entendida como forma de autorrealização e crescimento para esse grupo. Para o autor, a educação oportuniza a realização de projetos que, por ocasião do curso de vida individual não tenham sido concluídos.

Lima (2001) acredita no conceito do idoso aprendiz, afirmando que inúmeras iniciativas de aprendizagens para esse sujeito, desde cursos de graduação, a universidades abertas à terceira idade possibilitam a oportunidade desse idoso desenvolver sua inteligência emocional, elevar sua auto-estima para aceitar e acreditar em sua nova condição de vida.

A perspectiva do empoderamento da pessoa idosa, a partir da educação, é discutida por Neto *et al*, (2017). No artigo os autores advogam que a educação é componente essencial para auto-realização, o crescimento do intelecto, da criatividade do indivíduo e chamam a atenção de todas as esferas sociais para trabalharem em conjunto e tornarem realidade a educação, a saúde e o desenvolvimento humano sustentável por meio da promoção de ações biopsicossociais para esse grupo.

Dois conceitos importantes para a educação do idoso e sua consequente autonomia e qualidade de vida devem ser discutidos: a gerontologia da educação e o Life-span.

O Life-Span é apresentado por Scoralick-Lempke e Barbosa (2012) como um marco teórico no estudo do envelhecimento, uma vez que colaborou para mudar a concepção de que o idoso é um ser passivo e doente, ressaltando a possibilidade de desenvolvimento durante todo o curso da vida. Nesse contexto, os autores discutem a importância da educação para a velhice saudável, a oferta de atividades educacionais para esse grupo no país e elucidam os termos encontrados na literatura para designar o processo de aprendizagem ao longo do curso da vida. A educação direcionada para a pessoa idosa deixa evidente que independente dos anos de vida, o indivíduo pode aprender a viver de uma forma ativa, a desfrutar de autonomia e liberdade e acompanhar a evolução da sociedade.

Já Da Silveira *et al* (2012) estudam o conceito de gerontologia educacional e afirmam que é a ciência que estuda e propõe práticas de educação de idosos e da formação de profissionais para essa especialidade. Para os autores, a educação gerontológica, deve ser um projeto que envolva toda a sociedade, buscando superar mitos e preconceitos no convívio entre as várias idades da vida. Discutem além de formas e ações que proporcionem uma velhice ativa, tanto no aspecto individual, quanto na relação dos idosos com o mundo social que o cerca.

Kachar (2001) reforça que idosos têm suas peculiaridades e requerem uma abordagem educacional específica que consiga imergir em seu universo para compreendê-los e considerá-los as características físicas, psicológicas e sociais dessa faixa etária.

Ribeiro (2012), em sua tese doutoral, discute que a preservação das funções mentais no idoso são suficientes para a continuidade do processo de educação com vista a mantê-lo

ativo. Segundo a autora, o desenvolvimento da inteligência emocional desse idoso poderá contribuir para uma postura otimista e uma vida auto motivada. Nessa fase etária a autora também conclui que a educação não contribuirá para melhorar a posição ou status do idoso, mas sim afastá-lo da solidão mantendo-o ocupado e ativo.

Conclui-se que a educação na terceira idade incentiva e potencializa as capacidades do idoso, na medida em que enriquece seus conhecimentos, desenvolve suas aptidões e transforma suas atitudes e comportamento. Além das diversas relações encontradas sobre educação e envelhecimento populacional, é importante entender como está configurado o sistema de ensino brasileiro para que seja possível observar historicamente as políticas educacionais que se articularam no país em relação a esse grupo, no período estudado.

3.2 - Configuração Histórica do Sistema de Ensino Brasileiro e as Políticas Públicas Educacionais – Décadas de 1920 a 2010

A seguir, será elencado o contexto histórico educacional e as principais mudanças nas políticas públicas na esfera da educação dirigidas às populações que nasceram a partir da década de 1920. Essa contextualização faz-se necessária se considerarmos que esses fatos afetaram tanto a população atualmente idosa, quando essa ingressou pela primeira vez no sistema educacional, quanto aqueles idosos que irão avançar nas *coortes* nas próximas décadas. Serão tratadas as perspectivas dos níveis básico, médio, profissionalizante e outras formas de escolarização dos idosos.

Antes, contudo é importante salientar que existem diversas formas de se educar um indivíduo. São elas: a formal, a não formal e a informal. Define-se educação formal como aquela desenvolvida nas escolas com conteúdos curriculares previamente delimitados; a informal como sendo a que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização com a família, amigos, em seu bairro, clubes, carregadas de valores e culturas próprias, e, finalmente, a educação não-formal, defida como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formais de ensino (BIANCONI; CARUSO, 2005; DA GLÓRIA GOHN, 2006)

Entre outros objetivos, a educação formal ocupa-se do ensino e aprendizagem de conteúdos normalizados por leis, historicamente sistematizados, desenvolvendo várias habilidades e competências como motricidade e criatividade, entre outras. Já a educação informal, não possui intencionalidade, é espontânea e cuida da socialização dos sujeitos,

desenvolvendo sobretudo atitudes e comportamentos, guiado por valores e crenças dos indivíduos desde que nasceram. Para a educação não-formal fica a incumbência de descortinar o conhecimento sobre o mundo e suas relações sociais, com objetivos construídos no decorrer do processo interativo, tais como museus, meios de comunicação, cursos livres, feiras, encontros, entre outros (LANGHI; NARDI, 2009).

Contudo, apesar das várias formas de aprendizagem elencadas, reforço aqui que o foco desse estudo estará voltado às ações de educação formal na medida em que os dados provenientes dos censos governamentais são frutos dos resultados da configuração do ensino formal e, portanto, passíveis de serem analisados de forma assertiva.

3.2.1 - Educação Básica, Média e Profissional à luz dos idosos

3.2.1.a - Décadas de 1920 e 1930

O problema do analfabetismo no Brasil remonta à época do Império Brasileiro. Com o final da escravidão, por exemplo, homens, mulheres e crianças passaram a figurar nos índices de analfabetismo do país. No § 2º do artigo 10, do Ato Adicional de 1834, aprovado pela Lei nº 16 de 12 de agosto tem-se que:

Sobre instrução publica e estabelecimentos propios a promovê-la, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral. (BRASIL, 1834)

Essa foi a primeira manifestação designada para educação de jovens e adultos, no qual colocava sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas que ali vivessem, excluindo-se a educação superior que ficaria centralizada na capital, na época, o Rio de Janeiro.

Apesar desse esforço, com a chegada do século XX, o contexto do analfabetismo era dominante e o assunto voltou a ser discutido em 1915 com formação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo – LBCA, em reunião realizada no Clube Militar do Rio de Janeiro, que pretendia lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Apesar dos discursos ideológicos que demonstravam pensamentos como “expurgar a praga negra”, libertar do cativo do analfabetismo” ou “combater o maior

inimigo do Brasil, no final da década, ainda haviam cerca de 75% de analfabetos no país na época (DA SILVA, 2012).

Nesse período, a taxa de alfabetização da população brasileira cresceu, mas os níveis de analfabetismo ainda se mantiveram altos. Isso porque a população ainda estava em sua maioria no campo e ainda não havia a preocupação da preparação para o mercado de trabalho que estaria por se formar com a urbanização. (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nessa perspectiva, Romanelli (1983) reflete que até a década de 1920, aqueles que detinham o poder econômico e político, utilizavam a educação como distintivo de classe. As camadas médias da sociedade, desse modo, procuravam-na como via de ascensão e mobilidade social entre os estratos dominantes. Os caminhos percorridos pela educação apontaram para uma orientação que, ora se deu para a formação dos padres no exercício da atividade missionária, ora para a formação dos recursos humanos do Estado (oficiais da justiça, fazenda e administração), mas sempre para a formação dos filhos da classe dominante deixando claro que a educação servia apenas à essa classe.

Na década de 1930, o então presidente Vargas, preocupou-se em direcionar políticas públicas que beneficiassem o desenvolvimento do mercado interno para o setor urbano-industrial, influenciando a expansão do ensino. Porém, da mesma forma que o processo de expansão do capital, a expansão do ensino não se deu de forma homogênea entre regiões (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Essa década foi marcada pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP e da criação do Conselho Nacional de Educação - CNE, que possuía funções mais abrangentes que o seu antecessor, o Conselho de Instrução do Império e da República. A primeira tentativa de estruturar um sistema de ensino nacional por meio de decretos, foi a Reforma “Francisco Campos” realizada em 1931, no governo Vargas (Quadro 1).

Quadro 1 – Decretos da Reforma de Francisco Campos

Reforma de Francisco Campos		
Assunto	Decreto n	Data
Criação do Conselho Nacional de Educação	19.850	11/4/1931
Organização do ensino superior no Brasil e adoção do regime universitário	19.851	
Organização da Universidade do Rio de Janeiro	19.852	
Organização do ensino secundário	19.890	18/4/1931
Organização do ensino comercial e regulamentação da profissão de contador	20.158	30/6/1931
Consolidação as disposições sobre o ensino secundário	21.241	4/4/1932

FONTE: Autoria Própria com os decretos

A reformulação do ensino secundário, proposta por Francisco Campos dividiu-o em dois ciclos: Ensino Fundamental – com 5 anos, e que ficará conhecido como ginásio e Complementar – com 2 anos, que será a preparação para o Ensino Superior. Os demais níveis de ensino: Ensino Primário, Ensino Normal e Ensino Técnico, não foram contemplados (MASCARELLO, 2006).

A Constituição de 1934, promulgada pela Lei nº 16 de Julho desse mesmo ano, dedica um capítulo inteiro ao tema educação, trazendo à União a responsabilidade de "traçar as diretrizes da educação nacional" (art. 5º, inciso XIV) e "fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados" para "coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país" (art. 150º). Pretendendo-se dessa forma, por meio dessa unidade gerada pelo Plano Nacional de Educação, combater a ausência de unidade política entre as unidades federativas no contexto da educação, sem com isso tirar a autonomia dos estados na implantação de seus sistemas de ensino.

3.2.1.b- Décadas de 1940 e 1950

Após o final da segunda guerra mundial, motivados pelas orientações de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas - ONU e Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, que preconizaram a educação como a forma de “tirar o atraso no desenvolvimento dos países”, os movimentos de alfabetização de adultos foram alavancados.

Terminada a era de Vargas, no Brasil, aprovou-se a Constituição de 1946, consagrando as liberdades expressas em 1934, e no governo de Eurico Gaspar Dutra, estabeleceram-se os direitos e garantias individuais, assegurando a liberdade de pensamento, o direito universal à educação, sua obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Entretanto, Bittar e Bittar (2012) relatam que esses não chegaram a ser efetivos já que nessa época não foi garantida a universalização sequer da escola primária para todas as crianças.

No ano de 1942 foram decretadas as Leis Orgânicas do Ensino por meio de uma parceria entre o governo e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI estabelecendo-se o ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola. A Lei Orgânica do Ensino Primário só foi apresentada em 2 de janeiro de 1946 sob o Decreto-lei

no 8.529, que também veio acompanhada pelo Decreto-lei no. 8.530, Lei Orgânica do Ensino Normal no mesmo ano, de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Constituição dos níveis de ensino 1946 - Decreto-lei no 8.529

Nível de Ensino	Série	Duração	Faixa etária
Primário (possibilidade de acréscimo de mais um ano)	1ª série	4 anos	7 a 10 anos
	2ª série		
	3ª série		
	4ª série		
Ensino Secundário 1º ciclo - Ginásial	1ª série	4 anos	11 a 14 anos
	2ª série		
	3ª série		
	4ª série		
Ensino Secundário 2º ciclo – Curso Clássico ou Curso Científico	1ª série	3 anos	15 a 17 anos
	2ª série		
	3ª série		
Ingresso no Ensino Superior	Variável	Variável	Após os 18 anos

FONTE: Autoria própria com dados Decreto-lei no 8.529/1946

Sob esta ordenação, o Ensino Primário estruturou-se sob o quadro de quatro anos de fundamental e um ano de complementar. O Ensino Secundário manteve a divisão em dois ciclos: o primeiro ciclo ginásial, com 4 anos, conforme apresentado na Reforma Francisco Campos e o segundo ciclo colegial que foi subdividido em curso clássico e curso científico, com 3 anos cada, voltados ambos para a cultura geral que desembocava em qualquer curso superior (BRASIL, 1946).

Sob essa nova configuração, Ghiraldelli (2001), revela uma crítica no percurso educacional relacionado às classes sociais. Para ele, o caminho das elites levava direto do colegial para qualquer curso do ensino superior, contudo para as classes populares, caso conseguissem vencer a evasão escolar, o curso profissionalizante trilhado anteriormente, só dava acesso ao curso superior na mesma área (GHIRALDELLI, 2001).

Em 1947, foi criado o Serviço de Educação de Adultos – SEA, um programa nacional que visava alfabetizar pessoas adultas. Entretanto, o método pedagógico utilizado, no qual homogeneizava os alunos, bem como deficiências no material didático utilizado, também não conseguiu o efeito desejado. As pessoas que não sabiam ler ou escrever foram consideradas incapazes (STRELHOW, 2010).

A partir dessa experiência, começaram as discussões em torno de uma metodologia para ser utilizada na educação de adultos com o intuito de dissipar o caráter “aristocrático” da educação e conter a pressão popular pela democratização do ensino (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Nos anos 1950, com a volta de Vargas ao poder, agora eleito diretamente pela população, foram criadas as agências de fomento à pesquisa: em 15 de janeiro de 1951 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia e, em 11 de julho de 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Apesar dessa iniciativa, Ferraro (2002), salientou a ineficiência das reformas educacionais e a omissão do governo Vargas no cumprimento das leis já estabelecidas.

Em 1958, com a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, a metodologia Freiniana começa a ser disseminada nesse cenário. Freire sempre lutou pelo fim do ensino elitista e primava por uma educação democrática e libertadora, partindo sempre da realidade e da vivência dos educandos (FREIRE, 1987).

3.2.1.c- Década de 1960 e 1970

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB incorporou os princípios do direito à educação, da obrigatoriedade escolar e da extensão da escolaridade obrigatória, ao mesmo tempo que estabeleceu situações de isenção pelos quais o Estado não era obrigado a garantir matrícula. Entre seus dispositivos mais significativos têm-se que, tanto o setor público, quanto o setor privado, teriam o direito de ministrar o ensino em todos os níveis. O Estado poderia subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais e flexibilidade de organização curricular. Em relação à sua estrutura manteve a mesma organização anterior de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3 – Constituição dos níveis de ensino entre 1961 e 1968

Nível de Ensino	Série	Duração	Faixa etária
Pré Primário	Maternal e Jardim de Infância	3 anos	4 a 6 anos
Primário (possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicadas).	1ª série	4 anos	7 a 10 anos
	2ª série		
	3ª série		
	4ª série		
Ensino Médio 1º ciclo - Ginásial	1ª série	4 anos	11 a 14 anos
	2ª série		
	3ª série		
	4ª série		
Ensino Médio 2º ciclo – Colegial abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário	1ª série	3 anos	15 a 17 anos
	2ª série		
	3ª série		
Ingresso no Ensino Superior	Variável	Variável	Após os 18 anos

FONTE: Autoria própria com dados da Lei 4024 20/12/1961 e Lei n.º 5.540, de 28/11/1968

Nessa década, também, entra em cena o Movimento de Educação de Base – MEB em 1960, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o objetivo de desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Na esteira do MEB, outros movimentos importantes surgiram como o Movimento de Cultura Popular – MCP (Recife/PE), em 1961, a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” (Natal/RN) o Centro Popular de Cultura – CPC, criado pela União Nacional dos Estudantes – UNE, ou a Campanha Popular da Paraíba – CEPLAR e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização de adultos foram sistematizadas pela Extensão Cultural da Universidade do Recife. De acordo com Fávero (2002), esses movimentos proporcionaram um salto qualitativo em relação às campanhas governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos, sobretudo no compromisso assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como a orientação educativa para a ação.

Com o golpe Militar em 1964, chega ao fim as ações de alfabetização que tinham como foco o protagonismo humano para voltarem-se ao controle social. Nesse período, no ano de 1967, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. No programa, ao contrário dos anteriores que pregavam a interpretação dos signos e entendimento de suas realidades, o MOBRAL concentrou-se apenas na habilidade de ler e escrever. Nesse sentido, de acordo com Januzzi (1987), esse programa serviu na verdade para desenvolver o aluno e prepará-lo para uma função na sociedade. Logo os idealizadores do MOBRAL não estavam preocupados em atuar com seus alunos em uma relação horizontal, na qual ambos ensinam e aprendem no ato educativo, nesse período, o olhar da educação estava voltado para a manutenção da ordem e do desenvolvimento do país. Adotou-se uma perspectiva normativa e utilitarista da educação. Ordem e progresso desvinculados do compromisso ético com o desenvolvimento humano. O próprio recrutamento de alfabetizadores do programa acontecia sem muita exigência, reforçando a ideia de que para educar adultos é necessário apenas ser alfabetizada, sem entender o método pedagógico (COLETI, 2011).

A Constituição de 1967 foi criada no contexto do Regime Militar e apresentou particularidades como a falta de garantia da Universalização da educação. A Carta Constitucional consolidou o ensino obrigatório e gratuito para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, mas não com ensino médio e superior público prevendo que a gratuidade daria lugar a bolsas de estudos que deveriam ser restituídas. Poder-se-ia esperar que estudantes de

famílias com menos recursos e menos qualificados abandonassem os estudos com receio de que não dispusessem de condições de restituir as bolsas recebidas. A educação de jovens e adultos também não foi contemplada no texto (MORAIS, 2007).

Após o golpe militar de 1964, a legislação sobre as diretrizes e bases da educação nacional foi revista e, em 1971, a Lei Educacional n.º 5.692 passou a obrigatoriedade da escolarização brasileira para oito anos, com a instituição do 1º grau, junção da escola primária e do ginásio. O antigo colegial passou a se chamar 2º grau. As quatro primeiras séries continuaram ministradas por um único professor com formação de magistério em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes docentes oriundos da educação superior. A organização passou a ser, então, conforme especifica o Quadro 8 (BRASIL, 1971).

Quadro 4 – Constituição dos níveis de ensino 1971

Nível de Ensino	Série	Duração	Faixa etária
Pré Escola	Maternal e Jardim de Infância	3 anos	4 a 6 anos
1º Grau	1ª série	8 anos	7 a 14 anos
	2ª série		
	3ª série		
	4ª série		
	5ª série		
	6ª série		
	7ª série		
	8ª série		
2º Grau	1ª série	3 anos	15 a 17 anos
	2ª série		
	3ª série		
Ingresso no Ensino Superior	Variável	Variável	Após os 18 anos

FONTE: Autoria própria com dados da Lei n.º 5.692/71

A modificação advinda dessa lei tornou difícil a comparação entre os indicadores brasileiros e os dos demais países. As principais diferenças existentes são a longa duração do ensino fundamental obrigatório que teve a duração alterada para oito anos e seu início aos 7 anos de idade e não aos 6, como era comum (BRASIL, 1971).

A lei n.º 5.692/71 também proporcionou um marco legal na educação de adultos no Brasil, estabelecendo o ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação deliberou como sua função “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria” (BRASIL, 1971).

Foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, com o objetivo de escolarizar um grande número de pessoas, a um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de

trabalho com exigência de escolarização cada vez maior. Contudo, como esse modelo de ensino era individualizado e não requeria frequência obrigatória; não rendeu muitos frutos devido a sua evasão e restrição de socialização, fazendo com que o aluno não tivesse consciência do processo educativo, objetivando apenas obter o diploma (LOPES; SOUSA, 2005).

A questão da velhice no país era tratada, até meados da década de 60, por uma abordagem assistencialista com serviços de acolhimento e tratamento de enfermidades. Contudo, aos idosos que não necessitavam recorrer a esse tipo de assistência, não eram oferecidos programas ou serviços de qualquer natureza, organizados por governos ou comunidades. Nesse sentido, sentiam-se isolados e excluídos da sociedade, fruto do preconceito pela imagem atribuída à velhice nessa época. O Serviço Social do Comércio, SESC, possui um documento institucional que aponta 36 anos de trabalhos realizados com esse grupo “a ação do SESC com a terceira idade foi um dos programas sociais pioneiros no continente latino-americano na organização de programas sócio-educativos e culturais voltados ao atendimento ao idoso” (SESC, 1999, p. 6).

3.2.1.d– Décadas de 1980 e 1990

No panorama internacional, em 1990, houve a primeira mobilização mundial em Jomiten, no qual diversos governos assinaram a Declaração Mundial de Educação para Todos, no qual comprometeram-se em garantir uma educação básica para crianças, jovens e adultos, independentemente de sexo, etnia, classe social, religião e ideologia. Dez anos mais tarde, em Dacar, foi realizado um balanço das metas estabelecidas em Jomtien que revelou que a maioria dos países em desenvolvimento, deram pouca atenção para a educação e aprendizagem de adultos. Com vias a pensar nesse problema, em 1997, aconteceu a Conferência Internacional de Educação de Adultos que previu em seu item 9 que a educação básica para todos, significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial coletiva ou individualmente (UNESCO, 2004).

Já no Brasil, no período de 1985 a 1990 o MOBREAL, a partir do extinto Decreto nº 92.544, de 15 de Abril de 1986, passou a ser reconhecido como Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR, que foi extinta logo após a posse do primeiro presidente eleito do Brasil depois do regime militar: Fernando Collor de Melo.

No governo de Collor, o Ministério da Educação e Cultura - MEC desencadeou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC com o objetivo de mobilizar a sociedade para a alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais mas, como essas não puderam exercer nenhum controle sobre a destinação de recursos e o programa foi encerrado depois de um ano. A partir daí iniciou-se a omissão dos governos nas esferas federais que perdurou e consolidou-se inclusive no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a Lei n. 9.394 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases - LDB que previu iniciativas que reforçavam a educação de base e desaceleravam iniciativas de alfabetização para jovens e adultos.

A educação, como direito social de todos passou a ser assegurada pela Constituição Federal em 1988. Guiar os caminhos do ensino no país tornou-se competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que estabelecem uma legislação para garantir que ela cumpra sua função social de formar cidadãos.

A Seção I do Capítulo III da Constituição de 1988, intitulada “Da Educação”, exhibe pontos importantes em relação ao sistema de ensino em geral, bem como os recursos destinados e os deveres do Estado em sua promoção, oferecendo “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A LDB, nº 9.394/96 teve como objetivo normatizar a educação e ofertá-la de forma igualitária. De maneira prática, a ela elencou os órgãos administrativos responsáveis pela educação, os níveis e modalidades de ensino sempre visando atender os princípios da Constituição. Com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96), organização do sistema escolar foi alterada, bem como a sua denominação (Quadro 5).

Quadro 5 – Constituição dos níveis de ensino 1996 - LDB 9.394/96

Níveis e Subdivisões		Duração	Faixa Etária	
Educação Básica	Educação Infantil	Creche	0 a 3 anos	
		Pré-escola	4 a 6 anos	
	Ensino Fundamental		8 anos	7 a 14 anos
	Ensino Médio		3 anos	15 a 17 anos
Educação Superior	Cursos por área		Variável	Acima de 17 anos

FONTE: Autoria própria com dados da Lei 9.394/96

Com o novo arranjo, o atendimento de crianças de 0 a 6 anos passou a ser denominado Educação Infantil. Os antigos 1º e 2º graus passaram à denominação de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. A LDB reduziu a dois os níveis de educação escolar: o da educação básica, composta por educação infantil, ensino fundamental e médio, e a educação superior. A educação profissional, passou a ser considerada como modalidade de ensino articulada com esses níveis, embora seja aceita, como habilitação profissional, nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Foi a partir da LDB de 1996, também, que outras modalidades de ensino como a educação especial e a educação indígena, ganharam especificidades dentro da nova forma de organização.

No que diz respeito aos tipos de categoria administrativa, observa-se na LDB, no Título IV, “Da Organização da Educação Nacional”:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (BRASIL, 1996)

Ainda segundo o Título IV, artigos 8º até o 20º da LDB 9.394/96, as instituições públicas e privadas estão ao cargo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Cabe à União, “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996). Entre suas principais atribuições está a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE, prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, assegurando formação básica comum, garantindo o processo de avaliação nacional da educação superior, bem como regular esse nível de ensino.

Aos Estados cabem, primar pelas instituições estaduais de níveis fundamental e médio, de órgãos públicos ou privados. Nesse sentido, o Estado deve incentivar um regime de colaboração com os Municípios dividindo as responsabilidades da educação fundamental, trabalhando planos educacionais em consonância com o PNE e assumindo o transporte escolar da rede estadual.

Aos Municípios ficou estabelecido o compromisso pelas instituições de ensino infantil e fundamental, podendo cuidar de instituições de ensino médio. Também devem assumir o transporte dos alunos para as escolas do município. Têm a opção de se integrarem ao sistema Estadual de ensino e compor um sistema único de educação básica. Ao Distrito federal, se aplicam as competências do Estado e do Município.

De acordo com a autora Di Pierro (2005) quando a LDB focalizou a escolaridade não realizada no passado, firmou um paradigma compensatório que acabou por direcionar a escola para jovens e adultos com rígidas referências curriculares, metodológicas, impedindo a flexibilização da organização escolar necessária para atender das especificidades desse grupo.

3.2.1.e– Décadas de 2000 e 2010

Apesar de surgimento do Programa Nacional de Alfabetização – PAS, em 1996, promovido pelo governo federal com foco em jovens de 12 a 18, mas que também aceitavam adultos, ou do estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, em 1999, no contexto educacional do país, foi somente em 2003, com o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, do MEC, que houve uma promoção da superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, de forma mais assertiva. O programa faz parte das políticas de inclusão e diversidade voltadas aos grupos sociais historicamente excluídos, como: jovens, adultos e idosos não-alfabetizados ou com baixa escolaridade, afrodescendentes e quilombolas, populações do campo, povos indígenas, população privada de liberdade, crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, mulheres e pessoas com deficiência (MEC, 2011).

Contudo, foi na LDB a primeira vez que se regulamentou a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Título V, capítulo II, como modalidade da Educação Básica, superando sua dimensão de ensino supletivo e regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. De acordo com o artigo 37, em nova redação pela Lei nº 13.632, de 2018 “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” e, no § 3º que: “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente,

com a educação profissional, na forma do regulamento”, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

De acordo com o parecer da CNE/CEB 11/2000 a função da EJA era reparar uma dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais. Desse modo:

(...) a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vocacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionero regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena. (CNE/CEB 11/2000)

Já na Resolução CNE/CEB 1/2000 de 5 de Julho de 2000 que reza sobre as diretrizes curriculares da EJA esse padrão do incentivo à diversidade é reforçado, à medida em que regula que na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino se “considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio” (BRASIL, 2000).

O ano de 2001, no dia 9 de dezembro, Fernando Henrique implementa a Lei 10.172 que marca, de forma oficial, o primeiro Plano Nacional da Educação. Um documento extremamente relevante para a educação que visa a elaboração de plano decenais que têm como objetivos principais o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria do ensino em todos os seus níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais, acesso e permanência na educação pública bem como a democratização da gestão educacional do ensino público. Propondo que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, trabalhem juntos na divulgação e realização progressiva dos objetivos do PNE.

Em 2003, já no governo Lula, o MEC realizou em todo território nacional, o Programa Brasil Alfabetizado – PBA, priorizando municípios que apresentavam alta taxa de analfabetismo. Os objetivos do programa são:

- a) Incentivar o reconhecimento da educação de jovens e adultos como direito;
- b) Induzir a institucionalização da educação de jovens e adultos como política pública nos sistemas de ensino;

- c) Apoiar a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos na perspectiva da educação continuada, entendendo a aprendizagem como processo que se dá em diferentes espaços e em todas as dimensões da vida;
- d) Promover e valorizar as diferentes formas de educação, formal e não-formal, para jovens e adultos (MEC, 2011).

Desse modo, os egressos do PBA são encaminhados às turmas de EJA para continuidade dos estudos, traduzindo-se em um instrumento que exige a responsabilidade, o compromisso e a articulação dos municípios, estados, distrito federal e governo federal, essenciais para institucionalizar as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – EJA e garantir espaço, qualidade e ampliação da oferta. Sempre regulados pelo Plano Nacional de Educação que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

Têm-se, também, iniciativas de alfabetização inicial dos trabalhadores que surgiram no governo FHC e atravessaram o governo Lula. Coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho - SEFOR/MTb, o Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR, não é um programa de ensino fundamental ou médio, destinando-se à qualificação profissional da população economicamente ativa, trata-se de formação complementar e não substitui à educação básica. De acordo com Manfredi (2002), o desenvolvimento do PLANFOR orientou-se pelos princípios de descentralização das atividades, conjunção de recursos públicos, privados e externos com participação de múltiplos atores. Nesse sentido, articulou seis grandes conjuntos de agências formadoras: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; as universidades públicas e privadas; o chamado Sistema S (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE); os sindicatos de trabalhadores; as escolas e fundações de empresas; as organizações não-governamentais e a rede de ensino profissional livre. Na perspectiva dos idosos, o Serviço Social do Comércio - SESC foi a instituição destacou-se por oferecer aos idosos informações relevantes para a qualidade no envelhecimento, programas de preparação para aposentadoria, atualização cultural, atividades físicas, manuais ou artísticas (CACHIONI, 1999).

No governo Lula, a partir das limitações encontradas pelo Ministério do Trabalho, surge o Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional - PNQ implantado em julho de 2003. Contudo Peixoto (2008), em sua dissertação de Mestrado, revelou que o PNQ incorporou a maior parte dos objetivos do PLANFOR, inclusive ao que se refere à elevação

da escolaridade, afirmando que não ocorreram mudanças substanciais, à medida que as alterações foram, na realidade, adequações terminológicas e conceituais.

O decreto n. 7.352/10, assinado no governo Lula, dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. De acordo com o Art. 14, ao PRONERA cabe apoiar não só a alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental, mas também uma formação profissional conjugada com o ensino de nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento, além da capacitação, formação e escolarização de professores.

Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) criticam os esforços para a erradicação do analfabetismo e sinalizam alguns pontos que devem ser tratados com um olhar mais atento. Para os autores, os marcos e estratégias que pontuam a escolarização do adulto como “reposição da escolaridade perdida na idade inadequada” são ultrapassados na medida em que os adultos são cognitivamente capazes de aprender ao longo da vida com todas as mudanças tecnológicas, econômicas ou sócio-culturais, mas que as políticas voltadas para esse público devem ser abrangentes, diversificadas e flexíveis.

Outra crítica dos autores (2001) está relacionada ao estilo de planejamento das agências formadoras que devem superar a concepção do modelo de educação compensatória. Os adultos e idosos precisam de currículos flexíveis, que integrem as dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de aprendizagem informais e formais, combinando meios de ensino presenciais e a distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente mediante diferentes trajetórias formativas.

Além da flexibilização da organização curricular, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) sugerem a autonomia dos centros educativos para que formulem projetos pedagógicos coerentes às necessidades educativas das comunidades em que estão inseridos, oferta de ensino de forma presencial ou a distância, aproveitando os estudos nas diferentes modalidades e meios e, por fim, aperfeiçoar os mecanismos de avaliação das aprendizagens adquiridas na experiência profissional ou pessoal.

3.2.2 - Outras iniciativas formais de escolarização para os idosos

Além da escolarização Fundamental e Média, existem outras iniciativas formais, informais e não-formais de escolas especiais brasileiras públicas e privadas para os idosos. Como iniciativas formais, na esfera privada, têm-se as Instituições de Ensino Superior - IES à exemplo das escolas da maturidade, configuradas por meio de cursos de extensão ou graduações regulares e, na pública, as Universidades Abertas da Maturidade - UAMA ou Universidades Abertas à Terceira Idade- UATI vinculadas ou não às ações de extensão das universidades.

Iniciativas não-formais também foram observadas nessa pesquisa como o Programa Maturidade Ativa da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São José dos Pinhais, Grupos de Turismo e Lazer do SESC, entre outras ações e programas. Entretanto, não foram considerados nesse estudo devido à impossibilidade de verificar os dados de adesão dos idosos nesses mecanismos educacionais.

Historicamente, a Universidade da Maturidade surge na década de 1970 como uma atitude de ser ativo na velhice, formulada pelo psicopedagogo Pierre Vellas, na Universidade de Toulouse, França. A primeira escola aberta para a terceira idade do Brasil, foi fundada em 1977, pelos técnicos do SESC, e serviu de base para os programas de Universidade Aberta à Terceira Idade do modo como estão hoje constituídos. De acordo com Paula (2007) a Universidade da Maturidade cumpre objetivos como área de saberes partilhados e experienciados e também como espaços voltados para profissões, tecnologias, desporto, cultura e artes.

Desse modo, para atingir aos objetivos propostos pela matriz curricular é necessário adaptá-la às necessidades desse grupo e, de acordo com Silvestre (2003) desmistificar e desconstruir a educação escolar, reconstruindo-a de modo abrangente e adaptando-a para as comunidades locais e regionais, preservando contextos, espaços, saberes, culturas, tradições e experiências e principalmente, favorecendo a apropriação da lógica escolar pelo sujeitos a partir de suas regras e nuances.

A criação dessas instituições favoreceu diversos aspectos sociais e cognitivos dos indivíduos que começaram a demandar suas atividades. De Souza (2014) realizou um estudo no Programa da Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP/UEMG com o objetivo de identificar a motivação dos idosos ingressantes na Universidade Aberta para a Maturidade. A pesquisa foi realizada com indivíduos acima de 50 anos e observou que se destacam quase

em 50% as questões psicossociais como inserção social, oportunidade para diálogo e participação, melhora da ansiedade, diminuição da solidão, auxílio para tomada de decisões. As questões biológicas como depressão, hipertensão, diabetes, dor, atividade física apareceram em segundo lugar e, por fim, questões gerais como abrir comércio, aprender inglês ou informática.

Já Silva (2014) verificou a presença da depressão e da autoestima em idosos que frequentam a UAMA, da Universidade Estadual da Paraíba antes e após o término do primeiro semestre, por meio de um estudo descritivo analítico do tipo longitudinal e observou que a depressão apresentou-se com suspeição em apenas um idoso após o término do semestre e a autoestima se manteve constante e elevada, concluindo que UAMA tem contribuído de forma positiva para o bem-estar de idosos, atuando como mediador de uma velhice bem-sucedida.

Observa-se, portanto que essas iniciativas cumprem não só a função de auxiliar o indivíduo num envelhecimento bem-sucedido, mas também condizem e auxiliam no alinhamento dessas universidades com as proposições das políticas públicas apresentadas por meio da Política Nacional do Idoso - PNI e do Estatuto do Idoso, discutidas a seguir.

3.3 – Direitos dos idosos e Metas para o grupo no Sistema Educacional Brasileiro

No Brasil, somente uma década depois da Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, e um número de idosos expressivo no país, é estabelecida a Política Nacional do Idoso - PNI, por meio da Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

No artigo 10, inciso I, Decreto no. 1.948/96 que regulamenta a referida Lei, o Ministério da Educação, é eleito o órgão capaz de planejar uma proposta educacional ao idoso (BRASIL, 1994). A partir dessa legislação emergem as universidades abertas à terceira idade como forma de incrementar as ações educacionais direcionadas para os idosos.

Dez anos mais tarde, realizou-se em 2004, em Brasília, o I Seminário sobre Educação e Envelhecimento Populacional, tendo como pauta a discussão sobre a inclusão de disciplinas que abordem a temática do envelhecimento, em todos os currículos dos cursos universitários brasileiros. Contudo é interessante observar que mesmo iniciadas, essas discussões se perderem no tempo e não foram efetivadas até o momento dessa pesquisa.

Além da Política Nacional do Idoso, consolidou-se o Estatuto do Idoso, por meio da Lei 10.74/03, e, por fim, a criação da lei Nº 5.109, de 17 de junho de 2004 que instituiu o Conselho Nacional do Idoso - CNI para realizar o acompanhamento das políticas públicas direcionadas ao grupo.

No contexto educacional, recorte de análise desse estudo, a Política Nacional do Idoso preconiza resumidamente que deve-se adequar currículos e metodologias para o público, inserir a temática do envelhecimento no intuito de evitar o preconceito, inserir a gerontologia e geriatria no currículo das universidades, desenvolver programas educativos, incentivar o ensino à distância e a criação da universidade aberta para a terceira idade.

Já o Estatuto do Idoso no Capítulo V, “Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer” do Art. 20 ao Art. 25 prescreve, de forma geral, direitos à cultura, esporte e lazer além da educação, adequação de currículos e metodologias, bem como a inserção do grupo no universo tecnológico para a vida moderna. Além disso os idosos são chamados à participação da vida cívica para preservação da memória, e nos espaços de fala, através dos meios de comunicação com finalidade informativa sobre o processo de envelhecimento, a oferta de atividades formais e não formais nas universidades, bem como a criação das Universidades Abertas.

O Conselho Nacional do Idoso, no contexto educacional, por fim, cede, de acordo com o Art.3, um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República para o a temática da Educação.

Percebe-se, desse modo, que a Educação, no enquadramento das legislações citadas, está preocupada sobretudo com promoção do envelhecimento (currículos escolares), e inserção dos idosos no contexto social através da garantia de participação nos meios de comunicação ou da vida cívica. A educação formal, foco desse trabalho, aparece pouco ou quase nada é contemplada.

Desse modo, é importante criar um quadro comparativo tomando-se o Plano Nacional de Educação, como norteador comparativo para entender as tangências, dissonâncias ou interrelação existentes com os documentos supracitados: Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso.

Nesta ocasião é importante deixar claro que o PNE analisado foi o aprovado pela Lei 10.172, sancionada pela presidente Fernando Henrique Cardoso em 9 de janeiro de 2001, não o PNE vigente (2014-2024), referente ao artigo Art.2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A escolha desse PNE, em específico, foi realizada para que as premissas da

educação registradas no Quadro 6 estejam dentro do espaço temporal de análise delimitado neste trabalho; políticas públicas implementadas no período de 1991 a 2010.

Desse modo buscou-se elencar as metas do PNE - 2001 que abarcaram os esforços direcionados aos idosos enumerando também aqueles direitos previstos por lei para o grupo (Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso) nos incisos que se relacionam com o âmbito da educação. O objetivo foi evidenciar trechos compatíveis desses planos e políticas sob o olhar da educação. Os “x”, nas células do quadro representam a ausência de textos compatíveis entre os documentos.

Nesse momento a autora utilizou os passos de Bardin (1977) para extrair os segmentos textuais e construir o quadro de análise. É importante salientar que todos os textos encontrados no PNE estavam direcionados para jovens e adultos e o universo do idoso não foi contemplado de maneira direta. Com essa primeira triagem já foi possível analisar que as políticas não estão direcionadas diretamente ao grupo, e sim, para jovens e adultos (aqui neste estudo contemplando e abarcando a categoria dos idosos) que estão fora da faixa escolar e necessitam ou procuram por ampliar sua escolaridade.

Têm-se, por exemplo, o analfabetismo como um dos grandes problemas educacionais para os grupos de idosos, no contexto do PNE, mas é preciso entender se as políticas direcionadas a esse grupo e aqui representadas pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso estariam preocupadas com esse quadro e, inversamente, se o próprio PNE teria ações efetivas direcionadas para esse grupo de forma a atender suas necessidades específicas. No capítulo Resultados, serão exibidas as análises de conteúdo metrificadas a partir do conteúdo organizado no Quadro 6.

Quadro 6 – Quadro Comparativo PNE e Legislação dos Idosos

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
ENSINO SUPERIOR	13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.	X	X
	21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.	X	X
	35. Observar, no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e educação de jovens e adultos.	X	X
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.	X	X
	2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.	X	X
	3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.	X	X
	4. Estabelecer programa nacional, para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.	X	X
	5. Estabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino	X	X

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.		
	6. Realizar, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo.	X	X
	7. Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo.	X	X
	8. Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos.	X	X
	9. Instar Estados e Municípios a procederem um mapeamento, por meio de censo educacional, nos termos do art. 5º, §1º da LDB, da população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população.	X	X
	10. Reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos.	X	X
	11. Estimular a concessão de créditos curriculares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de jovens e adultos.	X	X

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12. Elaborar, no prazo de um ano, parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.	X	X
	13. Aperfeiçoar o sistema de certificação de competências para prosseguimento de estudos.	X	X
	14. Expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.	Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;	Art 25 - As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.
	15. Sempre que possível, associar ao ensino fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.	X	X
	16. Dobrar em cinco anos e quadruplicar em dez anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.	X	X
	18. Incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos, tenham ou não formação de nível superior.	X	X
	19. Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade.	f- Apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;	Único - O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	22. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.	X	X
	23. Nas empresas públicas e privadas incentivar a criação de programas permanentes de educação de jovens e adultos para os seus trabalhadores, assim como de condições para a recepção de programas de teleeducação.	X	X
	24. Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.	X	Art 20 - O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.
	25. Observar, no que diz respeito à educação de jovens e adultos, as metas estabelecidas para o ensino fundamental, formação dos professores, educação a distância, financiamento e gestão, educação tecnológica, formação profissional e educação indígena.	X	X
	26. Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica.	X	X
EDUCAÇÃO DISTÂNCIA	8. Ampliar a oferta de programas de formação a distância para a educação de jovens e adultos, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino fundamental, com especial consideração para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da população rural.	Desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições do idoso;	Art 25 - As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.
	22. Observar, no que diz respeito à educação a distância e às novas tecnologias educacionais, as metas pertinentes incluídas nos capítulos referentes à educação infantil, à formação de professores, à educação de jovens e adultos, à educação indígena e à educação especial.		

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	10. Onde ainda não existam condições para formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz nº 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior.	X	X
	16. Promover, nas instituições públicas de nível superior, a oferta, na sede ou fora dela, de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil.	X	X
	17. Garantir que, no prazo de 5 anos, todos os professores em exercício na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, inclusive nas modalidades de educação especial e de jovens e adultos, possuam, no mínimo, habilitação de nível médio (modalidade normal), específica e adequada às características e necessidades de aprendizagem dos alunos.	X	X
FINANCIAMENTO	10. Estabelecer a utilização prioritária para a educação de jovens e adultos, de 15% dos recursos destinados ao ensino fundamental cujas fontes não integrem o FUNDEF: nos Municípios (IPTU, ISS, ITBI, cota do ITR, do IRRF e do IOF-Ouro, parcela da dívida ativa tributária que seja resultante de impostos), nos Estados e no Distrito Federal (IPVA, ITCM, cota do IRRF e do IOF-Ouro, parcela da dívida ativa tributária que seja resultante de impostos).	X	X
	11. Estabelecer programa nacional de apoio financeiro e técnico-administrativo da União para a oferta, preferencialmente, nos Municípios mais pobres, de educação de jovens e adultos para a população de 15 anos e mais, que não teve acesso ao ensino fundamental.		

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
X	X	X	Art21 - § 1º Cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.
X	X	b- Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;	Art 22 - Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
X	X	a- Adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;	Art 21 - O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.
X	X	c- Incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores;	X
X	X	d- Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação,	Art 24 - Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais

PNE (2001) - Área	PNE (2001) - Meta	Política Nacional do Idoso (1994)	Estatuto do Idoso (2003)
		a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;	voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.
X	X	X	Art 21 - § 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.
X	X	X	Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Fonte: Autora com dados do PNE (2001), Política Nacional do Idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003)

CAPÍTULO 4 - MATERIAIS E MÉTODOS

4.1- Características Gerais da Pesquisa

A pesquisa possui natureza exploratória com abordagem metodológica mista. Trata-se de revisão de literatura do tipo pesquisa bibliométrica, através do Enfoque Metaanalítico Consolidado – TEMAC, de pesquisa documental por meio de análise de conteúdo de políticas essenciais ao tema do envelhecimento e educação (PNE, Estatuto do Idoso e PNI), pelo uso do software Iramuteq, e pesquisa estatística descritiva com análise descritiva dos dados do Censo Demográfico para os anos 1991 e 2000, a partir dos softwares SPSS e excel com os dados da Plataforma IPUMS.

Está estruturada em oito capítulos conforme figura 3.

Estrutura da Pesquisa						
Capítulo 1	Introdução	Definição do problema	Objetivos	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: center;">Geral</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; text-align: center;">Específicos</div>		
Capítulo 2	Referencial Teórico	O processo de Envelhecimento Populacional	Transição demográfica e envelhecimento populacional	O envelhecimento da população brasileira: a pessoa idosa como novo protagonista social	Caracterização dos idosos jovens e longevos como categoria do estudo	
Capítulo 3	Referencial Teórico	Panorama da Educação Brasileira no contexto das pessoas idosas	Educação em tempos de envelhecimento populacional	Configuração Histórica do Sistema de Ensino Brasileiro e as políticas públicas educacionais – 1920 a 2010	Outras iniciativas formais de escolarização para os idosos	Direito dos idosos e metas para o grupo no sistema educacional brasileiro
Capítulo 4	Materiais e Métodos	Características Gerais da Pesquisa	Pesquisa Bibliométrica	Pesquisa Documental	Pesquisa Estatística Descritiva	Questões Éticas
Capítulo 5	Resultados	Pesquisa Bibliométrica – Revisão Metaanalítica -	Pesquisa Documental	Leis e Decretos do Idoso e Educação básica no Brasil	Análise de Conteúdo - Comparativo PNE e Legislação dos Idosos	Pesquisa Estatística Descritiva
Capítulo 6	Discussão dos Resultados					
Capítulo 7	Conclusão e Considerações Finais					
Capítulo 8	Impactos da Pesquisa					

Figura 3 – Estrutura da Pesquisa

FONTE: Própria Autora

Para as análises dos dados serão construídas duas categorias divididas em diferentes *pseudocoortes* etárias: os idosos jovens e os idosos longevos que serão oportunamente detalhadas no referencial teórico. Convencionou-se para esse estudo os seguintes parâmetros (Quadro 7):

Quadro 7 – Categorias de Análise

Categorias	Coorte etária
Idoso jovem	50 a 59 anos
	60 a 69 anos
	70 a 79 anos
Idoso longevo	80 a 89 anos
	90 e mais anos

FONTE: Própria Autora

Para efeito da análise dos dados a pesquisa utilizou os conceitos de Ryder (1965) e Mannheim (1993) que articulados trabalham a ideia de *coorte geracional* como um conjunto de pessoas que possuem mais ou menos a mesma idade, mas cujo critério de identificação reside nas experiências históricas comuns das quais elas tiram uma visão semelhante do mundo, à medida que vão envelhecendo juntas.

Para a análise dos dados será considerada a perspectiva do curso de vida de Blanco e Pacheco (2003) que supõe a generalização de que sempre há grupos de idades que viveram distintas experiências, e ao envelhecer, trazem experiências acumuladas que refletem as condições conjunturais políticas, econômicas e culturais em dado período de tempo, refletindo em experiências compartilhadas, adquiridas e transformadas pelas gerações.

Também será considerada a perspectiva do ageísmo, ressignificando o conceito de idoso baseado na estereotipagem e discriminação contra as pessoas que são etiquetadas como “velhas”, assim como o racismo e o sexismo se realizam em função da cor da pele e do gênero (BUTLER,1975; WHO 2018).

A figura 4, apresenta o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados; desde a coleta de dados, as técnicas utilizadas, até as ferramentas, análises e apresentação dos dados.

Detalhamento dos Procedimentos Metodológicos										
Natureza	Abordagem	Coleta de Dados	Fontes de Dados	Técnicas	Ferramentas	Recorte	Variáveis	Análise dos Dados	Apresentação dos Resultados	
Exploratória	Mista	Artigos	Secundárias	Pesquisa bibliométrica Enfoque Metaanalítico	Software gratuito VOSViewer 1.6.7	<i>Pseudo coortes</i>	Idade	Ryder (1965) e Mannheim (1993)	Texto	
		Leis	Censos Demográficos do IBGE 1991 2010	Pesquisa Documental	Software gratuito Iramuteq		Sexo		Tabela	
		Decretos	Web of Science	Análise de Conteúdo	Software SPSS versão 22		Região		Quadro	
		Bases diversas de dados	Google Acadêmico	Estatística	Microsoft Office (Word, Excel, Power Point e Internet)	Idosos Jovens 50 a 59 anos 60 a 69 anos 70 a 79 anos	Cor/raça	Curso de Vida Blanco e Pacheco (2003)	Figura	
			Portal do Planalto					Ageísmo Butler (1975)	Mapa de Calor	
								Estatística Descritiva	Gráfico	
								Análise de Conteúdo		
							Idosos Longevos 80 a 89 anos 90 anos e mais			

Figura 4 – Detalhamento dos Procedimentos metodológicos
 FONTE: Própria Autora

4.2 – Pesquisa Bibliométrica

Para a pesquisa Bibliométrica desse estudo foi aplicada a Teoria do Enfoque Meta Analítico Consolidado-TEMAC, de Mariano e Rocha (2017). Para uma sistemática de coleta de dados de qualidade, o TEMAC oferece três etapas: Etapa 1. Preparação da pesquisa, Etapa 2. Apresentação e interrelação dos dados e Etapa 3. Detalhamento, modelo integrador e validação por evidências.

Na etapa 1 definiu-se os termos de pesquisa, o espaço temporal e a base de dados. Foram utilizadas as palavras de pesquisa que estão associadas ao tema central. Os termos utilizados foram: “population-ageing” AND “schooling” para a análise geral sobre Envelhecimento e escolaridade. Nos resultados encontrados, buscou-se o termo “elderly” (idoso) para observar melhor as relações desse grupo com as temáticas. Ainda que o termo na atualidade seja considerado preconceituoso segundo perspectivas teóricas que embasam o ageísmo, os descritores controlados como o DECS e o MESH, estão frágeis e apresentam “elderly” quando o foco é envelhecimento.

Somente os resumos com a busca “idosos” foram analisados pelo programa Iramuteq, software ancorado no programa R permitindo, de modo estatístico, analisar discursos,

questionários de pesquisas e ajudar na interpretação textual. As outras análises aqui descritas foram realizadas com as grandes temáticas “Envelhecimento Populacional e Escolaridade”. A busca foi realizada no espaço temporal entre 1991 a 2018.

A base de dados utilizada foi a coleção principal da *Web of Science*, considerada como uma das melhores e mais completas base de dados (COBO *et al.*, 2012; ADRIAANSE; RENSLEIGH, 2013). Entre as vantagens mais relevantes desta base estão a adequada cobertura temporal (a partir de 1900-presente para algumas revistas) e a sua multidisciplinaridade que indexa mais de 12.700 periódicos, nas diferentes áreas científicas, contendo informações desde o início do século XX, sendo atualizada semanalmente.

Na etapa 2, utilizou-se a própria plataforma do Web of Science buscando as seguintes métricas com as temáticas Envelhecimento Populacional e Escolaridade:

- a. as revistas mais relevantes;
- b. revistas que mais publicam sobre o tema;
- c. evolução do tema ano a ano;
- d. documentos mais citados;
- e. autores que mais publicaram vs. autores que mais foram citados;
- f. países que mais publicaram;
- g. conferências que mais contribuíram;
- h. universidades que mais publicaram,
- i. agências que mais financiam a pesquisa;
- j áreas que mais publicam;
- l. frequência de palavras chaves.

Por último na etapa 3, foi utilizado o software gratuito VOSViewer 1.6.5, (<http://www.vosviewer.com/>), com a finalidade de criar clusters de aproximação dos dados bibliográficos encontrados nas buscas. Foram realizadas análises de co-citação de todos os trabalhos indexados na base de dados e de coupling, dos últimos três anos. A análise de co-citação apresenta as principais abordagens da pesquisa e o coupling os principais fronts de pesquisa. Por fim, realizou-se a análise dos resumos dos artigos relacionados apenas ao universo dos idosos numa análise fatorial confirmatória para encontrar segmentos de classe com o software Iramuteq.

4.3 – Pesquisa Documental

A segunda etapa deste estudo, constituiu-se em leitura exploratória para conhecimento do objeto por meio de um levantamento de documentos, leis e decretos, relacionados ao processo histórico percorrido pelo sistema educacional brasileiro no período de 1920 a 2010 e as legislações ligadas ao universo do idoso. As leis e decretos, sobre os idosos, foram obtidas no site do planalto central <http://www.planalto.gov.br>. Já os demais documentos são provenientes de fontes diversas e encontram-se referenciados.

Para atender ao segundo objetivo o específico, “Comparar o Plano Nacional de Educação (2001), Política Nacional do Idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003), segundo análise de conteúdo por meio do software Iramuteq”, foi construído um quadro comparativo com todas as informações compatíveis entre as políticas públicas educacionais e dos idosos a saber: PNE (2001) , Política Nacional do idoso (1994) e Estatuto do Idoso (2003).

Para o levantamento dessas informações, realizou-se a análise de conteúdo proposta por Badin (1977):

- 1) Leitura geral dos documentos coletados;
- 2) Codificação das informações para a criação de categorias de análise;
- 3) Recorte dos documentos analisados em unidades de registro (parágrafos no caso desse estudo) com conteúdo comparável e com mesma semântica abordada;
- 4) Criação de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro, obedecendo os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da fertilidade (para as inferências), da homogeneidade (dentro das próprias categorias), pertinência na mensagem final transmitida (não distorção do contexto), e da objetividade (compreensão e clareza do leitor);
- 5) Inferência e interpretação da pesquisadora com embasamento no referencial teórico.

Esses passos foram traçados levando-se o PNE (2001) como fio condutor para as outras legislações da pessoa idosa (PNI e Estatuto do Idoso) para criar as categorias e permitir as comparações. Desse modo, todo o conteúdo referente ao idoso no PNE (2001) foi colocado em um quadro e, foi sendo preenchido com conteúdo similar presente nas outras legislações específicas do grupo. Quando não houve correspondência de conteúdo nos documentos, foi colocado um “x” no quadro para informar o leitor.

Os dados foram tratados e inseridos no software gratuito Iramutq que trabalha com mineração de dados em textos, obtendo diversos tipos de análises quantitativas a partir dos *corpus* linguísticos, tais como a CHD, AFC, análise de similitude e nuvem de palavras.

O método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) proposto por Reinert (1998) e utilizado pelo software IRAMUTEQ classifica os segmentos de texto em função dos seus vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas das palavras. Esta análise visa obter classes de UCE (Unidade de Contexto Elementar - Definida segundo quantidade de palavras analisadas e pontuação), que ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes “é a partir do pertencimento das palavras de um texto a uma UCE, que o programa Alceste vai estabelecer as matrizes a partir das quais será efetuado o trabalho de classificação” (REINERT, 1998, p. 17).

A Análise Fatorial por Correspondência (AFC) utiliza a métrica do χ^2 (qui-quadrado) no qual cada ponto é ponderado pelo inverso da frequência correspondente a cada termo, para tratar os dados organizados em frequências. Realiza o cruzamento entre o vocabulário e as classes, gerando uma representação gráfica em plano cartesiano, na qual são vistas as oposições entre classes ou formas. Assim, a AFC criada no Iramuteq gera, no plano cartesiano, fatores com graus de pertinência aos indivíduos ou variáveis estudadas. Esses fatores possuem uma hierarquia: o primeiro fator, desse modo, é o que retém o maior peso das informações; o segundo fator retém a segunda maior quantidade de informação; o terceiro, a terceira maior quantidade, e assim por diante. (OLIVEIRA; AMARAL, 2007).

A análise de similitude é baseada na teoria dos grafos cujos resultados auxiliam no estudo das relações entre objetos. De acordo com Feofiloff *et al.* (2011), a teoria dos grafos estuda objetos combinatórios, denominados grafos, que se apresentam com um modelo matemático para várias áreas como informática, engenharia e a própria análise de conteúdo. No software utilizado nessa pesquisa, a análise de similitude exibe um grafo que representa as conexões entre palavras do corpus textual. Assim, a partir deste modelo é possível inferir sobre a construção do texto e dos temas relevantes. As linhas mais grossas exibem relações mais fortes e próximas entre as palavras.

Finalmente, a análise de nuvem de palavras que exibirá, a partir de frequência simples de palavras, aquelas mais relevantes para o conteúdo textual analisado.

4.4 – Pesquisa Estatística Descritiva

Para a construção do perfil da escolaridade dos idosos, a pesquisa se propôs a comparar o nível máximo de escolaridade de diferentes *coortes* de nascimentos (1991 e 2010), possibilitando um retrato educacional das *pseudocoortes geracionais* analisadas em cada época.

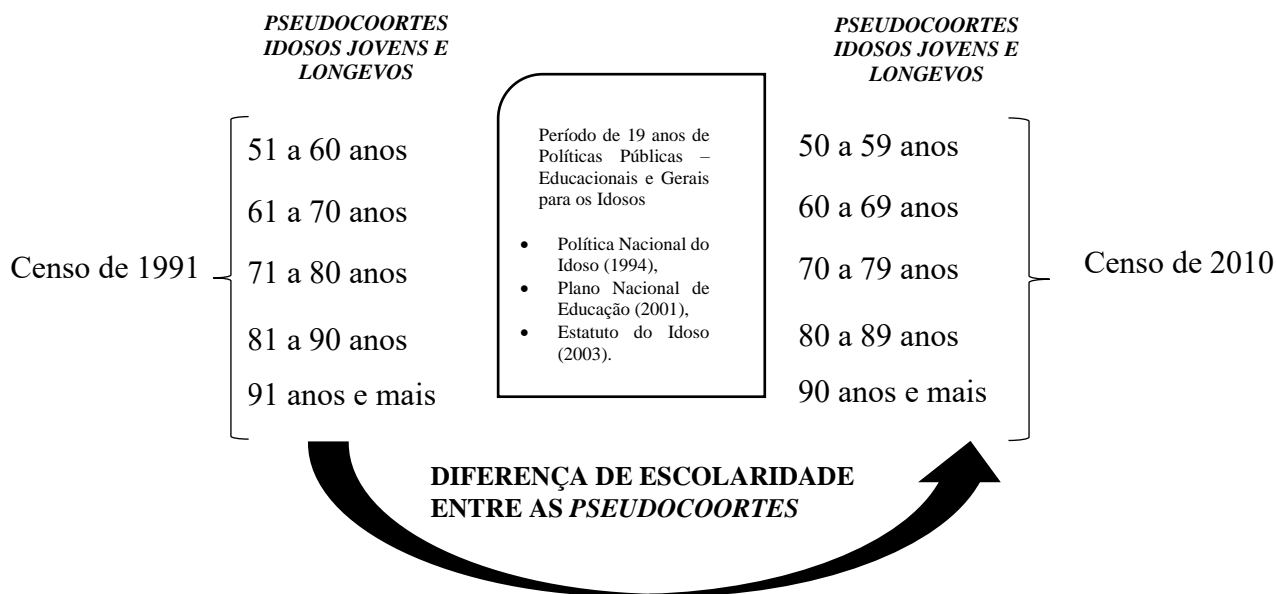


Figura 5 – Esquema de análise das pseudocoortes dos censos de 1991 e 2010

FONTE: Próprio autor

A unidade de análise considerada foi o território nacional, segundo dados contidos na plataforma IPUMS, com as amostras exibidas nas tabelas abaixo para as variáveis analisadas: idade, sexo, região e raça/cor. A amostra total do ano de 1991 para idosos jovens é de 1.093.766 e idosos longevos 64.482, num total de 1.158.248. Já para o ano de 2010 têm-se o total de 1.854.266 idosos jovens e 154.253 idosos longevos, num total amostral de 2.008.519 conforme tabela 1. Para as amostras das tabelas abaixo, considerou-se como a população total no ano de 1991, 146.917.459 e, em 2010, 190.755.799 pessoas.

Tabela 1 – Amostra Idade – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

Idade						
1991			2010			
Idosos Jovens	Idosos Longevos	Total	Idosos Jovens	Idosos Longevos	Total	
1093766	64482	1158248	1854266	154253	2008519	

FONTE: Própria Autora com dados do IPUMS

Tabela 2 – Amostra Sexo – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

	Sexo					
	1991			2010		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Idosos Jovens	523278	570488	1093766	883688	970578	1854266
Idosos Longevos	26404	38078	64482	63355	90898	154253
Amostra Total	549682	608566	1158248	947043	1061476	2008519

FONTE: Própria Autora com dados do IPUMS

Tabela 3 – Amostra Regiões do Brasil – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010

	Regiões do Brasil											
	1991						2010					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Idosos Jovens	50658	304574	494909	184966	58659	1093766	106056	492864	760444	371985	122917	1854266
Idosos Longevos	2632	22403	27423	9546	2478	64482	7198	50572	61305	27364	7814	154253
Amostra Total	53290	326977	522332	194512	61137	1158248	113254	543436	821749	399349	130731	2008519

FONTE: Própria Autora com dados do IPUMS

Tabela 4 – Amostra Raça – Idosos Jovens e Longevos – 1991 e 2010 *

	Raça/Cor									
	1991					2010				
	Branços	Pretos	Pardos	Outros	Total	Branços	Pretos	Pardos	Outros	Total
Idosos Jovens	621396	65761	393803	12740	1093700	982988	141599	702435	27683	1854705
Idosos Longevos	37559	4292	21738	959	64548	88788	11298	51644	2084	153814
Amostra Total	658955	70053	415541	13699	1158248	1071776	152897	754079	29767	2008519

FONTE: Própria Autora com dados do IPUMS

*Foram excluídos nas categorias asiáticos/indígenas e outros que representam 1,3% dessa amostra especificamente.

Sendo assim, a população escolhida foi a brasileira com idade entre 50 a 90 anos e mais, com as *pseudocoortes* sinalizadas de acordo com o Quadro 8:

Quadro 8 - Pseudocoortes geracionais e anos de realização do censo – 1960/70/80/91/2000/2010

Ano de Nascimento	Ano do Censo					
	1960	1970	1980	1991	2000	2010
2001 - 2010						0 - 9
1991 - 2000					0 - 9	10 - 19
1981 - 1990				0 - 10	10 - 19	20 - 29
1971 - 1980			0 - 9	11 - 20	20 - 29	30 - 39
1961 - 1970		0 - 9	10 - 19	21 - 30	30 - 39	40 - 49
1951 - 1960	0 - 9	10 - 19	20 - 29	31 - 40	40 - 49	50 - 59
1941 - 1950	10 - 19	20 - 29	30 - 39	41 - 50	50 - 59	60 - 69
1931 - 1940	20 - 29	30 - 39	40 - 49	51 - 60	60 - 69	70 - 79
1921 - 1930	30 - 39	40 - 49	50 - 59	61 - 70	70 - 79	80 - 89
1911 - 1920	40 - 49	50 - 59	60 - 69	71 - 80	80 - 89	90+
1901 - 1910	50 - 59	60 - 69	70 - 79	81 - 90	90+	
1891 - 1900	60 - 69	70 - 79	80 - 89	90+		
1881 - 1890	70 - 79	80 - 89	90+			
1871 - 1880	80 - 89	90+				

FONTE: Própria Autora

Dentre as fontes públicas, com boa representatividade da população brasileira e que trazem informações comparáveis entre diferentes períodos, bem como informações sociodemográficas, destacam-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Escolheu-se os dados dos censos de 1991 e 2010 por serem informações públicas da população coletadas com constância, método e sistematização.

Por se tratar de Pesquisa Censitária, e todas os brasileiros estarem incluídos, esse trabalho apresenta como critério de exclusão variáveis com dados mal preenchidos ou *missings* da base pesquisada.

As variáveis coletadas para estudo foram Sexo, Escolaridade Máxima, Região, Cor/Raça. Houve a preocupação de encontrar um modo de tornar comparável as informações dos censos de 1991 e 2010, visto que os questionários de coleta eram diferentes. Assim, optou-se por trabalhar com os dados oferecidos na Plataforma Internacional IPUMS, que contém série de Microdados de uso público integrado, representando o maior banco de dados populacional de nível individual do mundo, organizadas de forma a possibilitar a comparabilidade dos dados. Os dados extraídos foram tratados no software SPSS v.22 e reorganizados no Excel. No quadro 9 seguem as variáveis analisadas e seus respectivos códigos na IPUMS.

Quadro 9 – Consolidado das Variáveis utilizadas na pesquisa

Código da variável	Descrição
PERWT	Peso da Pessoa - Ponderação teórica baseada no desenho do censo.
AGE	Idade – Ano de nascimento
SEX	Sexo – Feminino ou Masculino
REGNBR	Região – cinco regiões do Brasil – Sul/Sudeste/Norte/Nordeste/Centro-oeste
RACE	Raça/Cor – no caso deste estudo: Branco/Preto/Pardo
EDATTAIN	Escolaridade Máxima– Mais alto nível educacional atingido

FONTE: IPUMS

A descrição detalhada das variáveis contempladas no estudo e o conceito operacional adotado são apresentadas abaixo:

Peso da pessoa

Esta é uma variável numérica de 8 dígitos com 2 casas decimais implícitas. PERWT indica o número de pessoas na população real representada pela pessoa na amostra. Para as amostras realmente ponderadas, o PERWT foi ser usado para gerar estatísticas precisas para a população.

Os pesos da IPUMS foram, portanto, ponderações teóricas baseadas no desenho do censo: 25% das famílias receberiam o questionário de formato longo do qual a amostra de microdados é derivada. Nos anos analisados para esse estudo, o peso variou entre os indivíduos e dentro das famílias.

Idade

Ela se dá em anos a partir do último aniversário da pessoa antes ou no dia da enumeração. Tanto em 1991 quanto em 2010 a idade foi questionada para todas as pessoas. Os dados foram analisados de acordo com os grupos anteriormente categorizados, apresentados na metodologia e criados especialmente para a análise dessa dissertação. São eles:

Idosos Jovens:

50 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 a 79 anos

Idosos longevos

80 a 89 anos, 90 anos e mais

Sexo

Relata o sexo do entrevistado. A variável é totalmente comparável para todas as amostras. O universo engloba todos os entrevistados.

Região

A variável indica a região no Brasil em que o domicílio foi enumerado. Para esse estudo considerou-se: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Raça/Cor

Raça identifica o grupo racial com o qual uma pessoa se identificou. Para o Brasil a IPUMS considerou a categoria "Brown" (parda) como um agrupamento residual para todos

os povos não abrangidos pelas outras categorias, geralmente aquelas consideradas como tendo origens étnicas mistas.

Os censos de 1991 e 2010 afirmaram especificamente que todas as pessoas de ascendência indígena pura deveriam ser marcadas como "indígenas", independentemente de onde residissem. Aqueles de fundo indígena misto foram considerados "Brown" (parda).

Escolaridade - Mais alto Nível Educacional atingido

Analisar a variável educacional no contexto dos censos brasileiros é um trabalho delicado posto as alterações dos questionários ao longo dos anos. Desse modo, escolheu-se a base do IPUMS INTERNACIONAL que, a partir de critérios internacionais, realizou a padronização dos dados para que fosse possível, sobretudo, a comparabilidade entre eles tanto no Brasil quanto no exterior.

Nesse sentido, adotou-se para essa pesquisa a variável EDATTAIN que registra o nível de escolaridade da pessoa em termos do nível de escolaridade concluído (grau ou outro marco). A ênfase no nível concluído é crítica: uma pessoa que frequenta o último ano do ensino secundário recebe o código por ter completado apenas o secundário inferior - e em algumas amostras, apenas primário.

O EDATTAIN não reflete necessariamente a definição de qualquer país em particular dos vários níveis de escolaridade em termos de terminologia ou o número de anos de escolaridade. O EDATTAIN seria uma tentativa de mesclar - em uma única variável aproximadamente comparável - amostras que fornecem graus, aqueles que fornecem anos reais de escolaridade e aqueles que possuem alguns de ambos.

Em relação à comparabilidade geral, o primeiro dígito do EDATTAIN - denotando menos de educação primária, secundária ou terciária - é amplamente comparável entre os países. O segundo e o terceiro dígitos retêm detalhes como anos diferentes de escolaridade primária, faixas técnicas e gerais de estudo e diferentes tipos de títulos obtidos.

Para amostras em que apenas anos individuais de estudo foram relatados, agrupamos esses anos de acordo com a classificação 6-3-3. Onde anos de estudo individuais não estavam disponíveis e um país tinha um sistema primário de 5 anos, isso é observado com um código detalhado distinto. Alguns países tinham um sistema primário de quatro anos, que para comparabilidade internacional obtém um código distinto em "menos que primário".

Em países que especificam apenas graus e não anos de estudo, classificou-se o grau em uma das categorias existentes. Se o número de anos para se obter um diploma não se

ajustasse com precisão ao sistema, o grau foi codificado na categoria mais alta disponível que era mais baixa que os anos de estudo típicos do grau em questão.

Vários países revisaram seus sistemas educacionais em algum momento. Nesses países, diferentes cortes etários podem ter experimentado sistemas em que os graus e os limiares educacionais exigiam diferentes números de anos de escolaridade. A IPUMS não tenta corrigir esta distorção de educação de grupo dentro de amostras.

Para a comparabilidade no Brasil, o IPUMS teve um cuidado diferenciado devido às alterações sofridas no modo de coletar os dados do censo.

O país passou de 4-4-3 para 8-3 em 1971, e para 9-3 em 2006. Assim, para EDATTAIN, o Brasil é codificado no padrão 6-3-3, com 11 anos, e não de 12, indicando a conclusão do ensino secundário. O limite primário de 4 anos para o Brasil é identificado com um código detalhado em "Menos que a Primária Concluída". Na amostra de 2010, foi necessário impor algumas equivalências porque as informações sobre o ano / ano específico geralmente não estão disponíveis para pessoas que frequentaram a escola no passado; por exemplo, as pessoas que frequentaram o ensino fundamental ou médio e os graus 5 a 8 do ensino fundamental são codificadas como tendo "primário (6 anos)". Isso pode criar pequenas discrepâncias de codificação nas amostras.

Vários estudos de compatibilidade foram observados para se escolher essa variável para a análise da pesquisa (GUIDOTTI - GONZALEZ e TIRZA, 2015 e Microdados Puc-Rio, 2011). Esse trabalhos analisados, criaram as categorias em “anos de estudo” para compatibilizar os dados de escolaridade que foram coletados de formas diferentes nos questionários de 1991 e 2010.

Comparando-se as categorias dos pesquisadores nacionais com a variável EDATTAIN utilizada nesse estudo, têm-se a seguinte forma de compatibilização da escolaridade (1991 e 2010) (Quadro 10):

Quadro 10 – Compatibilização “Anos de Estudo” e variável “EDATTAIN”

Série/Anos	Anos de estudos (trabalhos analisados)	Nível educacional	EDATTAIN	Tipo
Analfabeto / não frequentou escola	0 a 3 anos	Sem instrução	Sem escolaridade	Baixa Escolaridade
Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização – CA, Antigo primário (elementar)	4 a 7 anos	Ensino Fundamental incompleto	Algum Primário concluído	
Antigo ginásio (médio 1º ciclo) / Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano)/ Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano)/ Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)/ Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau / Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino fundamental	8 a 10 anos		Primário 4 anos concluído Primário 6 anos concluído Fundamental 1 completo	
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)/ Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau / Educação de jovens e adultos - EJA - ou supletivo do ensino médio	11 a 14 anos	Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Completo/incompleto	Fundamental 2 completo Alguma série do E.M completa	Média escolaridade
Superior de graduação / Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)	15 anos e mais	Superior incompleto/completo	Universidade completa	Alta escolaridade
Mestrado ou Doutorado		Mais que o superior		

FONTE: Própria Autora

Em relação ao universo pesquisado, também é importante dizer que na pesquisa de 1991, apenas os maiores de 5 anos foram entrevistados enquanto no ano de 2010 todas as pessoas participaram, contudo, como o foco deste trabalho é nos indivíduos acima de 50 anos, a forma de coleta dos dados não impactou no resultado dessa pesquisa.

2.5 – Questões Éticas

Este estudo fará uso de bases de dados públicas e publicizadas, disponibilizadas na internet sem variáveis capazes de identificar/ reconhecer o indivíduo analisado. Portanto, não será submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/CONEP, tomando como referência a Resolução do CNS nº 510 de 2016.

CAPÍTULO 5. RESULTADOS

5.1 Resultados da Pesquisa Bibliométrica – Teoria do Enfoque Metaanalítico Consolidado (TEMAC)

Os termos utilizados na busca foram: “*population-ageing*” AND “*schooling*” para a análise geral sobre Envelhecimento e escolaridade. Nos resultados encontrados, buscou-se o termo “*elderly*” para captar as produções e observar as relações desse grupo com as temáticas. Ainda que o termo na atualidade seja considerado preconceituoso segundo perspectivas teóricas que embasam o ageísmo (BUTLER,1985), os descritores controlados como o DECS e o MESH, estão frágeis e apresentam “*elderly*” quando o foco é envelhecimento. Somente os resumos com a busca “idosos” foram analisados pelo programa Iramuteq – software que realiza análise fatorial combinatória – AFC, dos textos. As outras análises aqui descritas foram realizadas com as grandes temáticas “Envelhecimento Populacional e Escolaridade”. A busca foi realizada no espaço temporal entre 1991 a 2018 (27 anos). A busca encontrou 307 registros indexados na base. Sob esse resultado de busca, filtrou-se pela palavra “*elderly*” e foram reportados 28 artigos relacionados às três temáticas citadas.

Utilizou-se a própria métrica na plataforma do *Web of Science* para encontrar dados de interesse. As revistas mais relevantes reportadas na busca “Escolaridade e Envelhecimento Populacional” foram: *World Psychiatry* (3,15 cites/ 26,56 Fator de Impacto), *Lancet Global Health* (2,64 cites/ 17,68 fator de impacto) e *JAMA Psychiatry* (6,11 cites/ 15,30 fator de impacto). Já as revistas que mais publicaram sobre os temas foram: *American Journal Of Health Promotion*, (8 publicações), *Bmc Public Health* (7 publicações) e *Gaceta Sanitaria e Plos One* (5 publicações).

A evolução dos temas ano a ano é bastante positiva e, o aumento do número de citações, ressalta o interesse crescente dos pesquisadores em relação aos estudos conjuntos sobre Envelhecimento Populacional e Escolaridade (Figura 6). É necessário ressaltar que as buscas foram realizadas até fevereiro de 2018. Segundo Mariano e Rocha (2017), esta análise é importante e está baseada na Teoria Epidêmica de Goffman, que afere a razão de crescimento ou declínio de determinada área do conhecimento.

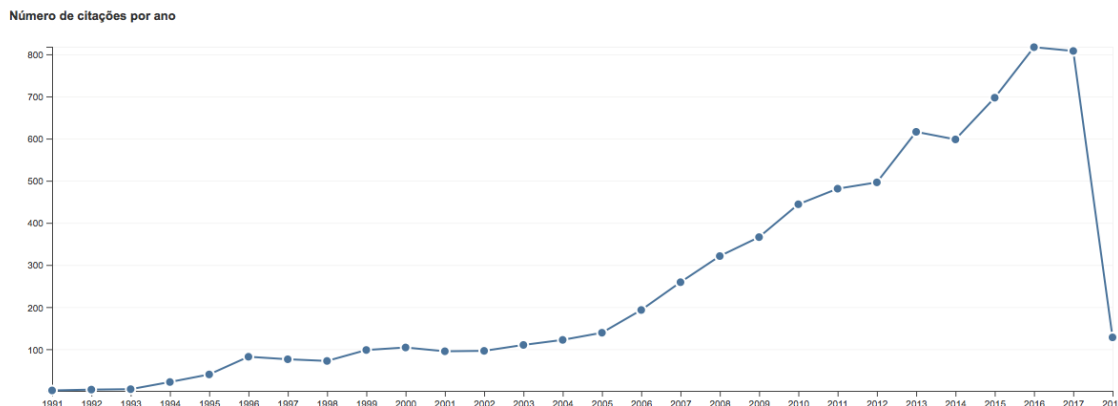


Figura 6 – Evolução das citações das temáticas no período de 1991 a 2018

Fonte: *Web Of Science*

Os documentos mais publicados foram: Artigos originais, 88,2%, *Proceedings Papers* 9,7%, Artigos de Revisão 3,9% e outros documentos 1,3%.

Sobre os países que mais publicaram temas Estados Unidos com 26,3% das publicações, seguido da Espanha, com 7,4% das publicações. O Brasil aparece em oitavo lugar junto com Canadá e França, todos com 3,9% publicações cada do total.

Não foram encontrados artigos descrevendo conferências que abordaram a temática do envelhecimento e educação. Já em relação à Universidade que mais discute sobre os assuntos está a *University of California*, com 11 publicações (3,5%). A Universidade de São Paulo aparece em quarto lugar junto com a *University of Florida e University of London* com sete publicações cada e 6,84% do total geral. A agência que mais financia os estudos sobre as temáticas é o *National Institute on Aging* com quatro publicações (1,3%) que compõe o grupo de 27 institutos que formam o National Institutes of Health (NIH), parte dos serviços humanos e de saúde do governo federal estadunidense. Por fim, as áreas que mais estudam sobre os temas são: *Public Environmental Occupational Health*, com 63 publicações (20,5%), *Business Economics e Psychiatry* com 26 publicações cada (8,4%), *General Internal Medicine* com 24 (7,8%), *Psychology*, com 20 (6,5%), *Education Educational Research*, com 17 (5,5%), *Neurosciences Neurology*, com 16 (5,2%), *Health Care Sciences Services e Pediatrics* com 13 cada (4,2% cada) e, as *Social Sciences* e outros tópicos com 12 publicações (3,9%). Interessante notar que a área da gerontologia não foi contabilizada a partir da busca realizada.

Foi utilizado o software gratuito VOSViewer 1.6.7 (<http://www.vosviewer.com/>) , com a finalidade de criar *clusters* de aproximação dos dados. Foram realizadas análises de co-citação de todos os trabalhos indexados na base de dados e de *coupling* dos últimos três anos. A análise de co-citação apresenta as principais abordagens da pesquisa e o *coupling* os principais *fronts* de pesquisa encontrados nos 307 artigos reportados na busca “Envelhecimento Populacional e Escolaridade”.

De acordo com a análise de co-citação, aquela que observa as linhas teóricas sobre as temáticas estudadas, têm-se 3 clusters de pesquisas encabeçados pelos seguintes autores: Aboderin, I (cluster 1), World Health Organization (WHO) (Cluster 2) e Bava MCGG Caccia (Cluster 3), de acordo com a figura 7. O quadro 11 faz a integração dos resultados, apresentando, de forma sucinta o cluster ao qual pertence, ano, autor e a discussão tratada no artigo.

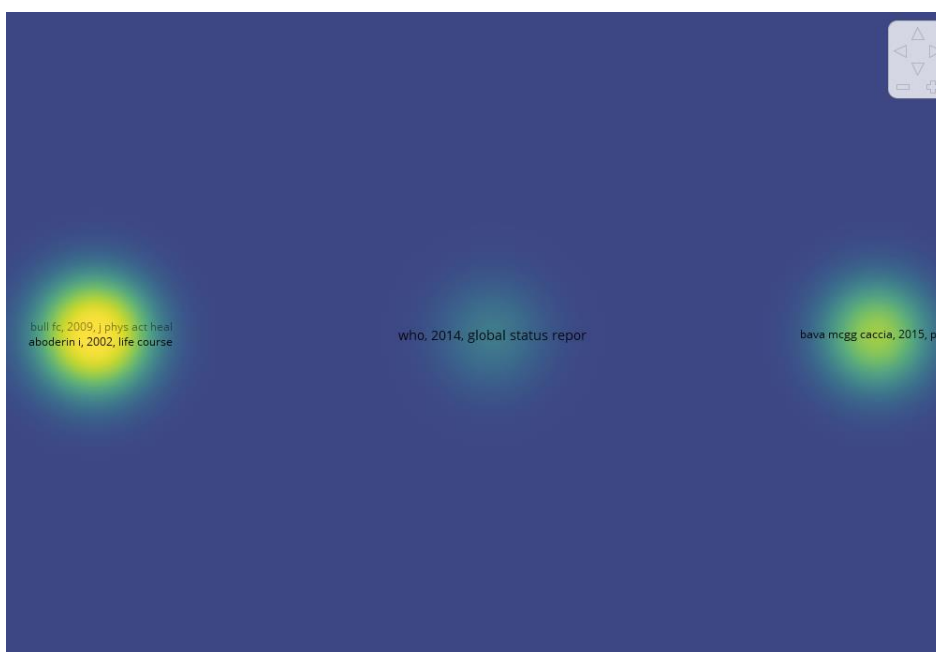


Figura 7 – Co-citação - Temáticas Envelhecimento Populacional e Escolaridade – 1991 a 2018

Fonte: Voswiewer

Quadro 11- Integração da origem dos estudos sobre Envelhecimento Populacional e Escolaridade

Cluster	Ano	Autor	Discussão
1	2002	Aboderin, I <i>et al.</i>	Discuti os argumentos de James Fries a respeito da compressão da morbidade no contexto da Segunda Assembléia Mundial da ONU sobre Envelhecimento realizada em Madri no ano de 2002. A essência dos princípios de Fries, de que as doenças crônicas e o declínio físico "se originam no início da vida, e se desenvolvem de forma traiçoeira e podem ser prevenidas", estão no cerne da abordagem para doenças não transmissíveis, envelhecimento e saúde, com foco no curso de vida, promoção da saúde e "envelhecimento ativo".

2	2014	World Health Organization (WHO)	Trata-se de um relatório de status global sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis em torno dos nove alvos globais voluntários. Fornece dados sobre a mortalidade e os fatores de risco das NCDs para que os países possam reportar o seu progresso. Além disso, o relatório também fornece as últimas estimativas disponíveis sobre a mortalidade por NCD (doenças não transmissíveis) e os fatores de risco.
3	2015	Bava Caccia MCGG et al	O objetivo dessa pesquisa foi a relevância do processo de restituição das avaliações às equipes avaliadas e nas melhores estratégias para o empreendimento do Programa para Melhoria da Qualidade e Acesso à Atenção Básica (PMAQ), do Ministério da Saúde. Em parceria com dez universidades paulistas e representantes dos gestores das três esferas: Coordenação de Atenção Básica da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e do Ministério da Saúde foi possível compor o Colegiado Estadual do PMAQ. Após as avaliações o colegiado chegou às seguintes conclusões: necessidade de desencadear processos reflexivos e devolutivos às equipes, da participação dos articuladores da Atenção Básica e do DRS III, a superação de ranqueamento de nota no processo, superar a valorização do foco da avaliação na estrutura da rede, superar aspectos políticos e de interesses pessoais envolvidos no processo, fortalecer os espaços regionais de discussão e intervenções coletivas e o avanço dos contratos Contratos Organizativos da Ação Pública (COAP) e o Programa Geral de Atenção à Saúde (PGAS).

FONTE: Autoria Própria

Já os resultados das análises das tendências de pesquisas dos últimos três anos, pode ser observada na figura 8.

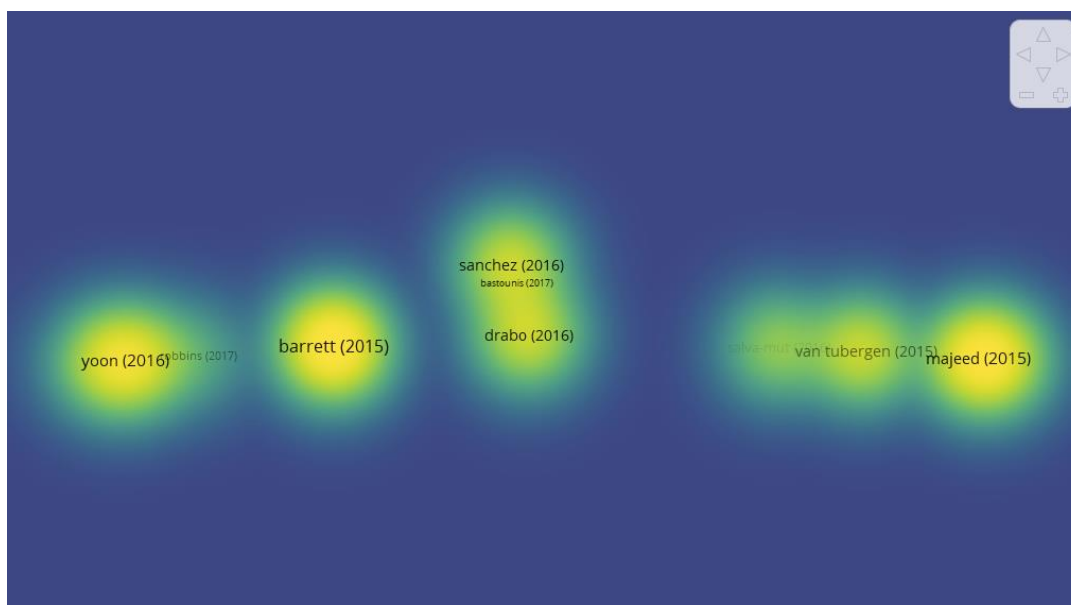


Figura 8 – Coupling - Temáticas Envelhecimento Populacional e Escolaridade – 2014 a 2017

Fonte: Autora baseada no software Vosviewer

Por meio do *coupling* é possível observar o front dos estudos por meio das abordagens das publicações dos últimos 3 anos. Para a busca “Envelhecimento Populacional e Escolaridade”, o *Vosviewer* reportou 5 abordagens diferentes.

Quadro 12- Integração do front de estudos sobre Envelhecimento Populacional e Escolaridade – últimos 3 anos

Cluster	Ano	Autor	Discussão
1	2016	Skubi <i>et al</i>	Avaliou as tendências na prevalência de doença cardíaca coronária na população dos Estados Unidos com idades maior ou igual a 40 anos. A doença cardíaca coronária incluiu infarto do miocárdio, angina e qualquer outro tipo de doença coronária, que foram definidos como histórico de diagnóstico médico dessas condições específicas. Ele observou que a prevalência geral da doença cardíaca coronária diminuiu significativamente entre as mulheres, adultos com idade > 60 anos, brancos não hispânicos, negros não hispânicos, adultos que não completaram o ensino médio, adultos com mais de um ensino médio e adultos com seguro de saúde.
2	2015	Barrett et al	Efeitos da implementação de uma política de Educação Física Escolar no nível da escola primária e observou que sua implementação pode ter um pequeno impacto nos níveis de atividade física na população e levar a reduções no índice de Massa Corporal e as consequentes despesas de saúde relacionadas à obesidade ao longo de 10 anos.
3	2016	Sanchez	Explorou a relação entre discriminação percebida e comportamentos de precursores sexuais entre 205 meninas pré-adolescentes mexicanas-americanas. Este estudo ressaltou a importância do sofrimento psicológico na discriminação e na ligação do precursor sexual, bem como os aspectos compensatórios do marianismo contra comportamentos de precursores sexuais.
	2016	Drabo	Estudou sobre a contaminação por helmintos transmitidas pelo solo em Burkina Faso na população com cinco anos e mais e o tratamento bienal de crianças em idade escolar. Através da quimioterapia preventiva em larga escala, o país controlou efetivamente a infecção nas crianças em idade escolar no país.
4	2015	Van Tubergem	Pesquisou a segregação étnica (baseado nas características físicas e culturais dos grupos) orientado pelo Estudo Vida Útil Holandês que contém a relação dos imigrantes de primeira e segunda geração da Turquia e Marrocos, os dois maiores grupos de imigrantes não-ocidentais na Holanda.
5	2015	Majeed	Identificou os padrões de participação da força de trabalho em todo o curso de vida adulta para mulheres e homens que entraram mais tarde no mercado de trabalho e exploraram as influências de várias circunstâncias sociodemográficas da vida adulta como escolaridade, histórias conjugais, cuidados infantis e cuidados informais.

FONTE: Autoria Própria

Na análise das frequências das palavras-chaves, têm-se duas nuvens para a comparação entre as grandes temáticas “Envelhecimento Populacional e Escolaridade” (Figura 9) com a nuvem das palavras relacionadas aos artigos filtrados pela chave “Idosos”, nesse mesmo contexto (Figura 10).

Conforme observa-se, a figura 8 apresenta as temáticas de Envelhecimento Populacional e Escolaridade mais fortemente relacionadas com adolescentes, crianças, infância, epidemiologia, doenças, desordens, saúde, riscos epidemiologia, obesidade, educação e escola.

“idosos” dentro da busca “Envelhecimento Populacional e Escolaridade”. O software Iramuteq (www.iramuteq.com.br) permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais com base no software R (www.r-project.org) e na linguagem Python (www.python.org).

Para o corpus textual dos 28 resumos analisados pelo Iramuteq, têm-se a ocorrência de 7.684 palavras de acordo com as estatísticas textuais clássicas.

A partir dos 28 resumos analisados no Iramuteq foi identificado que o conteúdo textual se divide em três classes. A Classe 1 denominada de “Estudos de Casos”; a Classe 2 denominada “Estudos Populacionais” e a Classe 3, “Saúde na Velhice”. Nos resultados é possível observar as palavras por ordem de frequência e coocorrência, identificados a partir do valor do qui-quadrado (X^2), ou seja, quanto maior este valor, mais ao topo a palavra vai se encontrar dentro de cada categoria, conforme figura 11.

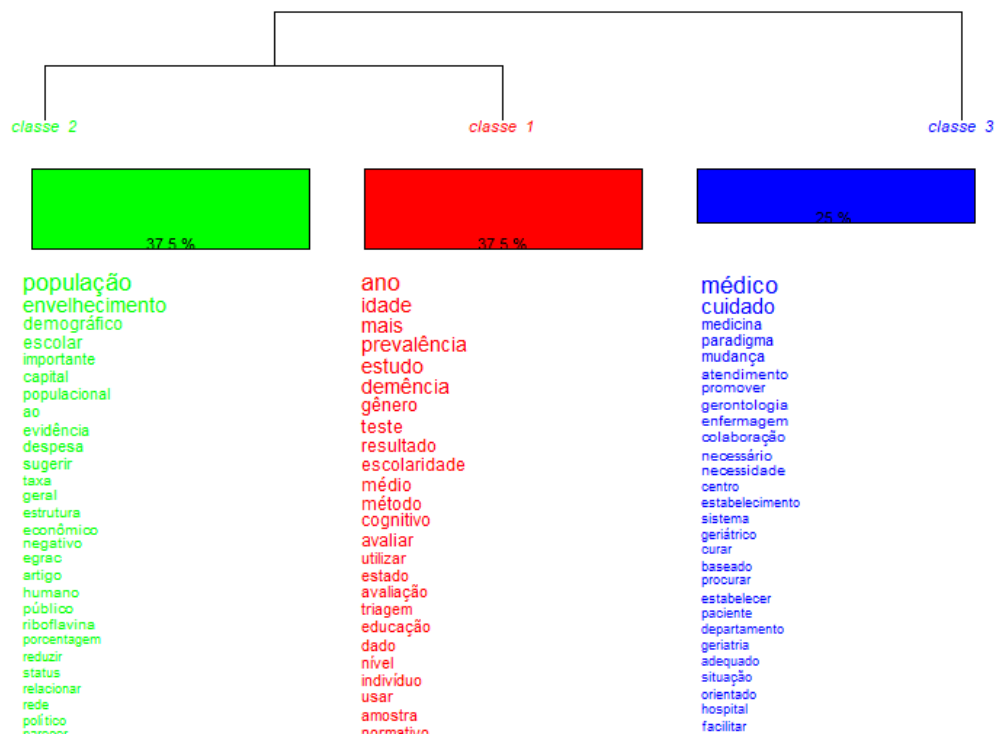


Figura 11 – Dendrograma – Envelhecimento Populacional, Escolaridade e Idosos – 1991 a 2018

Fonte: Iramuteq com informações da *Web Of Science*

Nota-se, ainda, na figura 11 que a classe 3 contém as classes 2 e 1, reforçando a prevalência do contexto da saúde sob as temáticas. Na classe 1 estão as palavras relacionadas aos estudos que avaliaram dados nos quais a idade e o gênero foram associados à escolaridade e educação. Já na classe 2, pode-se dizer que estão as palavras relacionadas as pesquisas sobre envelhecimento da população e o resultado do aumento do número de idosos.

Após a revisão metaanalítica observou-se que o interesse dos pesquisadores, acerca das temáticas “Envelhecimento Populacional e Escolaridade” vem aumentando desde a década de 1990. De forma geral, os estudos têm raízes nas teorias de Fries e suas pesquisas sobre doenças não transmissíveis e "envelhecimento ativo" (ABODERIN, I, 2002), estudos baseados nos relatórios internacionais (WHO, 2014) e na avaliação das práticas de saúde coletiva (CACCIA BAVA MCGG, 2015).

Já as tendências de pesquisa estão relacionadas aos trabalhos sobre doenças cardíacas, políticas de prevenção de doenças na infância, estudos sobre aspectos psicológicos na adolescência como depressão, ansiedade, agressividade, em idade escolar, segregação étnica e racial e participação de homens e mulheres no mercado de trabalho na vida adulta.

Pela nuvem de palavras-chave foi possível observar que o contexto saúde prevaleceu sob o contexto da escolaridade, mas que ambos estão relacionados inferindo-se que a escolaridade pode estar sendo tratada como proxy de saúde, ou seja, uma dimensão que não é diretamente relevante por si só mas atua como uma variável não observável/mensurável para descobrir um resultado provável.

Finalmente, quando analisado os 28 artigos filtrados pela palavra “idoso”, no resultado da busca “Envelhecimento Populacional e Escolaridade” o quadro não se diferenciou muito do contexto geral. Por meio do dendograma foi possível notar que existe uma prevalência das pesquisas no âmbito da saúde e a escolaridade aparece como um dado complementar.

Desse modo, foi possível observar que o contexto da escolaridade e o idoso está sempre relacionado com o universo da saúde, seja na prevenção de doenças, seja no combate a elas com vias a qualidade de vida ou autonomia desse grupo.

É necessário apontar, contudo, que a carência dos estudos relacionados diretamente com o âmbito educativo torna-se preocupante quando se observa o contexto internacional. Saúde e educação devem seguir lado a lado quando o assunto é envelhecimento populacional visto a necessidade de aprimoramento profissional em razão do dividendo demográfico (VASCONCELOS; GOMES, 2012; ROSS, 2004) e o impacto dos determinantes sociais no curso de vida da população, com aprofundamento das desigualdades para pessoas idosas (MOURA et al, 2019).

Pensar a longevidade apenas nos aspectos de autonomia e qualidade de vida, pode resultar em populações saudáveis vivendo em uma economia desequilibrada por falta da

oferta de emprego para esses potenciais trabalhadores gerados pela transição demográfica (BLOOM; CANNING, 2004).

5.2 – Resultados da Pesquisa Documental

5.2.1 – Quadros com as legislações analisadas: Políticas e leis da pessoa idosa e Educação no Brasil de 1830 a 2010

Os quadros abaixo, são resultado da pesquisa documental realizada para essa dissertação. A partir deles é possível encontrar os documentos relacionados à pessoa idosa que serviram de parâmetro para as discussões dessa dissertação bem como um resumo da legislação educacional no período de 1830 a 2010 que serviu para a elaboração do referencial teórico desse estudo.

Quadro 13. Leis e Decretos da pessoa idosa

Leis e Decretos	Lei / Decreto nº / ano
Política Nacional do Idoso	8.842, de 4 de janeiro de 1994
Estatuto do Idoso	10.741, de 1º de outubro de 2003
Conselho Nacional do Idoso	5.109, de 17 de junho de 2004

FONTE: Autoria Própria

Quadro 14. Legislação para a Educação no período de 1830 a 2010

Período	Legislação	Efeito
1830 a 1919	Ato Adicional de 1834	Final da escravidão e imposição da instrução pelas províncias
	1915 - Liga Brasileira Contra o Analfabetismo – LBCA	Lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas.
1920 a 1930	1925 - Reforma de Rocha Vaz	Moralização do ensino uma seriação mais racional das matérias, organização do ensino com programas e horários mais convenientes. A frequência a uma série dependeria da aprovação na série anterior.
	1930 – Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP e da criação do Conselho Nacional de Educação – CNE	Esferas Federais para atender a Educação.
	1931 – Reforma “Francisco Campos”-	Foi a primeira tentativa de estruturar um sistema de ensino nacional por meio de decretos.
	Lei nº 16 de Julho de 1934	A Constituição de 1934, traz à União a responsabilidade de "traçar as diretrizes da educação nacional". Plano Nacional de Educação passa a ser organizado pelo Conselho Nacional de Educação.
	1937 - Constituição do Estado Novo	Rejeição do Plano Nacional da Educação. Foi atribuída à União a função de estabelecer as bases e normas da educação.

1940 a 1950	Constituição de 1946	Estabeleceram-se os direitos e garantias individuais, assegurando a liberdade de pensamento, o direito universal à educação, sua obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.
	1942 Leis Orgânicas do Ensino A Lei Orgânica do Ensino Primário	parceria entre o governo e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI - ensino técnico-profissional industrial, comercial e agrícola.
	2 de janeiro de 1946 sob o Decreto-lei no 8.529 e Decreto-lei no. 8.530, Lei Orgânica do Ensino Normal	Ensino Primário se estruturou sob quatro anos de fundamental e um ano de complementar. O Ensino Secundário, ciclo ginásial (4 anos, e colegial que foi subdividido em curso clássico e curso científico (3 anos cada)
	1947 - Serviço de Educação de Adultos – SEA	Programa nacional visando alfabetizar pessoas adultas.
	15 de janeiro de 1951 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Fomento à pesquisa vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.
	11 de julho de 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.	Fomento à pesquisa
	1958 - II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro	A metodologia Freiniana começa a ser disseminada nesse cenário.
1960 a 1970	Constituição de 1967	Aumento da faixa de idade em que a educação primária era obrigatória (de 7 a 14 anos).
	1967- Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL	Concentrou-se apenas na habilidade de ler e escrever.
	1970 - Idoso SESC	Atividades de lazer e cultura para o idoso.
	1971 - a Lei Educacional n.º 5.692 - Reforma do ensino fundamental	O ensino de primeiro grau passou a ter 8 anos de escolaridade obrigatória. Instituição do 1º grau, junção da escola primária e do ginásio. O antigo colegial passou a se chamar 2º grau.
	A lei n.º 5.692/71 - marco legal na educação de adultos no Brasil	Foi legalizado o ensino supletivo.
1980 a 1990	1988 – Constituição de 1988	A educação, como direito social. O ensino no país passou a ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
	Decreto nº 92.544, de 15 de Abril de 1986	Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR e extinção do MOBRAL
	1990 - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC	Alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais. O programa foi encerrado depois de um ano.
	1995 a 2002 - Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR	Qualificação profissional da população economicamente ativa, trata-se de formação complementar e não substitui à educação básica.
	1996 - LDB, nº 9.394/96	Reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os seus níveis A creche e a pré-escola foram reconhecidas como um direito das crianças. Descentralização e municipalização de políticas educacionais. Constituição da Educação para Jovens e Adultos – EJA.
	1996 - Programa Nacional de Alfabetização – PAS	Foco em jovens de 12 a 18, mas que também aceitavam adultos.
	1999 - Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's,	Estabeleceu o Currículo Nacional
2000 a 2010	2001 – Lei 10.172	Primeiro Plano Nacional da Educação implantado. sancionada pela presidente Fernando Henrique Cardoso em 9 de janeiro de 2001
	2003 - Programa Brasil Alfabetizado – PBA	Promoção da superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, de forma mais assertiva.
	CNE/CEB 11/2000	EJA para reparar dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais.
	2003 - Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional - PNQ	Mesmo objetivo do PLANFOR porém instituído no Governo Lula.

	O decreto n. 7.352/2010 – PRONERA	o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- apoiar não só a alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental, mas também uma formação profissional conjugada com o ensino de nível médio.
	Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008. Nova redação pela Lei nº 13.632, de 2018 - EJA	A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida e será conjugda preferencialmente com a educação profissional

FONTE: Própria Autora com diversos autores

5.2.2 - Análise de Conteúdo - Comparativo PNE e Legislação dos Idosos

O primeiro resultado desta pesquisa está relacionando à análise de conteúdo realizada no quadro comparativo (Quadro 10) com trechos da PNE, PNI e Estatuto do Idoso que descrevem a educação no universo dos Idosos, por meio do software Iramuteq.

Foram realizadas análises do tipo: Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Análise de Similitude. A CHD é um agrupamento de segmentos textuais e seus vocabulários que, a partir de correlação, são organizados em classes com hierarquia. Cada classe apresentada vai categorizar uma ideia do segmento do texto analisado. Já a análise AFC, exibe a relação dos diferentes discursos presentes nos segmentos de texto e, finalmente, a Análise de Similitude, que auxilia na investigação das palavras que estão aproximadas, revelando a significância dessas, bem como daquelas que estão próximas umas às outras no discurso.

5.2.2a Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Na análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foram encontrados 32 segmentos de texto. Cada segmento de texto é um conjunto de aproximadamente três linhas do corpus textual. Obteve-se um aproveitamento de 78,12% do texto, significando que a análise é válida, pois é maior que 70% (SANTOS, 2017).

Foram encontradas seis classes, a classe 1, com 16% de representação dos segmentos de texto aproveitados, a classe 2, com 16%, a classe 3, com 16%, a classe 4, com 16%, a classe 5, com 16% e a classe 6 com 20%. Cada classe consta das palavras com maior frequência (f) e seus respectivos qui-quadrados (x^2), garantindo a validade de cada classe apresentada de acordo com a figura 13.

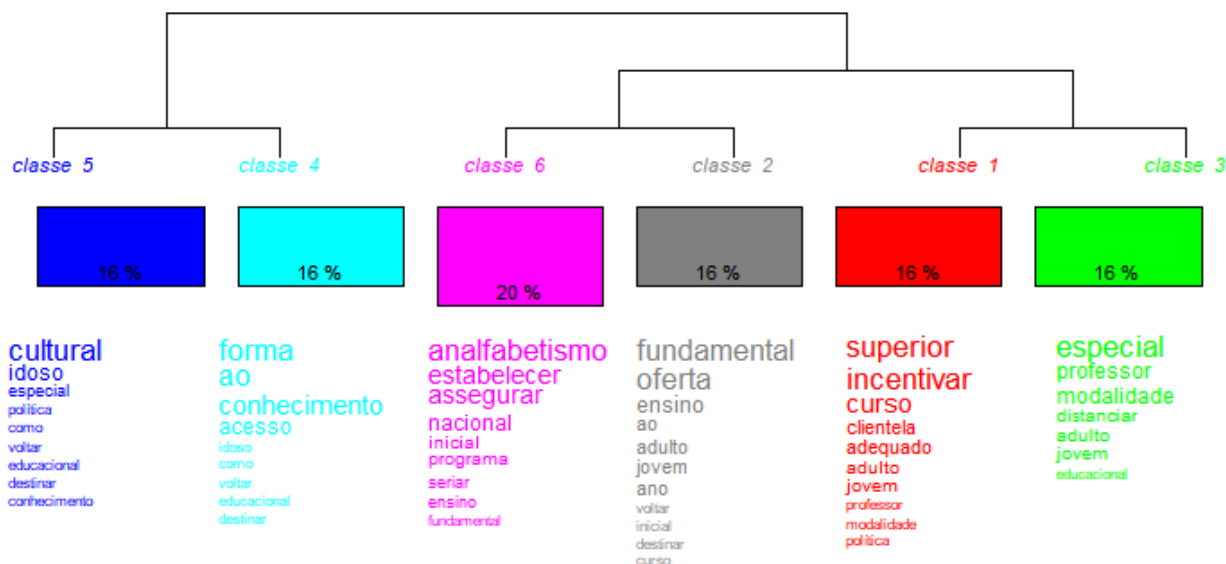


Figura 13 – CHD – Classes de Palavras

FONTE: Autora com dados do Iramuteq

A partir dos resultados reportados é possível renomear as classes de acordo com o assunto dos segmentos de texto apresentados: a Classe 5 pode ser denominada CULTURA, visto que concentra a visão das legislações (Estatuto e Política Nacional do Idoso) e a Classe 4, como FORMAS DE ACESSO, representando a preocupação em oferecer condições para que o idoso tenha acesso à educação. A Classe 6 pode ser classificada como MEDIDAS CONTRA O ANALFABETISMO, já que se relaciona as ações de formação de professores e ampliação da oferta das séries iniciais no PNE para o grupo analisado, a Classe 2, nomeada como MEDIDAS DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, para a garantia da oferta desse nível de ensino aos idosos.

A Classe 1 MEDIDAS PARA O ENSINO SUPERIOR incentivando o grupo a aprimorar o seu grau de escolaridade e, a classe 3, como EDUCAÇÃO ESPECIAL, condensando as premissas para uma modalidade diferenciada de educação ao grupo tais quais educação à distância, extensão e currículos flexíveis.

Ressalta-se que a Classe 6, MEDIDAS CONTRA O ANALFABETISMO possui 20% da representatividade das ações voltadas para o grupo analisado, revelando o foco dos gestores governamentais em estratégias para erradicar o analfabetismo da população estudada.

5.2.2b - Análise Fatorial por Correspondência (AFC)

Nos resultados da AFC, pode-se observar no plano o posicionamento das classes no conjunto do corpus textual, conforme a figura 14. É uma representação gráfica em plano cartesiano, na qual são vistas as oposições entre classes ou formas (NASCIMENTO & MENANDRO, 2006).

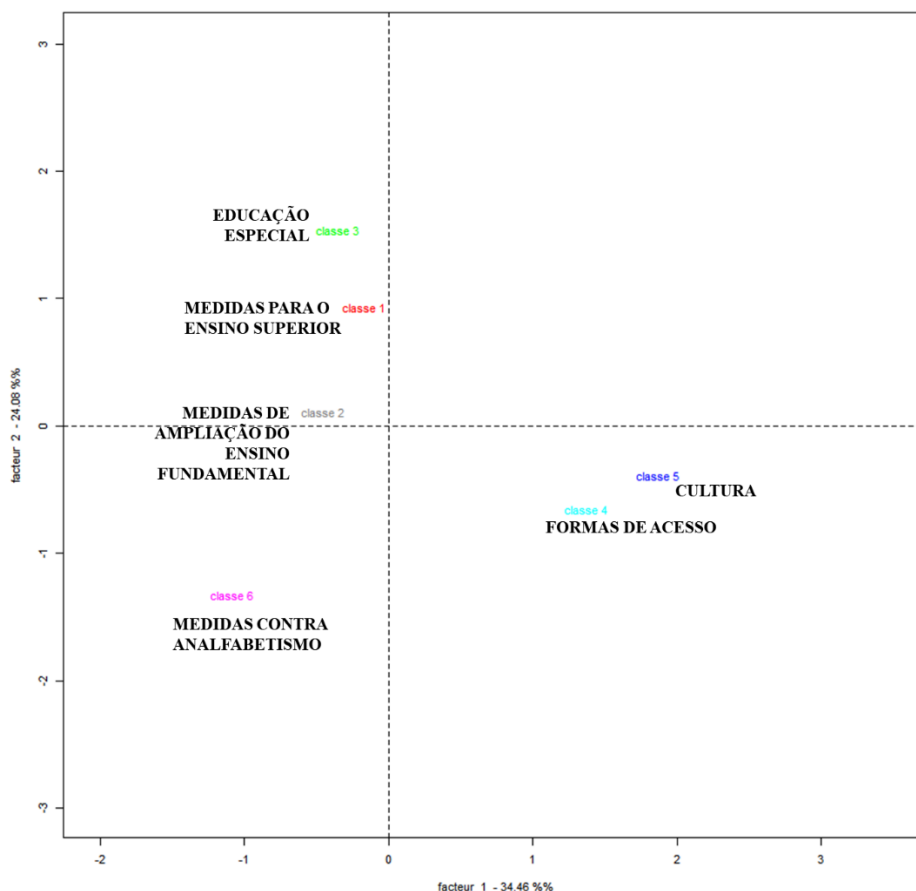


Figura 14 – AFC – Classes dispostas no plano fatorial

FONTE: Autora com dados do Iramuteq

A partir da disposição das classes no plano fatorial agrupa-se as classes que estão no mesmo quadrante como discursos aproximados e, também aqueles que se aproximam do centro. Portanto, tem-se que as classes 1, 2 e 3 com discursos mais próximos tratando de ampliação de oferta e modalidade diferenciada de ensino e, a classe 6 mais distante das outras no plano já que o seu viés de erradicação do analfabetismo é forte. As Classe 5 e 4, possuem um discurso dissonante das demais abrangendo questões relacionadas ao acesso e as diversas perspectivas da cultura sobre o grupo.

Abaixo pode-se observar os trechos dos segmentos textuais extraídos pelas classes. Nota-se que a classe MEDIDAS PARA O ENSINO SUPERIOR possui forte relação com as palavras “superior”, “incentivar”, “curso”, “clientela”, “adequado”, “jovem”, “adulto”, conforme pode ser observado nos trechos abaixo:

*“expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de **jovens e adultos incentivando** seu aproveitamento nos **cursos presenciais e desenvolver programas que adotem modalidades de ensino a distância adequados** as condições do idoso art 25 as instituições de educação **superior** ofertarão as pessoas idosas na”*

*“nível médio para **jovens e adultos** 18 **incentivar** as instituições de educação **superior** a oferecerem **cursos** de extensão para prover as necessidades de educação continuada de **adultos** tenham ou não formação de nível **superior** 22 articular as políticas de educação de **jovens e adultos** com as de proteção contra o desemprego”*

*“ministério da educação de material didático pedagógico **adequado** a **clientela** para os **cursos** em nível de ensino fundamental para **jovens e adultos** de forma a **incentivar** a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior 6 realizar anualmente levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de **jovens e adultos** que constituam referência para”*

*“de educação **superior** e de **cursos** de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de **jovens e adultos** 12 elaborar no prazo de um ano parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de **jovens e adultos** respeitando as especificidades da **clientela**”*

Já na classe MEDIDAS PARA A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, as palavras mais significativas por ordem de importância foram “ ensino fundamental”, “oferta”, “ensino”, “ao”, “adulto”, “jovem”, “ano”.

*“apoio financeiro e técnico administrativo da união para a **oferta** preferencialmente nos municípios mais pobres de educação de **jovens e adultos** para a população de 15 **anos** e mais que não teve acesso **ao ensino fundamental**”*

*“aperfeiçoar o sistema de certificação de competências para prosseguimento de estudos 15 sempre que possível associar **ao ensino fundamental** para **jovens e adultos** a **oferta** de cursos básicos de formação profissional 16 dobrar em cinco **anos** e quadruplicar em dez **anos** a capacidade de atendimento nos cursos de”*

*“de **jovens e adultos** e para as séries iniciais do **ensino fundamental** prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior 16 promover nas instituições públicas de nível superior a **oferta** na sede ou fora dela de cursos de especialização voltados para a formação de pessoal para as diferentes áreas”*

*“estabelecer a utilização prioritária para a educação de **jovens e adultos** de 15 dos recursos destinados **ao ensino fundamental** cujas fontes não integrem o fundef”*

A classe EDUCAÇÃO ESPECIAL, trazem as seguintes palavras em ordem de importância “especial”, “modalidade”, “distanciar”, “adulto”, “jovem”, “formação”:

*“de ensino e em particular para a educacao **especial** a gestao escolar a formacao de **jovens e adultos** e a educacao infantil 17 garantir que no prazo de 5 anos todos os **professores** em exercicio na educacao infantil e nas quatro primeiras series do ensino fundamental inclusive nas **modalidades** de educaçao”*

*“educaçao a **distancia**, as novas tecnologias educacionais as metas pertinentes includas nos capitulos referentes a educacao infantil a formacao de **professores** a educacao de **jovens e adultos** a educacao indigena e a educacao **especial**”*

*“**especial** e de **jovens e adultos** possuam no minimo habilitacao de nivel médio **modalidade** normal especifica e adequada as caracteristicas e necessidades de aprendizagem dos alunos”*

*“ampliar a oferta de programas de formacao a **distancia** para a educacao de **jovens e adultos** especialmente no que diz respeito a oferta de ensino fundamental com **especial** consideracao para o potencial dos canais radiofônicos e para o atendimento da populacao rural 22 observar no que diz respeito a educaçao”*

A classe, FORMAS DE ACESSO, reportou as seguintes palavras por significância em seus segmentos de texto: “forma”, “ao”, “conhecimento”, “acesso”, “currículos”.

*“valorizacao do idoso de **forma** a eliminar o preconceito e a produzir **conhecimentos** sobre a materia a adequar **currículos** metodologias e material didatico aos programas educacionais destinados **ao** idoso art 21 o poder pblico criara oportunidades de **acesso** do idoso a educacao adequando **currículos** metodologias e material didatico aos”*

*“inserir nos **currículos** minimos nos diversos niveis do ensino formal contedos voltados para o processo de envelhecimento de **forma** a eliminar preconceitos e a produzir **conhecimentos** sobre o assunto art 22 nos **currículos** minimos dos diversos niveis de ensino formal serao inseridos contedos voltados **ao** processo de envelhecimento **ao** respeito”*

*“de universalizar o **acesso** as diferentes **formas** do saber unico o poder publico apoiara a criacao de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivara a publicacao de livros e periódicos de conteudo e padrao editorial adequados **ao** idoso que facilitem a leitura considerada a natural reducao da capacidade visual”*

*“perspectiva da educacao **ao** longo da vida cursos e programas de extensao presenciais ou a distancia constituídos por atividades formais e nao formais 19 estimular as universidades e organizacoes não governamentais a oferecer cursos dirigidos a terceira idade, apoiar a criacao de universidade aberta para a terceira idade como meio”*

A classe, denominada nesse estudo como CULTURA, reportou as seguintes palavras em seus segmentos textuais: “cultural”, “idoso”, “art”.

“programas educacionais a ele destinados d desenvolver programas educativos especialmente nos meios de comunicacao a fim de informar a populacao sobre o processo de envelhecimento art 24 os meios de comunicacao manterao espacos ou horarios especiais voltados aos idosos com finalidade informativa educativa artistica e cultural e ao pblico sobre o processo de envelhecimento”

“memória e da identidade culturais art 23 a participacao dos idosos em atividades culturais e de lazer sera proporcionada mediante descontos de pelo menos 50 cinquenta por cento nos ingressos para eventos artisticos culturais esportivos e de lazer bem como o acesso preferencial aos respectivos locais”

“cursos especiais para idosos incluirao contedo relativo as tecnicas de comunicacao computacao e demais avanos tecnológicos para sua integracao a vida moderna art 21 2o os idosos participarao das comemoracoes de carater civico ou cultural para transmissao de conhecimentos e vivencias as demais gerações”

“articular as politicas de educacao de jovens e adultos com as culturais de sorte que sua clientela seja beneficiaria de acoes que permitam ampliar seus horizontes culturais art 20 o idoso tem direito a educacao cultura esporte lazer diversoes espetaculos produtos e servicos que respeitem sua peculiar condicao de idade”

A última classe, denominada nesse estudo como MEDIDAS CONTRA O ANALFABETISMO, reportou as seguintes palavras em seus segmentos textuais: “analfabetismo”, “estabelecer”, “assegurar”, “nacional”, “inicial”, “programa”, “seriar”.

“estabelecer programa nacional para assegurar que as escolas pblicas de ensino fundamental e medio localizadas em areas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade oferecam programas de alfabetizacao e de ensino e exames para jovens e adultos de acordo com as diretrizes curriculares nacionais 5 estabelecer programa nacional de fornecimento”

“estabelecer a partir da aprovacao do pne programas visando a alfabetizar 10 milhoes de jovens e adultos em cinco anos e ate o final da decada erradicar o analfabetismo 2 assegurar em cinco anos a oferta de educacao de jovens e adultos equivalente as quatro series iniciais do ensino fundamental”

“os agentes integrados ao esforco nacional de erradicacao do analfabetismo 7 assegurar que os sistemas estaduais de ensino em regime de colaboracao com os demais entes federativos mantenham programas de formacao de educadores de jovens e adultos capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela e habilitados”

“minimo o exercicio do magisterio nas series iniciais do ensino fundamental de forma a atender a demanda de órgaos pblicos e privados envolvidos no esforco de erradicação do analfabetismo 8 estabelecer politicas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espacos ociosos existentes na comunidade bem como o efetivo aproveitamento do potencial”

A partir da Análise Fatorial por Correspondência (AFC), foi possível realizar a associação do texto entre as palavras considerando a frequência de incidência de palavras e as classes representando-as no plano cartesiano. As palavras que mais se destacaram nas classes 1, 2 e 3, “Superior”, “Fundamental” e “Especial”, respectivamente estão mais aproximadas. Em oposição às classes 4 – “Forma” e da classe 5 – “Cultural”. A classe 6, também aparece distanciada trazendo o tema do analfabetismo reforçada pela mesma palavra da temática “Analfabetismo”. Interessante sinalizar que enquanto as classes 1, 2 e 3 discutem o reforço das temáticas, a classe 6 levanta a necessidade da erradicação, em oposição ao discurso dessas três classes mencionadas.

5.2.2c - Análise de Similitude

Como resultado da figura 15 é notável o afastamento do idoso do eixo da educação-jovem- adulto, exibindo de modo claro que o conteúdo das políticas educacionais aproxima o adulto e o jovem dos processos educacionais enquanto o idoso é relegado.

A palavra educação está no meio da árvore de similitude, revelando a temática central do estudo. As palavras “jovem” e “adulto” são os ramos mais grossos, indicando uma relação mais forte com a palavra “educação”. Para os jovens têm-se palavras relacionadas com o incentivo a políticas e ações de formação para professores que atendem essa categoria de alunos. A palavra “médio” remete ao nível de ensino; “ensino médio”, escolaridade proposta para o grupo.

No universo da palavra “adulto” estão concentradas as ações de ensino superior, ensino fundamental e erradicação do analfabetismo. Outras palavras relacionadas a esse grupo ainda evocam a necessidade e adequação do ensino à esse grupo para melhor aprendizagem e educação mais efetiva.

Quanto ao contexto relacionando à palavra “idoso” observa-se a preocupação com o acesso, cultura e a disseminação da temática envelhecimento nos currículos educacionais. A árvore, portanto, auxilia no processo de construção do discurso, como ele se dá e suas relações mais fortalecidas.



Figura 15 – Árvore de Similitude

Fonte: Autoria própria com dados do Iramuteq

5.2.2d – Nuvem de palavras

Finalmente, o resultado da nuvem de palavras, que aglutinou o *corpus* textual analisado, transformando-o em uma imagem na qual é possível visualizar as palavras mais importantes do conjunto, a partir da frequência dessas palavras. Esse resultado permite comprovar o olhar da pesquisadora ao reunir os segmentos de textos mais aderentes e relevantes para as temáticas estudadas, no momento em que a palavra educação aparece no

cerne da nuvem (Figura 16). Esse resultado mostra que a escolha dos trechos dos documentos foi realizada de maneira sistematizada e o corpus textual analisado possui a educação como temática do *corpus* textual analisado.

Outro ponto relevante nesse resultado são as palavras “Jovem”, “Adulto”, “Programa”, “Ensino” que se destacam no contexto. Elas revelam que a educação prioriza esses grupos, corroborando assim com os outros resultados obtidos nessa pesquisa. É importante evidenciar que a palavra “idoso” também aparece, mas com a frequência menor que as palavras citadas anteriormente, evidenciando menor relevância do grupo dentro da temática estudada.



Figura 16 – Nuvem de Palavras

Fonte: Autoria própria com dados do Iramuteq

5.3 – Resultados da Pesquisa Estatística Descritiva - Dados censitários de 1991 e 2010 da base IPUMS

Nas tabelas e gráficos a seguir é possível ver os resultados dos dados censitários tratados pelo SPSS v.22 e excel, sobre o grau máximo de escolaridade dos idosos jovens e longevos, relacionados às variáveis de sexo, região e raça/cor para anos 1991 e 2010, auxiliando, desse modo, na construção do perfil proposto no terceiro objetivo específico desse estudo.

5.3.1 - Relação Escolaridade X Idade

Tabela 5 – Panorama Geral Escolaridade x Idade - 1991 e 2010

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	33%	43%	53%	61%	66%	12%	21%	31%	40%	54%
Algum primário concluído	25%	23%	20%	16%	13%	30%	36%	35%	31%	23%
Primário (4 anos) concluído	25%	22%	18%	16%	14%	15%	16%	16%	15%	12%
Primário (6 anos) concluído	6%	5%	4%	3%	3%	16%	11%	8%	6%	5%
Fundamental 1 completo	1%	0%	0%	0%	0%	3%	2%	1%	1%	1%
Fundamental 2 completo	5%	4%	3%	2%	2%	13%	8%	5%	4%	4%
Alguma série do EM completa	1%	0%	0%	0%	0%	2%	1%	0%	0%	0%
Universidade Completa	4%	2%	2%	1%	1%	8%	6%	4%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Comparando-se resultado descritivo da tabela 1 de referência cruzada “Idade e Escolaridade”, dos censos dos anos de 1991 e 2010, foi possível observar que, de forma geral o percentual de escolaridade aumentou já que o percentual de “sem escolaridade” caiu de 1991 para 2010 em todas as faixas. Na faixa etária de 50 a 59 anos, a queda da variável “sem escolaridade” foi de 21%, para os idosos de 60 a 69 anos, 22%, de 70 a 79 anos, uma queda de 22%, de 80 a 89 anos 21% e, finalmente no grupo de 90 anos e mais uma queda de 12% na categoria “sem escolaridade”.

Na categoria “Algum primário concluído” observa-se um aumento percentual, em todas as faixas etárias: 50 a 59 anos 5%, 60 a 69 anos 13%, 70 a 79 anos 15%, 80 a 89 anos 15% e 90 anos e mais 10%.

Na categoria “Primário 4 anos concluídos”, observou-se uma queda comparando-se os dados dos dois censos. Sendo, para a faixa etária 50 a 59 anos 10%, 60 a 69 anos 16%, 70 a 79 anos 2%, 80 a 89 anos 1% e 90 anos e mais 2%. Sendo a faixa de 50 a 59 anos com a maior expressividade entre as outras.

Ao contrário, a categoria “Primário 6 anos concluídos” apresentou um aumento de 1991 para 2010. Sendo, para a faixa etária 50 a 59 anos 10%, 60 a 69 anos 6%, 70 a 79 anos 4%, 80 a 89 anos 3% e 90 anos e mais 2%. Sendo a faixa de 50 a 59 anos com a maior alteração em relação as outras.

A categoria “Fundamental 1 Completo” foi a que apresentou a menor concentração de evolução, em percentual, seguida de “Alguma série do E.M. Completa”.

Já a variável “Fundamental 2 completo” aumentou seus percentuais em 2010 com os seguintes resultados: para a faixa etária 50 a 59 anos 8%, 60 a 69 anos 4%, 70 a 79 anos 2%, 80 a 89 anos 2% e 90 anos e mais 2%. Sendo a faixa de 50 a 59 anos com a maior alteração em relação as outras.

Interessante observar que a categoria “Universidade completa” apresentou maior variação que “Fundamental 1 completo” ou “Alguma série do EM completa com 4% para a faixa de 50 a 59 anos, 4% , de 60 a 69 anos, 2%, 70 a 79 anos, 2%, para 80 a 89 anos e 1% para as pessoas idosas com 90 anos e mais.

Tabela 6 – Escolaridade e Idade – Idosos Jovens - 1991 e 2010

	1991	2010	1991	2010	1991	2010
	50 a 59 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	70 a 79 anos
Sem escolaridade	33%	12%	43%	21%	53%	31%
Algum primário concluído	25%	30%	23%	36%	20%	35%
Primário (4 anos) concluído	25%	15%	22%	16%	18%	16%
Primário (6 anos) concluído	6%	16%	5%	11%	4%	8%
Fundamental 1 completo	1%	3%	0%	2%	0%	1%
Fundamental 2 completo	5%	13%	4%	8%	3%	5%
Alguma série do EM completa	1%	2%	0%	1%	0%	0%
Universidade Completa	4%	8%	2%	6%	2%	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Tabela 7 – Escolaridade e Idade – Idosos Longevos - 1991 e 2010

	1991	2010	1991	2010
	80 a 89 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	90 anos e mais
Sem escolaridade	61%	40%	66%	54%
Algum primário concluído	16%	31%	13%	23%
Primário (4 anos) concluído	16%	15%	14%	12%
Primário (6 anos) concluído	3%	6%	3%	5%
Fundamental 1 completo	0%	1%	0%	1%
Fundamental 2 completo	2%	4%	2%	4%
Alguma série do EM completa	0%	0%	0%	0%
Universidade Completa	1%	3%	1%	2%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Quando a relação escolaridade x idade é empregada nas categorias deste estudo, fica claro observar que a categoria “Idosos jovens” é mais escolarizada que a categoria dos “idosos longevos” nos dois períodos analisados.

Enquanto a categoria “sem escolaridade” apresenta seu auge na faixa de 70 a 79 anos em 1991 com 53%, a faixa 90 anos e mais atingiu um percentual de 66% dos idosos sem escolaridade no mesmo ano. Contudo, comparando-se as reduções dos percentuais dos “sem escolaridade de” de 1991 com 2010, percebeu-se uma diminuição de até 22% na faixa de 70 a 79 anos e 12% dos “sem escolaridade” na faixa 90 anos e mais.

Finalmente é importante destacar que os idosos jovens são mais escolarizados se comparados aos idosos longevos nos seguintes graus de escolaridade: “Primário 6 anos concluídos”, “Ensino Fundamental 2 completo” e “Universidade completa”.

Tomando-se a seletividade para a análise, observa-se que os idosos longevos com “Alguma série do E.M. completa” sobreviveram menos que os idosos das outras séries pesquisadas. Os idosos longevos, de 1991 a 2010, dobraram seu percentual de escolaridade nas categorias “Fundamental 1 e 2 completo” e “Universidade Completa”. Já os idosos jovens o dobro do percentual de 1991 para 2010 foram nas categorias “Primário (6 anos) concluído” e “Universidade Completa”.

5.3.2 - Relação Escolaridade X Sexo

Tabela 8 - Panorama Geral Escolaridade dos HOMENS segundo grupos de idade - 1991 e 2010

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	31%	40%	51%	58%	62%	12%	21%	30%	39%	52%
Algum primário concluído	25%	25%	22%	18%	16%	30%	36%	37%	33%	26%
Primário (4 anos) concluído	26%	22%	18%	15%	14%	16%	16%	15%	14%	11%
Primário (6 anos) concluído	6%	5%	4%	3%	4%	17%	11%	8%	6%	5%
Fundamental 1 completo	1%	0%	0%	0%	0%	3%	2%	1%	1%	1%
Fundamental 2 completo	5%	4%	2%	2%	2%	13%	7%	5%	4%	3%
Alguma série do EM completa	1%	0%	0%	0%	0%	2%	1%	0%	0%	0%
Universidade Completa	5%	3%	3%	2%	2%	7%	6%	4%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Tabela 9 – Escolaridade dos Idosos Jovens - Homens - 1991 – 2010

	1991			2010		
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos
Sem escolaridade	31%	40%	51%	12%	21%	30%
Algum primário concluído	25%	25%	22%	30%	36%	37%
Primário (4 anos) concluído	26%	22%	18%	16%	16%	15%
Primário (6 anos) concluído	6%	5%	4%	17%	11%	8%
Fundamental 1 completo	1%	0%	0%	3%	2%	1%
Fundamental 2 completo	5%	4%	2%	13%	7%	5%
Alguma série do EM completa	1%	0%	0%	2%	1%	0%
Universidade Completa	5%	3%	3%	7%	6%	4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Tabela 10 – Escolaridade dos Idosos Longevos - Homens - 1991 – 2010

	1991		2010	
	80 a 89 anos	90 anos e mais	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	58%	62%	39%	52%
Algum primário concluído	18%	16%	33%	26%
Primário (4 anos) concluído	15%	14%	14%	11%
Primário (6 anos) concluído	3%	4%	6%	5%
Fundamental 1 completo	0%	0%	1%	1%
Fundamental 2 completo	2%	2%	4%	3%
Alguma série do EM completa	0%	0%	0%	0%
Universidade Completa	2%	2%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Nos resultados entre escolaridade e sexo masculino é possível perceber que de 1991 a 2010, houve uma queda geral nos percentuais da variável “sem escolaridade” e um aumento do “Algum primário concluído”. Na variável “sem escolaridade” houve uma queda de 19% de 50 a 59 anos, 19%, 60 a 69 anos, 21%, 70 a 79 anos 19%, 80 a 89 anos, e uma redução de 10% na faixa de 90 anos e mais. Já o aumento da variável “Algum primário concluído” se configurou da seguinte forma: 5% para a faixa de 50 a 59 anos, 11% para 60 a 69 anos, 15% para 70 a 79 anos, 19% para 80 a 89 anos e, finalmente, 10% para a faixa de 90 anos e mais.

Observa-se, assim que a faixa etária com menor percentual na variável “sem escolaridade” foi a de 50 a 59 anos, 12%, representando uma melhora de escolaridade geral para essa faixa etária. Contudo, o aumento percentual mais expressivo apareceu para 70 a 79 anos, 37% em “algum primário concluído” em 2010. Em relação ao grau de escolaridade máxima dos homens “idosos jovens” a maior escolaridade apresentada foi no ano de 2010

“Algum primário concluído” com 37%, de 70 a 79 anos e “Algum primário concluído” de 60 a 69 anos, 36%, seguidos em segundo lugar com 17% “Primário (6anos) concluído” 50 a 59 anos e, empatados com 16%, “Primário (4 anos) concluído” 50 a 59 e 60 a 69 anos.

Para os homens longevos, a escolaridade máxima foi de “Algum primário concluído” na faixa de 80 a 89 anos, com 33% e 26% na faixa de 90 anos e mais em 2010.

É importante, destacar, também que a “Universidade Completa” aparece na frente de “Alguma série do E.M. Completa” e “Fundamental 1 completo” para todas as faixas etárias estudadas.

Tabela 11 - Panorama Geral Escolaridade das MULHERES segundo grupos de idade - 1991 e 2010

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	36%	45%	55%	63%	68%	12%	22%	32%	41%	55%
Algum primário concluído	24%	22%	18%	14%	12%	30%	36%	35%	29%	22%
Primário (4 anos) concluído	25%	22%	18%	17%	14%	15%	16%	16%	16%	12%
Primário (6 anos) concluído	6%	5%	4%	3%	3%	16%	10%	8%	6%	5%
Fundamental 1 completo	1%	0%	0%	0%	0%	3%	2%	1%	1%	1%
Fundamental 2 completo	5%	4%	3%	3%	3%	13%	8%	5%	5%	4%
Alguma série do EM completa	1%	0%	0%	0%	0%	2%	1%	0%	0%	0%
Universidade Completa	3%	2%	1%	1%	0%	9%	6%	3%	2%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Tabela 12 – Escolaridade dos Idosas Jovens - Mulheres - 1991 – 2010

	1991			2010		
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos
Sem escolaridade	36%	45%	55%	12%	22%	32%
Algum primário concluído	24%	22%	18%	30%	36%	35%
Primário (4 anos) concluído	25%	22%	18%	15%	16%	16%
Primário (6 anos) concluído	6%	5%	4%	16%	10%	8%
Fundamental 1 completo	1%	0%	0%	3%	2%	1%
Fundamental 2 completo	5%	4%	3%	13%	8%	5%
Alguma série do EM completa	1%	0%	0%	2%	1%	0%
Universidade Completa	3%	2%	1%	9%	6%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Tabela 13 – Escolaridade dos Idosas Longevas - Mulheres - 1991 – 2010

	1991		2010	
	80 a 89 anos	90 anos e mais	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	63%	68%	41%	55%
Algum primário concluído	14%	12%	29%	22%
Primário (4 anos) concluído	17%	14%	16%	12%
Primário (6 anos) concluído	3%	3%	6%	5%
Fundamental 1 completo	0%	0%	1%	1%
Fundamental 2 completo	3%	3%	5%	4%
Alguma série do EM completa	0%	0%	0%	0%
Universidade Completa	1%	0%	2%	1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Nos resultados entre escolaridade e mulheres idosas jovens é possível perceber que de 1991 a 2010, houve uma queda geral dos percentuais da variável “sem escolaridade” e um aumento do “Algum primário concluído”. Na variável “sem escolaridade” houve uma queda de 24% de 50 a 59 anos, 23%, 60 a 69 anos, 23%, 70 a 79 anos 22%, 80 a 89 anos, e uma redução de 13% na faixa de 90 anos e mais. Já o aumento da variável “Algum primário concluído” se configurou da seguinte forma: 6% para a faixa de 50 a 59 anos, 14% para 60 a 69 anos, 17% para 70 a 79 anos. Na categoria idosas longevas, 15%, para 80 a 89 anos e, finalmente, 10% para a faixa de 90 anos e mais.

Observa-se, assim que a faixa etária com mais redução dos “sem escolaridade” foi a de 50 a 59 anos e o maior aumento “Algum primário concluído” apareceu na faixa de 17% para 70 a 79 anos.

Em relação ao grau de escolaridade máxima das mulheres “idosas jovens” a maior escolaridade apresentada foi no ano de 2010 “Algum primário concluído” com 36%, de 60 a 69 anos e empatados em segundo lugar com 16%, “Primário 4 anos concluído”, nas faixas de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos, seguido de 16% no “Primário 6 anos concluído” de 50 a 59 anos.

Para as mulheres longevas, a escolaridade máxima foi em 2010 com “Algum primário concluído” na faixa de 80 a 89 anos, com 29% e 22% na faixa de 90anos e mais, seguida da escolaridade, “Primário de 4 anos concluído” de 80 a 89 anos com 16%.

É importante, sinalizar, também que a “Universidade Completa” aparece na frente de “Alguma série do E.M. Completa” e “Fundamental 1 completo” para todas as categorias de “idosas jovens”.

Finalmente, fazendo-se uma comparação entre os sexos, percebe-se que no ano de 2010, a faixa etária para os dois sexos na variável “sem escolaridade” para 50 a 59 anos foi a mesma com 12%. Já na faixa etária de 60 a 69 anos os homens reduziram 1% nesta categoria e 2% para 70 a 79 anos, indicando que são um pouco mais escolarizados no geral.

Se tomarmos a variável “algum primário concluído” para compararmos os sexos, temos uma vantagem de 2% na faixa e 70 a 79 anos para os homens.

Na categoria “Primário (6 anos) concluído” os homens também têm uma vantagem de 1% 50 a 59 anos e 60 a 69 anos.

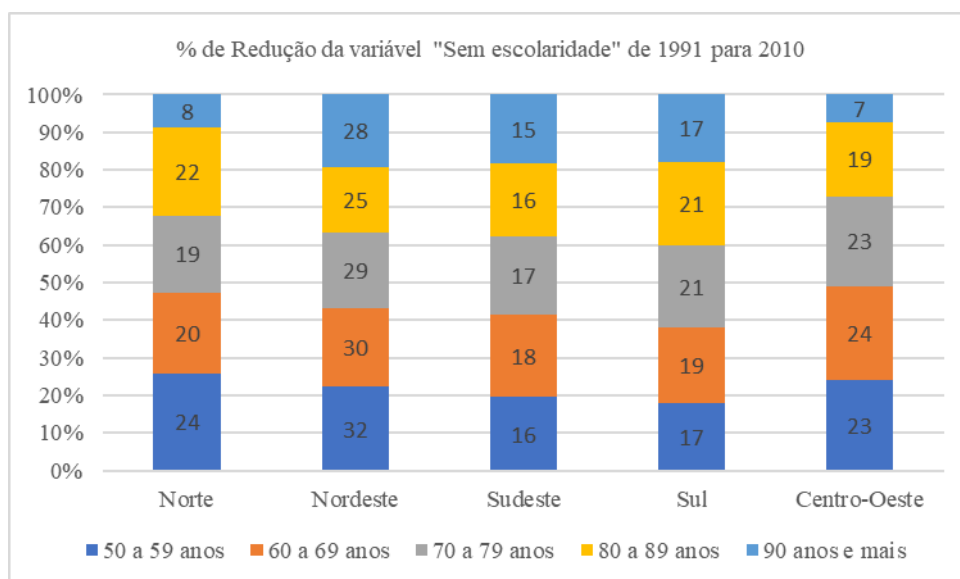
Já na categoria “Fundamental 2 completo” 60 a 69 anos, as mulheres têm uma vantagem de 1%.

Finalmente na categoria “Universidade completa” as mulheres da faixa 50 a 59 anos e 70 a 79 anos aparecem com uma vantagem percentual de 2% e 1% respectivamente.

5.3.3 - Relação Escolaridade X Região

As variáveis: “Sem escolaridade”, “Algum primário concluído”, “Primário (4 anos) concluído”, “Primário (6 anos) concluído”, “Fundamental 1 completo”, “Fundamental 2 completo”, “Alguma série do EM. completa” e “Universidade Completa”, foram analisadas em todas as cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste) a partir dos dados de 1991 e 2010 do censo. Foram desdobrados os cinco gráficos, a seguir.

Gráfico 1 - Proporção de Redução da variável "Sem escolaridade" de 1991 para 2010

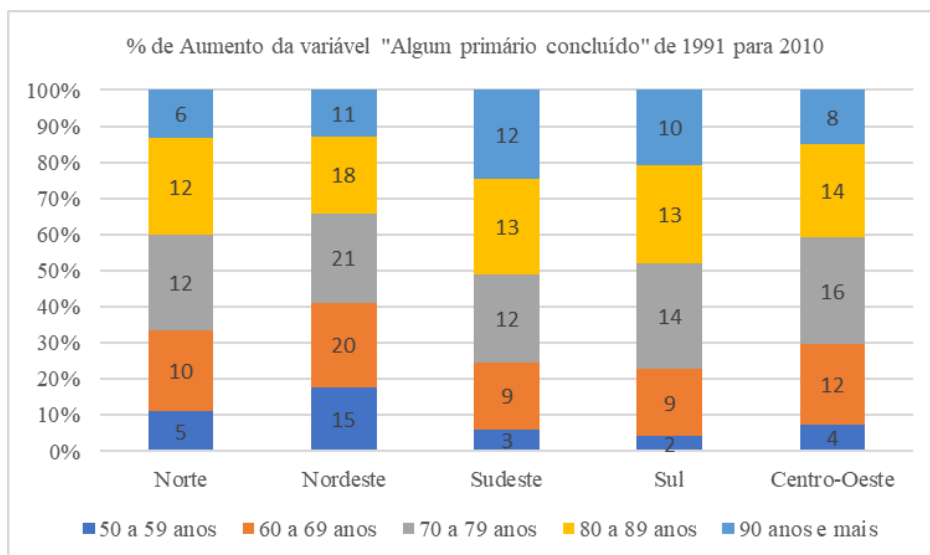


Fonte: Autora com dados do IPUMS

Sobre o gráfico 1 observa-se que para todas as faixas etárias a maior redução dos “sem escolaridade” aconteceu na região Nordeste, comparando-se o censo de 1991 com o de 2010.

Nas faixas etárias específicas a segunda maior redução aconteceu para o norte na faixa etária de 50 a 59 anos, para o centro-oeste na faixa de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos, norte para a faixa de 80 a 89 anos e, finalmente no sul na faixa de 90 anos e mais.

Gráfico 2 - Proporção de aumento da variável "Algum primário concluído" de 1991 para 2010

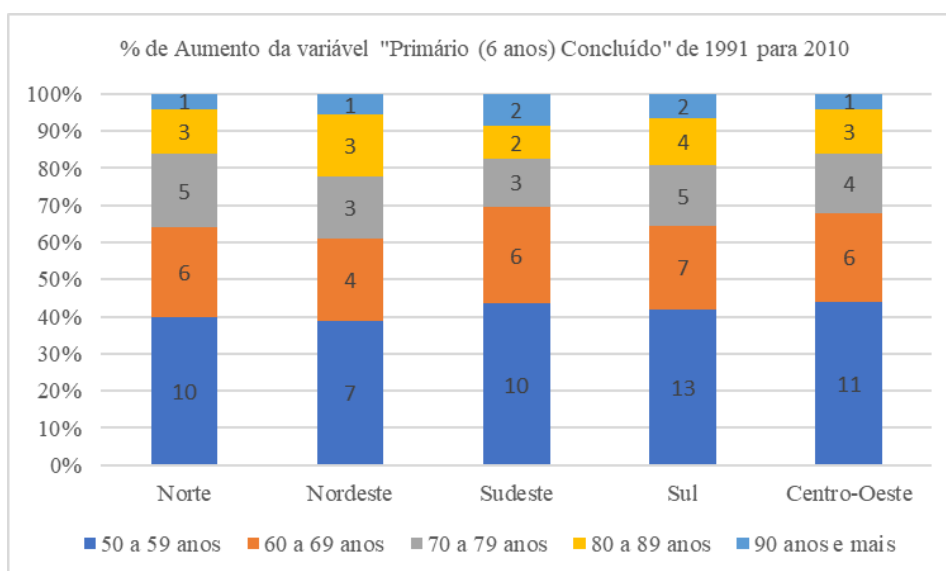


Fonte: Autora com dados do IPUMS

No gráfico 2, que compara o percentual de aumento da variável "Algum primário concluído" de 1991 para 2010, observa-se que para todas as faixas etárias o maior aumento aconteceu na região Nordeste, comparando-se o censo de 1991 com o de 2010.

Nas faixas etárias específicas o segundo maior aumento aconteceu para o norte na faixa etária de 50 a 59 anos, para o centro-oeste na faixa de 60 a 69 anos, 70 a 79 anos e 80 a 89 anos e, finalmente no sudeste na faixa de 90 anos e mais.

Gráfico 3 - Proporção de aumento da variável "Primário (6 anos) Concluído" de 1991 para 2010

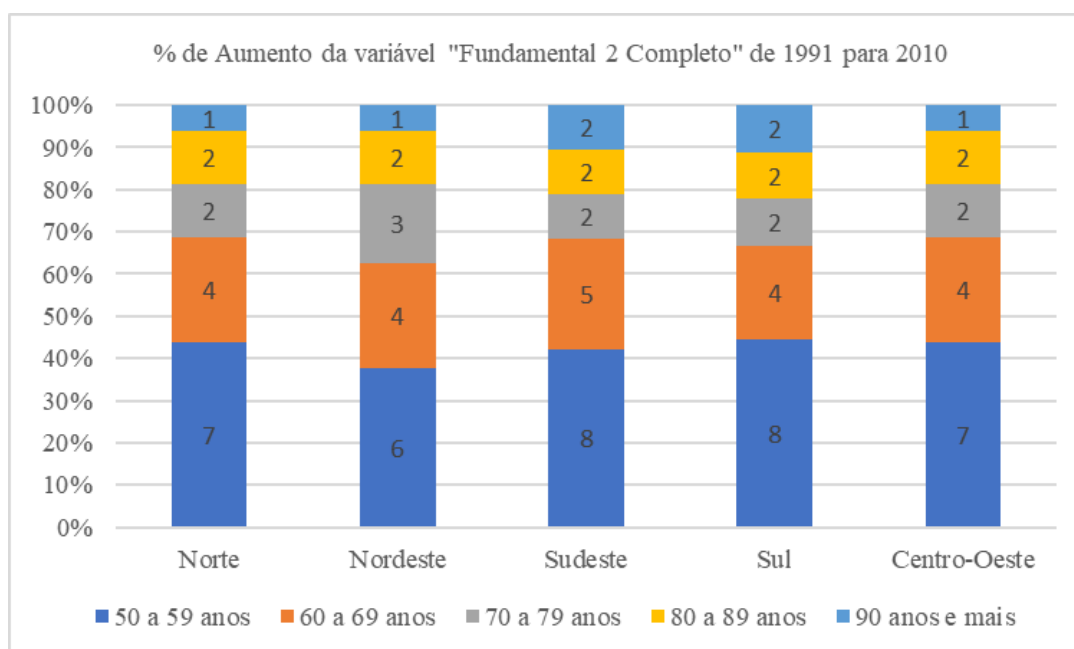


Fonte: Autora com dados do IPUMS

Para o aumento do percentual da variável "Primário (6 anos) Concluído" exibido no gráfico 3, de 1991 para 2010, observa-se que para todas as faixas etárias o maior aumento aconteceu na região Sul, comparando-se o censo de 1991 com o de 2010.

Nas faixas etárias o segundo maior aumento aconteceu para o centro-oeste na faixa etária de 50 a 59 anos, e, empatados na faixa de 60 a 69 anos centro-oeste, sudeste e norte. Na faixa de 70 a 79 anos, sul e norte estão empatadas. Na faixa dos idosos longevos de 80 a 89 anos, centro-oeste, nordeste e norte, empatam. Finalmente, sudeste e sul aparecem empatadas como destaque na faixa de 90 anos e mais.

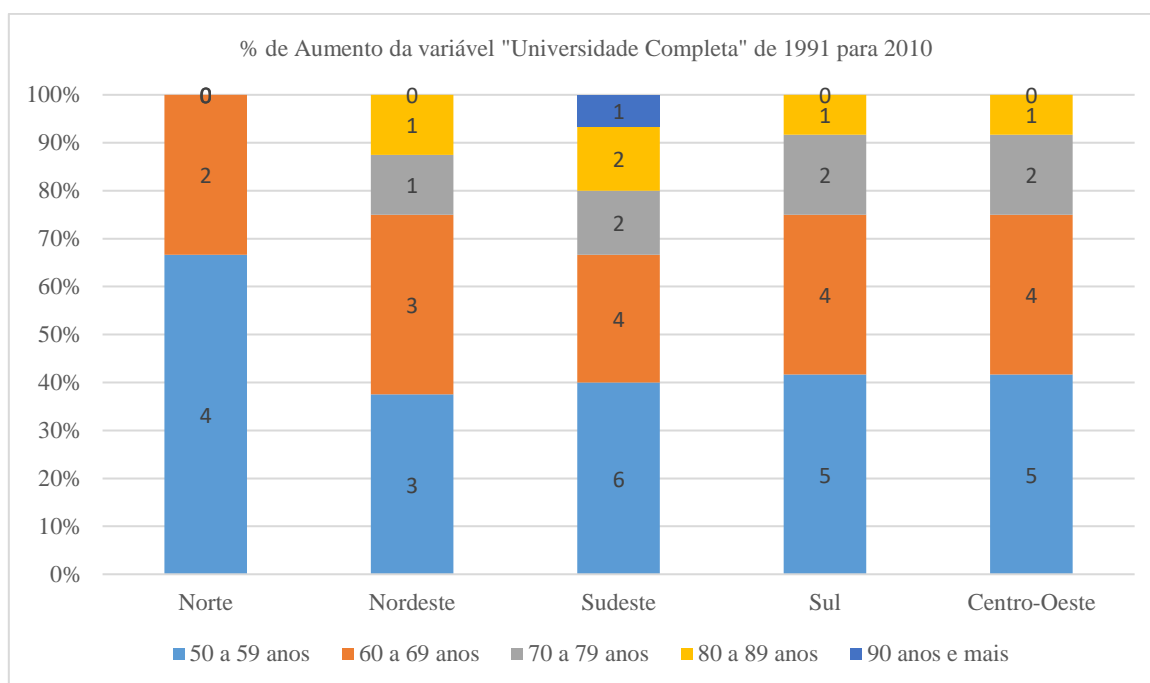
Gráfico 4 - Proporção de aumento da variável "Fundamental 2 Completo" de 1991 para 2010



Fonte: Autora com dados do IPUMS

No aumento do percentual "Fundamental 2 completo" de 1991 para 2010, tem-se a região sudeste como destaque geral. Nas faixas específicas destaque apenas para o nordeste na faixa de 70 a 79 anos que apresentou crescimento diferente das outras regiões.

Gráfico 5 - Proporção de aumento da variável "Universidade Completa" de 1991 para 2010



Fonte: Autora com dados do IPUMS

Finalmente, para a variável “Universidade Completa”, observou-se a região sudeste com maior aumento de percentual de 1991 para o censo de 2010. Nas faixas etárias específicas, destaque para o sul e centro oeste nas faixas de 60 a 69 anos.

No gráfico que reporta os números gerais têm-se de 1991 a 2010, 15% de aumento em "Algum primário concluído" na faixa de 70 a 79 anos e 80 a 89 anos e 10% para 90 anos e mais.

Na variável "Primário (6 anos) concluído", observou-se um aumento de 10% de aumento na faixa de 50 a 59 anos, 6% de 60 a 69 anos e 3% de aumento na faixa de 80 a 89 anos.

Para a variável “Fundamental 2 completo”, 8% de aumento na faixa de 50 a 59 anos e 2 % nas faixas de 80 a 89 anos e 90 anos e mais.

A variável "Universidade Completa" para as faixas 60 a 69 anos e 80 a 89 anos mais que dobraram de 1991 para 2010.

5.3.4 - Relação Escolaridade X Raça/Cor

Para realizar a análise dessa relação utilizou-se apenas as variáveis Branco, Pardo e Preto, visto que indígenas, asiáticos e missigns somavam 1,3% da amostra.

Tabela 14 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Branco

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	22%	31%	41%	48%	53%	7%	14%	22%	31%	41%
Algum primário concluído	25%	24%	22%	18%	16%	25%	33%	35%	31%	25%
Primário (4 anos) concluído	31%	27%	24%	22%	20%	16%	19%	19%	19%	17%
Primário (6 anos) concluído	8%	6%	5%	5%	5%	18%	12%	9%	8%	7%
Fundamental 1 completo	1%	1%	0%	0%	0%	3%	2%	1%	1%	1%
Fundamental 2 completo	7%	6%	4%	4%	4%	15%	10%	7%	6%	6%
Alguma série do EM completo	1%	1%	0%	0%	0%	3%	1%	1%	0%	0%
Universidade Completa	5%	4%	3%	2%	2%	12%	9%	5%	4%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Para a raça/cor Branco, esta pesquisa mostrou que de 1991 para 2010, os “Sem escolaridade” de 70 a 79 tiveram a maior redução com 19% para os idosos jovens e 17% na faixa de 80 a 89 anos para os idosos longevos.

A variável “Primário (6 anos) concluído”, foi a que mostrou aumento significativo em todas as faixas etárias, sendo 10% de 50 a 59 anos, 6% de 60 a 69 anos, 4% de 70 a 79 anos, 3% de 80 a 89 anos e 2% de 90 anos e mais.

O “Fundamental 2 completo” também se destacou apresentando os seguintes aumentos de percentuais de 1991 para 2010: 8% de 50 a 59 anos, 4% de 60 a 69 anos, 3% de 70 a 79 anos, 2% de 80 a 89 anos e 2% de 90 anos e mais.

Finalmente a variável “Universidade completa” mostrou os seguintes aumentos de 1991 para 2010: 7% de 50 a 59 anos, 5% de 60 a 69 anos, 2% de 70 a 79 anos, 2% de 80 a 89 anos e 1% de 90 anos e mais.

Tabela 15 – Escolaridade x Raça/Cor - 1991 e 2010 - Preto

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	50%	61%	74%	83%	86%	18%	32%	45%	56%	71%
Algum primário concluído	25%	21%	16%	10%	9%	35%	38%	35%	29%	19%
Primário (4 anos) concluído	18%	14%	8%	6%	4%	14%	12%	10%	9%	6%
Primário (6 anos) concluído	4%	2%	1%	1%	1%	15%	9%	6%	4%	2%
Fundamental 1 completo	0%	0%	0%	0%	0%	3%	1%	1%	1%	0%
Fundamental 2 completo	2%	1%	1%	0%	0%	10%	5%	3%	2%	1%
Alguma série do EM completo	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Universidade Completa	1%	0%	0%	0%	0%	4%	2%	1%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Para a Raça/Cor Preto, este trabalho mostrou que de 1991 para 2010, os “Sem escolaridade” de 50 a 59 apresentaram a maior redução com 32% para os idosos jovens e 27% na faixa de 80 a 89 anos para os idosos longevos.

A variável “Primário (6 anos) concluído”, foi a que mostrou aumento significativo em todas as faixas etárias, sendo 11% de 50 a 59 anos, 7% de 60 a 69 anos, 5% de 70 a 79 anos, 3% de 80 a 89 anos e 2% de 90 anos e mais.

O “Fundamental 2 completo” também se destacou apresentando os seguintes aumentos de percentuais de 1991 para 2010: 8% de 50 a 59 anos, 4% de 60 a 69 anos, 2% de 70 a 79 anos, 2% de 80 a 89 anos e 1% de 90 anos e mais.

Finalmente a variável “Universidade completa” mostrou os seguintes aumentos de 1991 para 2010: 3% de 50 a 59 anos, 2% de 60 a 69 anos, 1% de 70 a 79 anos para idosos jovens e nenhum resultado para os idosos longevos.

Tabela 16 – Escolaridade x Raça/Cor – Pardo - 1991 e 2010

	1991					2010				
	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 a 89 anos	90 anos e mais
Sem escolaridade	48%	59%	70%	78%	81%	17%	30%	41%	53%	67%
Algum primário concluído	25%	22%	17%	12%	10%	36%	40%	37%	30%	21%
Primário (4 anos) concluído	19%	14%	10%	8%	7%	14%	13%	11%	9%	7%
Primário (6 anos) concluído	4%	3%	2%	1%	2%	15%	9%	6%	4%	3%
Fundamental 1 completo	0%	0%	0%	0%	0%	3%	1%	1%	1%	0%
Fundamental 2 completo	3%	1%	1%	0%	1%	10%	5%	3%	2%	1%
Alguma série do EM completa	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
Universidade Completa	1%	1%	0%	0%	0%	4%	2%	1%	1%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autora com dados do IPUMS

Para a Raça/Cor Pardo, este estudo mostrou que de 1991 para 2010, os “Sem escolaridade” a faixa etária de 50 a 59 mostrou a maior redução com 31% para os idosos jovens e 25% na faixa de 80 a 89 anos para os idosos longevos.

A variável “Primário (6 anos) concluído”, foi a que mostrou aumento significativo em todas as faixas etárias, sendo 11% de 50 a 59 anos, 6% de 60 a 69 anos, 4% de 70 a 79 anos, 3% de 80 a 89 anos e 1% de 90 anos e mais.

O “Fundamental 2 completo” também se destacou apresentando os seguintes aumentos de percentuais de 1991 para 2010: 7% de 50 a 59 anos, 4% de 60 a 69 anos, 2% de 70 a 79 anos, 2% de 80 a 89 anos e 0% de 90 anos e mais.

Finalmente a variável “Universidade completa” mostrou os seguintes aumentos de 1991 para 2010: 3% de 50 a 59 anos, 1% de 60 a 69 anos, 1% de 70 a 79 anos, 1% de 80 a 89 anos e 0% de 90 anos e mais.

Comparando-se as raças têm-se que a maior redução dos “sem escolaridade” aconteceu para a raça Preto com 32% na faixa de 50 a 59 anos, seguido da parda 32% e branca com 19%.

A escolaridade “Primário (6 anos) concluído) mostrou um aumento maior para as raças parda e branca com 11% na faixa etária 50 a 59 anos, contra 10% na raça branca. Para o “Fundamental 2 completo as raças branca e preta empataram na faixa de 50 a 59 anos com aumento de 8% e 7% para pardos.

A diferença mais crítica aparece na variável “Universidade completa” na qual os idosos jovens de 50 a 59 anos apresentam percentuais de aumento de 7% para brancos na faixa de 50 a 59 anos contra 3% para pretos e pardos na mesma faixa. Já para os idosos longevos os brancos apresentaram 2% de aumento para 80 a 89 anos contra 1% dos pardos e nenhuma escolaridade universitária dos negros para a mesma faixa.

Como perfil geral, têm-se os grupos de idosos jovens e longevos caracterizados de acordo com os quadros 15 e 16.

Quadro 15– Perfil Geral dos Idosos Jovens e Longevos com percentual maior no “mais alto nível educacional atingido” - 1991 e 2010

	Idoso Jovem					Idoso Longevo				
	1991	Faixa Etária	2010	Faixa Etária	Tipo	1991	Faixa Etária	2010	Faixa Etária	Tipo
Escolaridade Geral	Primário (4 anos) concluído	50 a 59 anos	Primário (4 anos) concluído	60 a 69 anos	Baixa Escolaridade	Primário (4 anos) concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade
Homens	Primário (4 anos) concluído	50 a 59 anos	Algum primário concluído	70 a 79 anos	Baixa Escolaridade	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade
Mulheres	Primário (4 anos) concluído	50 a 59 anos	Algum primário concluído	60 a 69 anos	Baixa Escolaridade	Primário (4 anos) concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade
Branco	Primário (4 anos) concluído	50 a 59 anos	Algum primário concluído	70 a 79 anos	Baixa Escolaridade	Primário (4 anos) concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade
Preto	Algum primário concluído	50 a 59 anos	Algum primário concluído	60 a 69 anos	Baixa Escolaridade	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade
Pardo	Algum primário concluído	50 a 59 anos	Algum primário concluído	60 a 69 anos	Baixa Escolaridade	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Algum primário concluído	80 a 89 anos	Baixa Escolaridade

Fonte: Própria Autora

Quadro 16 – Região com o maior aumento de percentual educacional geral de 1991 a 2010

	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Algum primário concluído		X			
Primário (6 anos) concluído			X		
Fundamental 2 Completo				X	
Universidade concluída				X	

Fonte: Própria Autora

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os primórdios dos estudos sobre as mudanças populacionais e desenvolvimento começaram a partir do momento em que se observou um crescimento expressivo da população. As variações das taxas de natalidade e mortalidade, sobretudo, alteraram as estruturas etárias e trouxeram a transição demográfica ao mundo e ao Brasil. Essa sobrevida ao longo do tempo pode ser entendida de diversas formas, seja como reflexo da combinação dos avanços na medicina (especialmente vacinas e antibióticos), que evidenciaram o potencial aumento na expectativa de vida ou num estilo de vida saudável que a população vem adotando. Com uma expectativa de vida maior, a educação também começa a configurar na lista das prioridades familiares visto que as oportunidades ao longo dela se expandem (FRIES, 1980; BONGAARTS, 1984; 1994; 1999; OLSHANSKY; BRUCE, 2001; MC FALLS JR, 2007).

Outros fenômenos também foram elencados neste estudo; tais como a feminização do envelhecimento, as questões previdenciárias, o grau de dependência dos indivíduos por parte do Estado e a conclusão de que nas sociedades capitalistas a falta do trabalho, mesmo que por aposentadoria, compromete a qualidade do envelhecimento do indivíduo.

Notou-se, assim, que os efeitos do envelhecimento populacional podem ser ambíguos à medida em que cada país adota um comportamento diferente perante a sua população envelhecida. Desse modo, não só o envelhecimento deve ser considerado, mas também a qualidade de vida desse idoso.

Constatou-se que os vários documentos regulatórios nacionais, tais como a própria Política Nacional do Idoso ou o Estatuto do Idoso, colocam a idade inicial do idoso com 60 anos, mas estendem a idade em mais cinco anos para que consigam todos os benefícios previstos. Com o aumento dessa população no país, ainda foi decretada a Lei nº 13.466/17 que prioriza ações do governo para idosos com mais de 80 anos. Desse modo, percebe-se que a maioria dos conceitos está relacionado aos aspectos biológicos ou legislações nacionais vigentes.

Contudo, este estudo baseou-se nas premissas do estoque educacional para definir suas categorias de estudo, na medida em que investigações anteriores observaram que o nível de escolaridade não se amplia consideravelmente após os 30 anos de idade. Definiu-se, portanto, para a análise da escolaridade das *pseudocoortes* geracionais as seguintes faixas

etárias e categorias: 50 a 59 anos, 60 a 60 anos e 70 a 79 anos; idosos jovens e 80 a 89 anos e 90 e mais anos; idosos longevos.

Desse modo, comparar os resultados das pesquisas descritiva e analítica com as políticas públicas implantadas ao longo do período estudado, 1991 a 2011, e discutidas no referencial teórico, também será uma das formas de amarrar os resultados deste trabalho.

Para isso os conceitos de Ryder (1965), Mannheim (1993) e Blanco e Pacheco (2003) foram considerados já que *pseudocoortes* estudadas possuíam experiências históricas educacionais comuns à medida que envelheceram juntas.

Uma das experiências observadas nas *pseudocoortes* no âmbito educacional foi a preocupação das políticas educacionais focadas no aumento dos índices de alfabetização das pessoas fora da faixa etária intitulada “Educação de Jovens e Adultos”. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da implantação da LDB em 1996, que ocorreu a normatização da educação para uma oferta mais igualitária apesar de todos os esforços realizados desde a década de 1960. Entre as principais atribuições da LDB estava a criação do Plano Nacional de Educação, assegurando formação básica comum para a sociedade.

Além da LDB, o Programa Nacional de Alfabetização - PAS também foi lançado em 1996 e, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado para a superação do analfabetismo de jovens com 15 anos ou mais, que além de ampliar a oferta e a melhoria da qualidade dessa educação, inseriu o conceito de aprendizagem em diferentes espaços da vida e a promoção de vários tipos de educação além da formal.

Um parecer da CNE/CEB de 11/2000 reforçou a função social da EJA em reparar a dívida social com os indivíduos que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais. Finalmente o PLANFOR e o PRONERA foram os últimos programas direcionados para a educação de jovens e adultos com foco na alfabetização fundamental e profissional.

A implantação do PNE, em 2001, foi muito importante no contexto educacional revelando-se como mais um marco na história de vida das *pseudocoortes* estudadas e, por isso, serviu como parâmetro para as análises dessa pesquisa.

Os resultados da investigação do conteúdo dos documentos regulatórios deste trabalho; Política Nacional do Idoso (1994), Estatuto do Idoso (2003) e o Plano Nacional da Educação de 2001, deixou evidente que a educação possuiu um direcionamento genérico em relação ao grupo dos idosos, uma vez que as premissas educacionais do PNE fizeram alusão à educação de Jovens e Adultos, sem citar uma única vez a palavra idoso, referindo-

se ao grupo apenas na frase: “Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade.” (BRASIL,2001) em todo o corpo do PNE (2001).

O termo idoso aparece somente nas legislações direcionadas ao grupo (Estatuto e PNI) e, esses documentos, não possuem foco exclusivo na educação formal, o que pode ser confirmado com a classe 5 (CULTURA), da análise de conteúdo, que está preocupada com a construção do conceito do envelhecimento e a participação social do idoso e a classe 4 FORMAS DE ACESSO que discute a adequação de currículos para ajudar o idoso na aprendizagem, mas sobretudo o acesso desse indivíduo ao conhecimento de formas variadas como a extensão, cursos diversos ou a criação de universidades abertas para o grupo.

Nas demais classes encontradas, o idoso é tratado como “Adulto” e todas elas estão ligadas ao planejamento das políticas educacionais, a saber: Medidas de Ensino Superior, Ampliação do Ensino Fundamental e Erradicação do Analfabetismo todas elas ligadas a índices que necessitam de reforço numérico para demonstrar a evolução educacional do país.

Para Bardin (1977), o não discurso também possuiu significado, refletindo o esquecimento, descaso ou desinteresse, enfraquecendo a importância do indivíduo em determinado contexto. Assim, a ausência da palavra idoso no contexto da política educacional reflete o ageísmo presente na gestão dos indivíduos responsáveis em zelar pela diversidade na coletividade social.

Assim, destaca-se que o PNE não abarcou as especificidades dos idosos, classificando-os na categoria “Jovens e Adultos” no que tange às ações educacionais. A pessoa idosa, por consequência, não foi priorizada na agenda de políticas educacionais formais, aproximando-se dos argumentos de Lebrão (2007) no qual o idoso não é normalmente lembrado no âmbito educacional à medida em que está fora do contexto laboral ou muito próximo à aposentadoria.

A ausência de um projeto de ensino consistente destinado especificamente ao idoso, também é abordado por Chilante e Noma (2009) que destacam as ações voltadas para a educação de adultos com o objetivo de reparar um analfabetismo histórico e preparar uma mão de obra ainda em idade produtiva.

A partir da análise de conteúdo que classifica e integra as informações relacionadas ao panorama educacional do PNE, PNI e Estatuto do Idoso, por meio das análises dos segmentos textuais, fica evidente que, apesar da existência das Políticas Públicas

direcionadas aos idosos, essas não estão em consonância com o Plano Nacional Educacional de 2001.

Partindo-se do PNE como documento norteador desse estudo, têm-se as classes 1 (MEDIDAS PARA O ENSINO SUPERIOR), 2 (MEDIDAS PARA A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL) e 6 (MEDIDAS CONTRA O ANALFABETISMO) como referências diretas ao PNE de 2001. Como dissonância do documento norteador escolhido, as Classes 4 (FORMAS DE ACESSO) e 5 (CULTURA). Como consonância entre os documentos, podemos citar a Classe 3 (EDUCAÇÃO ESPECIAL).

Pode-se observar que o resultado das classes, tomando-se o PNE como referência, conversam com a adoção dos programas e políticas educacionais discutidas no referencial teórico desta pesquisa. A saber, as classes MEDIDAS PARA O ENSINO SUPERIOR (*PROUNI*), MEDIDAS PARA A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (*Lei Orgânica do Ensino Normal, Educação para Jovens e Adultos – EJA*) e MEDIDAS CONTRA O ANALFABETISMO (*Serviço de Educação de Adultos – SEA, Supletivo, MOBRAL, Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, Programa Nacional de Alfabetização – PAS, Programa Brasil Alfabetizado – PBA*) todos direcionados para jovens e adultos, sem contudo contemplar diretamente a figura da pessoa idosa.

A dissonância aparece na Classe 4 (FORMAS DE ACESSO), a medida em que os planos educacionais não discutiram todas as possibilidades de acesso, ou seja, adequando metodologias diretamente para a pessoa idosa, ampliando a fonte do material didático para se adequar às vistas já cansadas desses indivíduos, conteúdos voltados à minimização do preconceito ao idoso, cursos dirigidos à pessoa idosa ou a criação de universidades abertas nesse primeiro documento, escrito em 2001.

A Classe 5 (CULTURA), também é dissonante e aborda o uso de tecnologias alternativas como os meios de comunicação para desenvolver uma cultura que aceite e respeite o idoso na sociedade, utilizando esses espaços de forma educativa para a população. Tratar a memória cultural desses indivíduos como fortalecimento histórico dos espaços em que eles vivem, ou ofertar cursos especiais que contemplem a tecnologia como forma de inserção desses indivíduos na modernidade e, finalmente, políticas que ampliem o acesso desses indivíduos a serviços que possam ampliar seus horizontes culturais.

A consonância dos documentos aparece na classe 3 (EDUCAÇÃO ESPECIAL) que, mesmo sem citar o idoso diretamente, aborda sobre a necessidade de respeitar as diferenças de aprendizagem dos indivíduos abordando a diversidade como a população rural, educação

indígena, especial e de jovens e adultos; utilizando metodologias pertinentes, canais radiofônicos ou mesmo educação à distância. Ela também leva em consideração o incentivo a outras modalidades de estudo como as atividades formais e não formais de ensino. No referencial teórico desse trabalho foi possível observar que a presença das UAMA's e UATI's, por exemplo, foram consideradas como um elemento para além da educação formal, inserindo os idosos na sociedade de forma mais humanizada e assertiva apesar de não estarem documentadas no PNE de 2001.

Assim, o resultado da pesquisa documental por meio da análise de conteúdo reforça a exclusão do indivíduo idoso à medida em que a preocupação do gestores públicos está direcionada para os "jovens e adultos" assim como as políticas realizadas no decorrer do referencial teórico desse estudo. Contudo, o resultado da análise chama a atenção para questões levantadas pelos idosos, sobretudo aquelas relacionadas com as formas de acesso e questões culturais envolvidas. A consonância aparece quando se observa o governo está atento aos diversos grupos existentes e suas necessidades específicas.

Interessante observar que o resultado dessa análise distância e dissocia a classe CULTURA das outras classes com foco educacional. Pode-se dizer que ela é o ponto estratégico social quando o assunto é a construção da imagem desse idoso na sociedade. A cultura é o primeiro argumento que deve ser trabalho para a reconfiguração dos scripts culturais do ageísmo. É por meio dela que a sociedade usa a lente do preconceito de idade, enxergando esse idoso apenas como um peso social e esquecendo-se de sua contribuição ao longo de seu curso de vida até a velhice. Ela impede que o gestor estabeleça prioridades em seus planos de transformar a escola em espaços mais humanos tanto para pensar ideias que minimizem o preconceito em relação à esse grupo sobre as futuras gerações, quanto para entender a potencialidade desse idoso na sociedade, incentivando ações para aprimorar o seu capital intelectual por meio da educação e conseguir ricas contribuições na sociedade a partir da sua experiência de vida.

A análise de similitude reforça esse entendimento, exibindo um caminho conceitual que liga a palavra adulto ao “ramo” do ensino fundamental, ao “ramo” do nível educacional adequado, ao “ramo” da extinção do analfabetismo e, finalmente, ao “ramo” da oferta de cursos superiores para o grupo evidenciando as prioridades do PNE e reduzindo a relevância do idoso no contexto.

O termo “idoso”, grupo foco deste estudo, coube, na análise de similitude, associação com as palavras comunicação, lazer e cultura, ideia remetida no resultado da classe

CULTURA. As outras vertentes ligadas à palavra “idoso” estão no domínio da popularização do conceito nos currículos escolares, não ligadas diretamente às ações de escolarização para esse público em si, como pode ser observado nos resultados da classe FORMAS DE ACESSO. A análise da nuvem de palavras também reforça a força dos termos jovem e adulto no *corpus* textual analisado, minimizando a importância do idoso no contexto analisado.

Percebe-se que o ageísmo social perpassa no discurso das políticas nacionais da educação no país. Assim, é necessário tratar as pessoas idosas com dignidade, intervindo nos processos de envelhecimento com medidas educacionais que possam ensiná-lo a prevenir doenças e ser mais ativo e integrado. Está ao alcance de todos manifestar-se nos ambientes sociais, culturais e econômicos, alterando a imagem, mitos e distorções presentes no contexto do envelhecimento e combatendo o ageísmo atual (BUTLER,1989). Desse modo é imperativo pensar o idoso como um ser atuante que está compondo por mais tempo o tecido social. Oportunizar sua autoridade, respeitar seus saberes, sua experiência e inserí-los cada vez mais na sociedade de forma digna e atuante. O contexto educacional é um desses pontos a serem observados e devem priorizar as premissas do envelhecimento ativo com qualidade de vida (SALMAZO-SILVA, DE LMA, 2012).

No cenário internacional, já é possível observar esse movimento a partir da WHO que redefiniu que o envelhecimento saudável é mais que a ausência de doenças, é a vivência da velhice com qualidade de vida. E que, para a maioria dos idosos, a manutenção da habilidade funcional é determinante. Assim, o enfoque social demanda a construção de ambientes favoráveis aos idosos, a partir de uma transformação dos sistemas de saúde e educação que substitua os modelos baseados na exclusão pela prestação de atenção integrada e centrada nas necessidades desses idosos (WHO,2015).

A educação para justiça social passa pela justiça cognitiva (DE SOUSA SANTOS, 2016) e isso implica acesso de pessoas de todas as idades à educação, que deve estar contemplada nos planos e políticas brasileiros para construção de projetos pedagógicos emancipantes e transformadores, tomando-se como parâmetro uma sociedade que necessita envelhecer ativa e criticamente.

Apesar do descompasso entre os documentos educacionais (PNE) e legais (Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso), é possível observar que a escolaridade dos idosos jovens e longevos aumentou de forma geral, quando trazemos a tona os resultados da

pesquisa descritiva, levando-nos a crer que as políticas voltadas para alfabetização de adultos surtiram efeito nas *pseudocoortes* estudadas.

No resultado da referência cruzada “Idade e Escolaridade”, dos censos dos anos de 1991 e 2010, foi possível observar que, de forma geral, o percentual de escolaridade aumentou já que o percentual de “sem escolaridade” caiu de 1991 para 2010 em todas as faixas, sobretudo na a categoria “Idosos jovens” que apresentou-se mais escolarizada que a categoria dos “idosos longevos”. É importante destacar que os idosos jovens são mais escolarizados se comparados aos idosos longevos nos seguintes graus de escolaridade: “Primário 6 anos concluídos”, “Ensino Fundamental 2 completo” e “Universidade completa”.

Quando se compara o sexo, têm-se que no ano de 2010, a faixa etária para homens e mulheres na variável “sem escolaridade” na faixa etária de 50 a 59 anos foi a mesma. Já na faixa etária de 60 a 69 anos e 70 a 79 anos, os homens se mostraram um pouco mais escolarizados no geral.

Se tomarmos a variável “algum primário concluído” para compararmos os sexos, temos uma vantagem na faixa e 70 a 79 anos para os homens. Já na categoria “Primário (6 anos) concluído” os homens também têm uma vantagem na faixa de 50 a 59 anos e 60 a 69 anos. Na categoria “Fundamental 2 completo” na faixa de 60 a 69 anos, são as mulheres que aparecem na frente.

Na categoria “Universidade completa” as mulheres da faixa 50 a 59 anos e 70 a 79 anos aparecem com uma vantagem percentual sobre os homens.

Por regiões do Brasil, tomando o contexto geral, pode-se observar que as maiores melhorias aconteceram na diminuição da falta de escolaridade, seguida de um aumento expressivo da variável “Algum primário concluído”, seguido de “primário (6 anos) concluído”, “Fundamental 2 completo” e “Universidade Completa” para todas as regiões do Brasil, com a faixa de 50 a 59 anos apresentando os melhores resultados se comparados os censos de 1991 e 2010.

Por região, para todas as faixas etárias, a maior redução dos “sem escolaridade” aconteceu na região Nordeste na faixa etária de 50 a 59 anos. Para “Algum primário concluído”, o melhor desempenho foi na região nordeste para a faixa 70 a 79 anos, seguido de “primário (6 anos) concluído” na região Sul para a faixa de 50 a 59 anos, “Fundamental 2 completo” sul e sudeste empatados na faixa de 50 a 59 anos e “Universidade Completa” no sudeste de 50 a 59 anos.

E, finalmente, comparando-se os resultados por cor/raça observou-se que a maior redução dos “sem escolaridade” aconteceu para a raça Preto, na faixa de 50 a 59 anos, seguido da parda e branca.

A escolaridade “Primário (6 anos) concluído” mostrou um aumento maior para a raças preta e parda na faixa etária 50 a 59 anos. Para o “Fundamental 2 completo” as raças branca e preta empataram na faixa de 50 a 59 anos.

A diferença mais crítica aparece na variável “Universidade completa” na qual os idosos jovens e longevos para brancos apresentaram mais que o dobro do percentual em relação a pretos e pardos.

O resultado da escolarização do idoso por raça demonstra que as bases educacionais, representadas pela variável “sem escolaridade” foram aprimoradas pelos programas de erradicação do analfabetismo até a escolaridade do Fundamental 2 completo. Contudo, quando se trata do nível educacional mais alto, “Universidade Completa” a predominância de idosos negros e pardos ainda é menos que a metade dos idosos brancos.

Num perfil geral, dos idosos jovens e longevos observou-se que tipo de escolaridade é baixa para todas as faixas etárias. Analisando-se a variável escolaridade geral, houve um avanço das faixas etárias que pularam de 50 a 59 anos “primário (4 anos) concluído” para a faixa de 60 a 69 anos com maior percentual de indivíduos com essa escolaridade. Contudo, se analisarmos outras variáveis como sexo e cor, a escolaridade cai de forma geral de “Primário (4 anos) concluído) para “Algum primário concluído” da faixa de 50 a 59 anos para a 60 a 69 anos devido à seletividade dos idosos jovens e longevos. Contudo a redução dos percentuais da variável “sem escolaridade” para todas as faixas etárias é o resultado mais expressivo da pesquisa. Sobre esses resultados é importante citar a discussão de Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) e Silvestre (2003) que defendem que os adultos e idosos precisam de currículos flexíveis, que contemplem conhecimentos formais e informais adaptando os saberes para a lógica escolar dos sujeitos, a partir seu ponto vista e necessidades de aprimoramento, bem como as formas de avaliação desse saber.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados exibidos é possível inferir que acompanhar as políticas públicas educacionais no país, é importante já que a educação se apresenta como uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida e contribuição social para a pessoa idosa. Por meio da triangulação dos dados obtidos foi possível chegar às seguintes conclusões:

A partir da pesquisa bibliométrica, ficou evidente que a escolaridade não possui expressividade quando relacionada ao contexto do envelhecimento populacional ou dos idosos. Ela aparece de forma quadjuvante como proxy de saúde descartando todo o potencial e protagonismo da temática “educação” junto à pessoa idosa, respondendo, assim ao primeiro objetivo específico da pesquisa que visava identificar a relação entre envelhecimento e escolaridade no contexto dos idosos.

A pesquisa documental por meio da análise de conteúdo confirmou esse arcabouço teórico encontrado nas bases de dados internacionais. Observou-se que Plano Nacional de Educação, comparado aos marcos legais analisados nesse estudo, não contemplou diretamente o idoso, uma vez que o grupo de jovens e adultos apareceram como os protagonistas da temática nos resultados, respondendo o objetivo específico número dois desse trabalho.

Apesar desses resultados que colocam a educação numa posição de secundariedade no contexto dos idosos, o resultado da pesquisa estatística descritiva, evidencia avanços no perfil educacional dos idosos jovens e longevos analisados nas *pseudocoortes* de 1991 e 2010, sobretudo quando se analisa os percentuais ligados à variável “Sem escolaridade” que diminuiu significativamente de uma *pseudocoorte* para outra. De modo geral, pode-se dizer que os resultados atingiram mais significativamente os idosos jovens. Nas análises observou-se que a faixa etária de 50 a 59 anos de 1991, que possuía nível máximo de escolaridade “Primário (4 anos) concluído” - 50 a 59 anos, aumentou essa escolaridade, em 2010, para “Primário (4 anos) concluído” - 60 a 69 anos. Os resultados separados por sexo, região e raça/cor também foram analisados, atingindo, finalmente ao último objetivo específico da pesquisa.

Nesse cenário, o curso de vida foi determinado ao longo da existência dos indivíduos das *pseudocoortes* sem alteração rápida dos resultados, sobretudo para aqueles com diferentes gradientes sociais. Percebeu-se um impacto maior no grupo que possuía um capital social acumulado, tais como os idosos jovens, uma vez que estiveram expostos por

mais tempo a uma quantidade maior de políticas de educação e talvez foram mais impactados por elas.

Assim, analisando-se a situação de escolarização da pessoa idosa no Brasil para o período proposto nesse trabalho, 1991 a 2011, e levando-se em conta os marcos legislativos da pessoa idosa no país, têm-se o ageísmo como um dos fatores preponderantes na questão do idoso com a educação, mesmo considerando o aumento de escolaridade revelado pela pesquisa descritiva. Notou-se que a pessoa idosa não foi inserida, pelo contrário, foi afastada do protagonismo da política quando envelheceu. Operacionalmente não houve fortalecimento em busca da qualificação e do benefício que a educação pode trazer para o grupo. Os resultados deixam evidente o movimento de se colocar o jovem e o adulto no centro da política.

A própria forma do Ministério da Educação ao se referir aos idosos no Plano Nacional de Educação (2001) demonstra a ausência de foco na pessoa idosa. Para esse Ministério, os idosos não são mencionados diretamente quando da elaboração das políticas públicas. O que se notou foi o idoso enquadrado na mesma categoria do “jovem e adulto”, não existindo políticas específicas para o grupo. Nesse sentido, ao realizar a comparação dos documentos, fez-se necessário eleger as metas do PNE direcionadas para jovens com 15 anos ou mais e adultos, uma vez que a pessoa idosa não foi contemplada como categoria alvo das políticas.

A imagem negativa do idoso, que perdeu o seu protagonismo após tantos anos de analfabetismo pode estar institucionalizada. O pensamento de que esse idoso não mais contribui e está obsoleto para a sociedade precisa mudar. Cabe a análise de descobrir tudo o que se transformou em barreira e preconceito ao pensar o idoso como indivíduo que não tem direito a educação.

Quanto a pergunta que orienta essa dissertação: “Como se apresentam os consensos e dissensos sobre envelhecimento e educação apresentados nos marcos legais e políticos voltados para a pessoa idosa no Brasil?” conseguiu ser respondida já que descreveu-se a presença dos dois aspectos, sendo a dissonância exibidas nas classes 4 (FORMAS DE ACESSO) e classe 5 (CULTURA) e a consonância na classe 3 (EDUCAÇÃO ESPECIAL).

Apesar do nível máximo de escolaridade ter aumentado de um censo para o outro tanto para os idosos jovens quanto para os longevos, é imprescindível pontuar que de forma geral as políticas públicas educacionais mencionadas nesse estudo não apresentaram consonância com aquelas de suporte ao idoso, Política Nacional do Idoso e Estatuto do

Idoso, alinhado-se apenas no contexto da educação especial, que aparece em todos os documentos como uma necessidade para a reinserção e acesso ao conhecimento por parte do grupo analisado.

Nesse sentido é importante refletir que estudos como esses são essenciais à medida em que o Brasil estabeleceu, na Constituição de 1988, que a educação é um direito social de todos os cidadãos, mas de acordo com as análises apresentadas, ainda não consegue cumprir essa premissa de forma satisfatória. Apesar do envelhecimento estar sendo discutido desde a década de 1980 no mundo, somente agora o Brasil se deu conta que envelhece cada vez mais rápido e, desdobramentos específicos desse fato, devem ser tratados com um olhar mais minucioso.

Desse modo, a contribuição acadêmica desse trabalho é chamar a atenção para o avanço da escolaridade dos grupos estudados ao longo das *pseudocoortes* analisadas, destacando, porém, a necessidade de se alinhar melhor o Plano Nacional de Educação para metas focadas especificamente para a pessoa idosa como forma de conceder mais qualidade de vida e dignidade à essa indivíduo que passará mais tempo integrando, interagindo e contribuindo para o Brasil.

É essencial reforçar que a seletividade é uma das forças que atuam no objeto de estudo desse trabalho e que essa pesquisa sofre esse impacto. Contudo, a dissertação atingiu o seu objetivo proposto.

Na realização desse estudo, a pesquisadora encontrou sua maior limitação nos questionários do Censo dos anos confrontados: 1991 e 2010. As mudanças do sistema educacional brasileiro no decorrer dos períodos analisados impactaram na forma de coletar e classificar os dados, sobretudo na variável “nível máximo de escolaridade”. A alternativa encontrada pela pesquisadora foi a utilização da Plataforma internacional IPUMS que construiu uma metodologia para modular os dados e torná-los comparáveis.

É necessário reforçar, também, a necessidade de realizar estudos que registrem as “vozes” dos idosos no contexto educacional. Incluir a pessoa idosa como protagonista ativa da política é essencial para contemplar as necessidades educacionais do grupo. A participação dos indivíduos com 50 anos ou mais, por meio de pesquisas, auxiliaria na identificação das barreiras educacionais atuais bem como no mapeamento das necessidades reais, desse grupo, norteando os gestores na construção de políticas públicas efetivas e assertivas.

É importante reverter a imagem estereotipada do idoso, que parece perder o seu protagonismo após tantos anos de analfabetismo e preconceitos construídos pelo ageísmo, revelando, ainda, indícios de estar institucionalizada. Cabe estudos qualitativos para desvelar barreiras e preconceitos produzidos quando não se concebe o idoso como indivíduo que tem direito a educação. É preciso tratar as propostas educacionais voltadas à pessoa idosa de forma contundente e específica no cenário atual.

CAPÍTULO 8 - IMPACTOS DA PESQUISA

A Universidade de Brasília prima por formar os melhores profissionais do país, investindo em ensino, pesquisa e extensão em todas as áreas. Nesse sentido é importante reforçar que por se tratar de um assunto pouco discutido, a mestrandia e suas orientadoras procuraram divulgar o tema em todas as oportunidades de congresso, revistas ou seminários, sempre na perspectiva de reforçar as premissas de excelência da universidade, do programa e da pesquisa. Ao todo, foram submetidos oito trabalhos, sendo duas revistas e seis congressos, nacionais e internacionais, entre exposições orais, e-pôsteres e pôsteres.

Referências Bibliográficas

ABODERIN, Isabela et al. Life course perspectives on coronary heart disease, stroke and diabetes: key issues and implications for policy and research. 2002.

ADRIAANSE, L., & RENSLEIGH, C. Web of Science, Scopus and Google Scholar: A content comprehensiveness comparison. *The Electronic Library*, 31(6), 727-744, 2013.

ALVES, Luciana Correia et al. A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 1924-1930, 2007.

ALVES, J.; VASCONCELOS, D.; CARVALHO, A. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho, 2010

ALVES, José Eustáquio. D. A transição da fecundidade no Brasil entre 1960 e 2010. **Aparte. Instituto de Economia. UFRJ**, 2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, n. 2, 2012.

BARDIN, L. *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BARRETT, Jessica L. et al. Cost effectiveness of an elementary school active physical education policy. **American journal of preventive medicine**, v. 49, n. 1, p. 148-159, 2015.

BELTRÃO. K. J.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de pesquisa*, v.39, n.136, jan/abr.2009.

BERQUÓ. E. Pirâmide da solidão. In: Anais do quinto encontro nacional de estudos populacionais. Águas de São Pedro: ABEP, 1998

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. **XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**; Caxambu: Abep, set. 2004.

BIANCONI, M. Lucia; CARUSO, Francisco. Educação não-formal. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 4, p. 20-20, 2005.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, 2012.

BLANCO, M.; PACHECO, E. 2003. Trabajo y familia desde el enfoque del curso de vida: dos subcohortes de mujeres mexicanas. *Papeles de Población*, Toluca, n 38, v.9, p. 159-193, 2003.

BLOOM, David E.; CANNING, David. **Global demographic change: Dimensions and economic significance**. National Bureau of Economic Research, 2004.

BLOOM, D. E., D. CANNING, R. K. Mansfield, MOORE. M. Demographic change, social security systems, and savings. **Journal of Monetary Economics** 54:92–114, 2007.

BLOOM, David E. 7 billion and counting. **Science**, v. 333, n. 6042, p. 562-569, 2011.

BLOOM, D. E., D. Canning, and G. Fink. Population aging and economic growth. **PGDA working paper** no. 31. Boston: Program on the Global Demography of Aging, April, 2008.

BLOOM, D. E. and FINLAY, J. E. Demographic Change and Economic Growth in Asia. **Asian Economic Policy Review**, 4: 45-64. doi:[10.1111/j.1748-3131.2009.01106.x](https://doi.org/10.1111/j.1748-3131.2009.01106.x), 2009

BLOOM, D. E., D. Canning, G. Fink, and J. E. Finlay. Fertility, female labor force participation, and the demographic dividend. **Journal of Economic Growth** 14: 79–101, 2009a.

BONGAARTS, J. Implications for future fertility trends for contraceptive practice. **Population and Development Review** 10 (2): 341–52, 1984.

BONGAARTS, J. The impact of population policies: Comment. **Population and Development Review** 20 (3): 616–20, 1994.

BONGAARTS, J. Fertility decline in the developed world: Where will it end? **The American Economic Review. Papers and Proceedings of the One Hundred Eleventh Annual Meeting of the American Economic Association** 89 (2): 256–60, 1999.

BRASIL . Lei nº 16 de 12 de Agosto 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832.

BRASIL . Lei nº 16 de Julho de 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

BRASIL . Lei Nº 5.692, De 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL . Lei nº 8.842, de janeiro de 1994.- Política Nacional do Idoso - MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Lei 10.74 de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso,

BRASIL. Lei Nº 5.109, de 17 de junho de 2004. instituiu o Conselho Nacional do Idoso.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília (DF): MS; 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, Texto compilado. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.765, de 5 de agosto de 2008. Acrescenta inciso ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para dar prioridade ao idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeção da população do Brasil por sexo e idade, 1980-2050: revisão 2008. Rio de Janeiro; 2013

BRASIL, 2014. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). RETROPROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL POR SEXO E IDADE:2000-1980, Outubro de 2016

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017. Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

BRODY, Jacob A.; BROCK, Dwight B.; WILLIAMS, T. Franklin. Trends in the health of the elderly population. **Annual Review of Public Health**, v. 8, n. 1, p. 211-234, 1987.

BURTLESS, Gary, . Quinn. Joseph F. "Retirement Trends and Policies to Encourage Work among Older Americans," in **Ensuring Health and Income Security for an Aging Workforce**. P. P. Budetti, R. V. Burkhauser, J. M. Gregory and H. A. Hunt, eds. Kalamazoo, Mich.: Upjohn, pp. 375–415, 2001.

BUTLER, Robert N. Psychiatry and the elderly: an overview. **The American Journal of Psychiatry**, 1975.

BUTLER, Robert N. Dispelling ageism: The cross-cutting intervention. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 503, n. 1, p. 138-147, 1989.

CACHIONI, Meire. Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, p. 141-178, 1999.

CACCIA-BAVA, Maria do Carmo; GUIMARAES, Valerie CK; GUIMARAES, Tor. Empirically testing determinants of hospital BPR success. **International Journal of Health Care Quality Assurance**, v. 18, n. 7, p. 552-563, 2005.

CALAS TEAM AT TEL AVIV UNIVERSITY et al. The old, old-old, and the oldest old: continuation or distinct categories? An examination of the relationship between age and changes in health, function, and wellbeing. **The International Journal of Aging and Human Development**, v. 77, n. 1, p. 37-57, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia Coordenador BELTRÃO, Kaizô Iwakami, PASCOS, Ana Roberta Pati, MEDEIROS, Marcelo, CARNEIRO, Isabella Gomes, GOLDANI, Ana Maria, VASCONCELOS, Ana Maria Nogales, CHAGAS, Ana Maria Resende, OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Como vai o idoso brasileiro? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 1999.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos**, v. 60, n. 1, p. 253-292, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; BELTRÃO, J. L. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? **In: Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Organizado por Ana Amélia Camarano - Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. 2002.

CARLSSON, Gösta. The decline of fertility: innovation or adjustment process. **Population Studies**, v. 20, n. 2, p. 149-174, 1966.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro; NOMA, Amélia Kimiko. Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 33e, p. 225-237, 2009)

CNE/CEB – 11/2000 - COMISSÃO, CÂMARA OU; DO RELATOR, I.–RELATÓRIO E. VOTO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

CNE/CEB – 1/200 de 5 de Julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos

COBO, M. J., López- Herrera, A. G., Herrera- Viedma, E., & Herrera, F. SciMAT: A new science mapping analysis software tool. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 63(8), 1609-1630, 2012.

COLETI, Laura Maria Baron. Do mobral (movimento brasileiro de alfabetização) aos programas de EJA (educação de jovens e adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas. Sem paginação, 2011. Disponível em:< http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3895.pdf> Acesso em 28 de maio de 2018.

CRUZ, I. B. M.; ALMEIDA, M. S. C.; SCHWANKE, C. H. A.; MORIGUCHI, E. H. Prevalência de obesidade em idosos longevos e sua associação com fatores de risco e morbidades cardiovasculares. **Rev Assoc Med Bras**, v.50, n.2, p.172-177, 2004.

CUTLER, D., A. DEATON, and A. LLERAS-MUNEY. The determinants of mortality. **Journal of Economic Perspectives** 20 (3): 97–120, 2006.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Rio de Janeiro: Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006.

DA SILVA, Giseli Serrano. Educação de jovens e adultos (EJA): A luta pelo desenvolvimento da cidadania. *Nucleus*, v. 9, n. 1, 2012.

DA SILVEIRA, Michele Marinho; PASQUALOTTI, Adriano; COLUSSI, Eliane Lucia. Educação gerontológica, envelhecimento humano e tecnologias educacionais: reflexões sobre velhice ativa. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 17, n. 2, 2012.

DEPP, C., JESTE, D. Definitions and predictors of successful aging: A comprehensive review of larger. **American Journal of Geriatric Psychiatry**, 14, 6-20. 2006

DE MELLO MOREIRA, Morvan. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 1, p. 79-94, 2014.

DE SOUZA, Nilzemar Ribeiro et al. Acolhimento do idoso na universidade aberta para maturidade: necessidades de ações interdisciplinares. *Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963*, v. 8, n. 11, p. 4088-4096. 2014

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. Cortez Editora, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 58-77, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, 2005.

DO NASCIMENTO, Marcos Roberto. Feminização do envelhecimento populacional: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar. *Livros*, p. 191-218, 2015.

DRABO, Emmanuel F. et al. A cost-effectiveness analysis of preexposure prophylaxis for the prevention of HIV among Los Angeles County men who have sex with men. **Clinical Infectious Diseases**, v. 63, n. 11, p. 1495-1504, 2016.

ELO, Irma T. Social class differentials in health and mortality: Patterns and explanations in comparative perspective. **Annual Review of Sociology**, v. 35, p. 553-572, 2009.

FÁVERO, Osmar. MEB–Movimento de Educação de Base-primeiros tempos: 1961–1966. Paulo Freire: educação e transformação. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FERREIRA, Eduardo dos Santos. Estudo sobre os fatores que explicam e influenciam a taxa de natalidade no Brasil. 2010.

FERREIRA DE SOUZA, Rosângela; MATIAS, Hernani Aparecido; PASSARELLA BRÊTAS, Ana Cristina. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, 2010.

FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 81, 2002.

FIEDLER, Mariarosa Mendes; PERES, Karen Glazer. Capacidade funcional e fatores associados em idosos do Sul do Brasil: um estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, p. 409-415, 2008.

FEOFILOFF, Paulo; KOHAYAKAWA, Yoshiharu; WAKABAYASHI, Yoshiko. Uma introdução sucinta à teoria dos grafos. 2011.

FRIES, J. F. N. *Engl. J. Med.* 303, 130,1980

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª. Ed. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 3, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GARRIDO. A, Regiane; MENEZES.C, Paulo R. O Brasil O Brasil está envelhece envelhece envelhecendo: boas e más notícias por uma más notícias por uma perspectiva perspectiva epidemiológica Brazil is aging: good and bad news from an epidemiological perspective. **Rev bras psiquiatr**, v. 24, n. Supl I, p. 3-6, 2002.

GAWRYSZEWSKI, Thais Malheiros. Pessoas idosas e sistema prisional : um estudo exploratório a partir da educação. Brasília, UnB, 2018

GHIRALDELLI JUNIOR, P. *História da Educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GREENSPAN, P.; HEINZ, G.; HARGROVE, J. L. Predictors of two-year mortality in nonagenarians with severe functional impairment at baseline: the NonaSantfeliu study. **Age Ageing**, v.37, n.1, p.104-107, 2007.

- GUIDOTTI GONZALEZ, Carolina Alondra et al. Envelhecimento demográfico e mudanças na transição à velhice entre brasileiros de distintas gerações. 2014.
- GUIDOTTI GONZALEZ, Carolina A. TIRZA, Aidar. Análise de pseudo-coortes a partir dos censos demográficos no Brasil: uma aproximação metodológica, Nepo, Unicamp – Outubro, 2015
- GUERRA, Francismara Fernandes; FÍGOLI, Moema Bueno Gonçalves. Esperança de vida e sua relação com indicadores de longevidade: um estudo demográfico para o Brasil, 1980-2050. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 85-102, 2013.
- OEPPEN, J, VAUPEL. J. “Broken Limits to Life Expectancy.” **Science**. 296:5570, pp. 1029 – 030, 2002.
- OLSHANSKY, S. Jay and Carnes, BRUCE A. The Quest for Immortality. A. Désesquelles, **Science**, 291, 1491, New York, 2001.
- JAGGER, Carol; ROBINE, Jean-Marie. Healthy life expectancy. In: **International handbook of adult mortality**. Springer, Dordrecht, 2011. p. 551-568.
- JANUZZI, Gilberta Martino. Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.
- KACHAR, Vitória. A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. The ageing of the world's population: a new challenge. **Revista de saúde pública**, v. 21, n. 3, p. 200-210, 1987.
- LAM, David; MARTELETO, Letícia. A dinâmica da escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte versus diminuição no tamanho da família. Anais, p. 1-33, 2016.
- LANGHI, Rodolfo; NARDI, Roberto. Ensino da astronomia no Brasil: educação formal, informal, não formal e divulgação científica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, p. 4402-4412, 2009.
- LEBRÃO, M. L. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. *Revista Saúde Coletiva*, Vol.4, No.17, pp. 135-140, 2007
- LEE, Ronald. The demographic transition: three centuries of fundamental change. **Journal of economic perspectives**, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.
- LIMA, Mariúza Pelloso - *Gerontologia Educacional*. In: Revista Kairós – Gerontologia – PUCSP, v4-n.1, Educ, 2001.
- LIVI BACCI, M. **A Concise History of World Population** (Blackwell, Cambridge, MA, ed. 4, 2006.
- LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia. *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, v. 5, 2005.
- MAJEED, Tazeen et al. A gendered approach to workforce participation patterns over the life course for an Australian baby boom cohort. **Journal of Vocational Behavior**, v. 87, p. 108-122, 2015.
- MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista de Investigación Sociológica*. Madrid, n.62, 1993.
- MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural, v. 328, 1983.

- MARAFON, L. P.; DA CRUZ, I. B. M.; SDCHWANKE, C. H. A.; MORIGUCHI, E. H. Associação de fatores de risco e de morbidade cardiovascular com mortalidade em idosos longevos. **Cad Saúde Pública**, v.19, n.3, p.797-806, 2003.
- MARIANO, Ari Melo; ROCHA, Maíra Santos. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. In: **AEDM International Conference—Economy, Business and Uncertainty: Ideas for a European and Mediterranean industrial policy**. Reggio Calabria (Italia). 2017.
- MASCARELLO, Débora Cristina. História da educação brasileira: os cursos profissionalizantes do colégio polivalente. Cascavel, 2006. Disponível em: http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/monografias/turmas1_e_2/monografia_Debora.pdf Acesso em: 29 de junho de 2018.
- MATHERS, Colin D. et al. Healthy life expectancy in 191 countries, 1999. **The Lancet**, v. 357, n. 9269, p. 1685-1691, 2001.
- MCFALLS JR, Joseph A. BULLETIN March 2007. 2007.
- MELO, Camilla Fernanda De. QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE. 2017.
- MENDES, Márcia RSS Barbosa et al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. Acta paulista de enfermagem, 2005.
- MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507-519, 2016.
- MORAIS, Rafael de Freitas. Efetivação do direito à Educação nas políticas públicas para jovens e adultos no Estado de Minas Gerais. 2007. 62f. Monografia (conclusão de curso) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte.
- MORAIS, E. P.; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. **Texto Contexto Enferm**, v.17, n.2, p.374-383, 2008.
- MEC - Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: **Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores**, Brasília, abril de 2011.
- NASCIMENTO, A.R.A do; MENANDRO, P.R.M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, ano 6, n. 2, 2006, p. 72-88.
- NETO, Antonio da Costa Cardoso; CARDOSO, Ana Maria Moraes; CARDOSO, Giselly Loyvva Moraes; OLIVEIRA, Marcia Silva de. **Educação um fator importante para empoderar o envelhecimento**. In: XVII Safety, Health and Environment World Congress, Vila Real, PORTUGAL, DOI 10.14684/SHEWC.17.2017.76-80, 2017
- NYBO, H.; PETERSEN, H. C.; GAIST, D.; JEUNE, B.; ANDERSEN, K.; MCGUE, M.; VAUPEL, J. W.; CHRISTENSEN, K. Predictors of mortality in 2.249 nonagenarians—The Danish 1905-Cohort Survey. **J Am Geriatr Soc**, v.51, n.10, p.1365–1373, 2003.
- OLIVEIRA, Abílio; AMARAL, Virgílio. A análise factorial de correspondências na investigação em psicologia: Uma aplicação ao estudo das representações sociais do suicídio adolescente. **Análise Psicológica**, v. 25, n. 2, p. 271-293, 2007.

PAD-MG, ano 3, n. 7, 2013 - Boletim Indicadores Básicos - Documento Metodológico Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, p.1 – 65, dez. 2014.

PARAHYBA, Maria Isabel; VERAS, Renato; MELZER, David. Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 383-391, 2005.

PAULA, Rouseane da Silva. Universidade da Maturidade—uma proposta de educação permanente para a educação de jovens e adultos. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 44/1, p. 1-9, 2007.

PHELAN, E., e LARSON, E. Successful aging: Where next? **Journal of American Geriatrics Society**, 50(7), 1306-1308, 2002

PEIXOTO, Patrícia E. Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008

PERCAC-LIMA, S., GRANT, R. W., GREEN, A. R., ASHBURNER, J. M., GAMBA, G., Oo, S., ... & Atlas, S. J. A culturally tailored navigator program for colorectal cancer screening in a community health center: a randomized, controlled trial. **Journal of general internal medicine**, 24(2), 211-217, 2009.

PERLS, Thomas T. et al. The relationship between age, gender and cognitive performance in the very old: the effect of selective survival. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 41, n. 11, p. 1193-1201, 1993.

PERLS, T. Centenarians who avoid dementia. **Trends Neurosci**, v.27, n.10, p.633- 636, 2004.

PINTO, Á. V. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 2005

Portal de microdados brasileiro - ©puc-rio -2011 - todos os direitos reservados, acesso em 10 de novembro de 2018. <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/portugues/censo_download/Compatibiliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Censos%20Demogr%C3%A1ficos.pdf>

PRITCHETT, L. Desired fertility and the impact of population policies. **Population and Development Review** 20 (1): 1–55, 1994.

REINERT, M. Alceste. Version 4.0 – Windows (Manual). Toulouse: Societé IMAGE, 1998.

RYDER, N. B. The cohort in the study of social change. In: *American Sociological Review*. n.6, p. 843-961.1965.

RIBEIRO, Elvira da Conceição Fernandes Gomes. **Programa de aprendizagem ao longo da vida para estudantes seniores: bem-estar psicológico, qualidade de vida e a satisfação com a vida**. 2016. Tese de Doutorado.

ROMANELLI, O. O. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

ROSS, John. Understanding the demographic dividend. **Policy projekt.[online]**, v. 8, 2004.

ROSSET I, PEDRAZZI EC, RORIZ-CRUZ M, MORAIS EP, RODRIGUES RAP. Tendencies of studies addressing the eldest individuals of aged population in the community: a (inter)national systematic review. **Rev Esc Enferm USP**, 45(1):264-71, 2011.

ROSSI, Wagner Gonçalves et al. Capitalismo e educação. 1977.

SALMAZO-SILVA, Henrique; DE LIMA, Ângela Maria Machado. Gestão da atenção ao idoso: possibilidades e desafios no campo da Gerontologia. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, p. 503-514, 2012.

- SANCHEZ, Delida et al. Perceived discrimination and sexual precursor behaviors in Mexican American preadolescent girls: The role of psychological distress, sexual attitudes, and marianismo beliefs. **Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology**, v. 22, n. 3, p. 395, 2016.
- SCORALICK-LEMPKE, Natália Nunes; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Education and aging: Life-Span perspective contributions. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 647-655, 2012.
- SALMAZO-SILVA, Henrique; DE LIMA, Ângela Maria Machado. Gestão da atenção ao idoso: possibilidades e desafios no campo da Gerontologia. *Revista Kairós: Gerontologia*, v. 15, p. 503-514, 2012.
- SANTOS, Viviane et al. IRAMUTEQ nas pesquisas qualitativas brasileiras da área da saúde: scoping review. *CIAIQ* 2017, v. 2, 2017.
- SESC - PUC - Certificação Digital n 0410376/CA - O Serviço Social do Comércio (SESC) no atendimento à pessoa idosa. São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11345/11345_4.PDF. Acesso em 1 de julho de 2018.
- SILVA, Renata Adriana Gomes da. Depressão e autoestima em idosos participantes da Universidade Aberta a Maturidade: Um estudo de prevalência. 2014.
- SILVESTRE, Carlos Alberto S. Educação/Formação de Adultos – como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo. Lisboa, Portugal, **Instituto Piaget**, 2003
- SKUBI, Kazimer L.; BLUM, Travis R.; YOON, Tehshik P. Dual catalysis strategies in photochemical synthesis. **Chemical reviews**, v. 116, n. 17, p. 10035-10074, 2016.
- SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de Castro; LEVY, Paulo Mansur. Impactos do declínio do bônus demográfico sobre a oferta de mão de obra e o crescimento econômico no período 2014-2030. 2014.
- STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010.
- TEIXEIRA, Ilka Nicéia D.; NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 81-94, 2008.
- UNESCO, MEC. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos-V CONFINTEA. Brasília: MEC, v. 12, 2004.
- VAN TUBERGEN, Frank. Ethnic boundaries in core discussion networks: A multilevel social network study of Turks and Moroccans in the Netherlands. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 41, n. 1, p. 101-116, 2015.
- VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.
- VERGARA, Rodrigo; FLORESTA, Cleide. Idosos no Brasil estão cada vez mais ativos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2º. Cad., p. 5, 06 ago. 1999.
- VON HUMBOLDT, Sofia; LEAL, Isabel. The old and the oldest-old: Do they have different perspectives on adjustment to aging?. *International Journal of Gerontology*, v. 9, n. 3, p. 156-160, 2015.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Global status report on noncommunicable diseases 2014: attaining the nine global noncommunicable diseases targets; a shared responsibility. In: **Global status report on noncommunicable diseases 2014: attaining the nine global noncommunicable diseases targets; a shared responsibility**. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on ageing and health**. World Health Organization, 2015.

WHO. Ageing and life-course. Geneva: World Health Organization; 2018. Available from: <http://www.who.int/ageing/ageism/en/> [cited 2018 Nov 6].

XIE, G. X.; LONG, Nv; FU, L. P. The survey of depression of old people living in nursing homes and at home. **Journal of Guizhou Normal University (Natural Sciences)**, v. 28, p. 58-62, 2010.

YI, Zeng et al. Sociodemographic and health profiles of the oldest old in China. **Population and Development Review**, v. 28, n. 2, p. 251-273, 2002.